

19

Título -> Programa permanente
de alfabetização de jovens e adultos

Autoria -> secretaria de Educação

Ano -> 86

19

PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

BRASÍLIA



ONDE TODOS PODEM LER

Se você participar, todo mundo assina embaixo!

CURSO DE CAPACITAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS

UMA PARCERIA
COM A SOCIEDADE
CIVIL ORGANIZADA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
Unidade de Educação de Jovens e Adultos

OUTUBRO/96

Í N D Í C E

- 1 - Alfabetização de Adultos: Conceitos e Preconceitos
ABRANTES, Wanda Medrado.
- 2 - Partir da Realidade do Aluno ... O Que é Isso?
ABRANTES, Wanda Medrado.
- 3 - Demonstrativo da Aplicação de Critérios na Seleção de Palavras Geradoras.
- 4 - Alfabetização
ANGELIM, M^a Luiza Pereira.
- 5 - Freire a Faundez (diálogo) - Textos selecionados por
ANGELIM, M^a Luiza Pereira.
- 6 - Pós-Alfabetização - Texto baseado no Boletim nº 03/95 do CEPAFRE/Ceilândia.
- 7 - Das Qualidades Indispensáveis ...
FREIRE, Paulo.
- 8 - Numerização
ANGELIM, M^a Luiza Pereira.
- 9 - Pensando Matematicamente - PAIVA, Jane.
- 10 - I Teleconferência Latino-Americana sobre Alfabetização - Transição do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização do FE/UnB.

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: CONCEITOS E PRECONCEITOS

Pensar o (pré)conceito de alfabetização na educação de jovens e adultos exige, inicialmente, refletir sobre a situação atual, frente à população analfabeta - 30 milhões, acima dos 15 anos. Se se acrescentarmos a esse quadro os últimos dados estatísticos do MEC (a cada 1000 crianças que ingressam a 1ª série, somente 50% chegam à 2ª série), não será difícil reconhecer o fracasso em alfabetizar.⁽¹⁾

Quais seriam as causas desse fracasso ?

Considerando os vários atores - professores, alunos, pais - envolvidos nesse processo, vê-se que:

- . para os professores (a maioria), a tendência é culpar os alunos: "eles não se esforçam", "os pais não ajudam e não se interessam" (quando responsáveis pelas crianças e jovens);

- . para os alunos e pais, parece que assumem a culpa do fracasso - "eu não estudei", "sou cabeça dura", "papagaio velho não aprende";

- . para os estudiosos e pesquisadores no assunto, dependendo da área de conhecimento, a causa do fracasso pode estar no aluno, no contexto cultural e na própria escola.

Sem se ter a intenção de encontrar o responsável pelo fracasso, embora se reconheça que o aluno é a única vítima e que, portanto, não pode ser culpado por essa perversidade, faz-se um convite à reflexão, sobre algumas questões:

POR QUE O ANALFABETISMO OU OS BAIXOS ÍNDICES DE ESCOLARIDADE ESTÃO SEMPRE LIGADOS À POBREZA E A MISÉRIA?

Quando se analisa a história do povo brasileiro, vê-se que desde o descobrimento do país ela foi marcada pela dominação de uns sobre os outros. Os índios (donos da terra) foram dizimados; os negros (trazidos da África) tornaram-se escravos dos colonizadores. Os camponeses trabalhavam para os que se fizeram donos da terra. Os trabalhadores urbanos, especialmente o operariado, vendem a sua força de trabalho por um mísero salário.

Essa estrutura de dominação, que exclui maioria da população do acesso à saúde, alimentação, ao saneamento, ao lazer, ao transporte e à educação revela os sistemas econômicos - nos diferentes movimentos da história do desenvolvimento no país - geradores da injustiça social.

Atualmente, cerca de 2% da população apresentam renda acima de 20 salários mínimos, enquanto cerca de 60% vivem em situação de pobreza

(1) In: SOARES, M. B. *Linguagem e Escola. Uma Perspectiva Social*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1991.

e miséria, dentre os declarados sem rendimentos do trabalho assalariado e com renda de 1/2 a 2 salários mínimos.⁽²⁾ Diante desse quadro, é ilusão imaginar que só a escola poderá resolver o problema do analfabetismo. É preciso pensar de que forma a escola pode permitir a apropriação do saber por todos os homens e pensar o aumento do nível educacional dentro de uma política de melhoria das condições de vida da população, ao mesmo tempo em que se examinam essas mesmas questões, na sua dimensão pedagógica.

COMO TEM SIDO A SUA PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO?

O QUE É ALFABETIZAÇÃO PARA VOCÊ?

Discutir atualmente a alfabetização de jovens e adultos significa responder se ela os vem atendendo nas suas necessidades de leitura e escrita, frente às exigências do mundo moderno; e sem deixar, ainda, de ignorar o avanço do conhecimento produzido na área da leitura e da produção escrita.

Reconhecendo que, ao longo da história, as práticas e concepções da alfabetização evoluíram em função das circunstâncias e exigências sociais (seus determinantes), analisam-se alguns deles, como por exemplo: **os de natureza social, econômica e política.**

Com o surgimento das nações democráticas, do avanço da industrialização e do crescimento das cidades no século XVIII foi preciso criar a instituição-escola para garantir a instrução mínima, ou seja, os rudimentos de leitura e escrita. No Brasil, essa necessidade se dá a partir do século XX (1930), com a introdução da economia industrial. Até então, a economia agrícola não exigia trabalhadores alfabetizados, portanto não era necessário preocupar-se com eles.

Agora é preciso dominar os rudimentos da leitura e da escrita para lidar com a máquina. À medida que elas tornam mais complexas, novas exigências de leitura surgem nesse contexto. Já não bastava a alfabetização. Era preciso que ela fosse funcional. Esse termo foi introduzido pela UNESCO, por ocasião de sua recomendação de campanhas de alfabetização aos países que apresentavam altos índices de analfabetismo. Se o termo funcional estava ligado à produção, mais tarde ele passou a se estender às demais necessidades do homem, em seu contexto social.

Para o professor Paulo Freire, referência fundamental para a educação de jovens e adultos no Brasil e no mundo, pela relevância de suas idéias, essas necessidades estão ligadas ao conhecimento das razões de ser dos fatos e fenômenos da realidade social. Assim, "a leitura das palavras".

(2) IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1990. Dados Brasil, v. XIV. n.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

Ler e escrever significam, agora, fornecer os instrumentos para compreender melhor a realidade e poder interferir nessa mesma realidade.

HOJE, QUAIS SERIAM AS NECESSIDADES DA LEITURA E ESCRITA?

As mesmas da alfabetização na década de 30/40 ou na década de 60?

Os de natureza cultural (ligados ao conhecimento produzido na área da leitura e escrita).

Durante muito tempo, os métodos analítico e sintético expressavam a concepção de que ler e escrever significavam o domínio da mecânica da língua escrita.

A alfabetização seria um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler). Tratava-se, portanto, de uma relação entre sons e letras.

As contribuições de várias áreas do conhecimento (Psicologia, Sociolinguística, Linguística) que vêm estudando o processo da leitura e escrita trouxeram novas concepções para a alfabetização. Não se trata mais de um domínio mecânico, na relação sons e letras e, sim, o de construção de sentidos, pelo produtor de texto (leitura e escrita). Ela constitui um processo de comunicação, onde o autor se esforça para compreender o que o autor tem a dizer.

Esta concepção é resultado dos estudos sobre processos de aquisição do conhecimento que trazem implicações para a aprendizagem da leitura e da escrita. Para a pesquisadora Emília Ferreiro significa que a criança vai **construindo concepções sobre a língua escrita** ou seja, passa por diferentes etapas: diferencia o desenho da escrita; os números das letras; enfim, ao superar **hipóteses precárias** (que construiu) chega a compreender como a linguagem está representada na escrita.

Estudando como o processo se dá com adultos, Emília Ferreiro não vai encontrar diferenças significativas em relação ao que percebeu com crianças.

Para o Professor José Juvêncio Barbosa, uma característica marcante dessas novas idéias é que, tal como ocorre na aprendizagem da fala, a leitura também parece ser uma apropriação pessoal decorrente da vivência de situações diversificadas do uso da escrita. Tem início, portanto, bem antes da chegada do aluno à escola.

Para a Professora Magda Soares, as duas concepções convivem na atual prática da alfabetização, gerando métodos que podem ser classificados, segundo a ênfase em um ou outro desses dois pontos de vista. Entretanto, para ela, o processo de alfabetização incluiu uma abordagem "mecânica" do ler/escrever, além do enfoque da língua escrita, como meio

de expressão/compreensão, com especificidade e autonomia em relação à língua oral. Por considerar, ainda, que a alfabetização deve-se voltar para o seu aspecto social - que tipo de alfabetização é necessário em determinado grupo social - a concepção de alfabetização deve contemplar os determinantes sociais das funções e usos da língua escrita.

Magda Soares também tem criticado o significado abrangente atribuído à alfabetização, que se estende por toda a vida. Mesmo reconhecendo que a aprendizagem da língua materna, quer escrita quer oral é um processo permanente, considera que é preciso distinguir a **aquisição** da língua oral e escrita, do **desenvolvimento** dessa mesma língua. Para ela, o desenvolvimento é que nunca se interrompe. A alfabetização não ultrapassaria o significado de levar à aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar as habilidades de ler e escrever. Assim, querer atribuir um significado muito amplo à alfabetização seria negar a sua especificidade, trazendo reflexos indesejáveis na definição da competência em alfabetizar.

No desenvolvimento da língua (oral e escrita), e que deveria ocorrer na escolaridade básica, é que o aluno se torna leitor. Esta condição, leitor, dificilmente será assegurada, se o aluno ficar restrito à alfabetização.

Ao questionar o conceito de alfabetizado - indivíduo que consegue ler as letras do alfabeto - surge um outro conceito: o de analfabeto funcional, ou seja, aquele indivíduo que, tendo sido alfabetizado, não consegue fazer parte da rede de comunicação escrita. A condição de não-leitor tanto pode estar ligada: à falta de uso da escrita; à concepção de aprendizagem da leitura - mecânica e simples decodificação de sons e letras; à precariedade de material escrito e a ausência da continuidade da alfabetização que estaria assegurada nos demais anos de escolaridade básica.

O mundo atual apresenta uma infinidade de situações que exigem o uso da leitura e da escrita, mas onde apenas um grupo restrito participa dessa rede de comunicação. Dela são excluídos os analfabetos, os os analfabetos funcionais e os alfabetizados.

Diante dessa nova exigência, é preciso formar leitores e não apenas alfabetizados. O Professor Foucambert, que vem pesquisando a questão da leitura e da escrita em seu país, a França, vai mais longe. É preciso criar demandas de leitura nos vários contextos sociais.

NO DIA-A-DIA DOS SEUS ALUNOS EXISTEM EXIGÊNCIAS DE LEITURA E ESCRITA? ELES PODEM SER CHAMADOS DE LEITORES?

QUE SE PODE ESTAR DIFICULTANDO PARA QUE O SEU ALUNO ASSUMA A CONDIÇÃO DE LEITOR?

Existem muitos mitos e preconceitos que podem dificultar o acesso do aluno à condição de leitor. Historicamente, o analfabetismo sempre foi visto como "vergonha nacional", "erva daninha", "ingorância", e "câncer - mal que precisa ser estirpado e erradicado". O analfabeto, conseqüentemente, é visto como ignorante, é visto como ignorante, desqualificado para o exercício da cidadania, sem o reconhecimento de que produz cultura, de que participa da construção da sociedade e da produção da riqueza material.

Vale dizer que essas são formas criadas pela própria sociedade, para manter excluídos determinados grupos sociais. Esses mitos e preconceitos presentes no cotidiano têm a intenção de fazer parecer normais e naturais tais exclusões. Todo mundo já ouviu expressões como:

"tenho cabeça dura"

"o doutor é quem sabe das coisas"

"a biblioteca é lugar de estudo"

"é analfabeto de pai e mãe"

Na realidade, essas falas dos alunos jovens e adultos (analfabetos ou com baixa escolaridade) revelam a forma como se vêem fora do mundo letrado. Esta aceitação acrítica e envergonhada de sua condição de inferior ou, até mesmo sua não percepção desses estígmias precisam ser questionadas, para que o aluno recupere a auto-estima. Só assim poderá, por exemplo, ocupar o espaço da biblioteca, dando-lhe outros valores, como o de local de leitura prazerosa.

Prazer pela descoberta de poder ler e, portanto, dominar o instrumento que lhe permite ter acesso a informações diversas e ao conhecimento construído pela humanidade (registrado nos livros). Prazer pela possibilidade de o aluno, diante das questões que o mundo lhe propõe, saber que pode encontrar respostas relevantes na escrita. Prazer pela nova atribuição de sentido que dá ao livro, como bem cultural - fonte de lazer, de informação, de pesquisa.

Em relação à leitura, dificilmente se aceita que o aluno jovem e adulto analfabeto tenha algum conhecimento sobre a escrita. Pode-se até reconhecer que ele possua outros conhecimentos - no manejo de técnicas artesanais, agrícolas, trabalhos manuais.

Existem outros mitos⁽⁴⁾ que circulam na escola. Sendo mitos, falseiam a realidade dos problemas de aprendizagem dos alunos. Para desmitificá-los, é importante reconhecer o conceito de zona de desenvolvimento proximal do pesquisador Vygotsky, da década de 30. Para ele, uma criança pode não ser capaz de fazer uma tarefa sozinha, mas se ajudada pelo adulto, poderá vir a fazê-la mais tarde.

(4) In: Alfabetizar e Libertar, Documento produzido pela Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização - 1990, (miroso)

Zona de desenvolvimento proximal seria, portanto, a distância entre o desenvolvimento real (solução independente de problemas) e o nível de desenvolvimento potencial (solução de problemas sob a orientação de um adulto, ou em colaboração com companheiros mais capazes). Estudos, mais recentemente feitos por outros pesquisadores, observam que aos jovens e adultos também se aplica o mesmo conceito em situações de aprendizagem.

Ilustram-se alguns desses mitos:

a) "OS ALUNOS NÃO PODEM PASSAR DE ANO SEM SABER LER, ESCRIVER, CANTAR E CALCULAR."

"NÃO É VERDADE! aprender a ler, escrever, contar e calcular é um processo contínuo, que se incicia antes da entrada na escola, sistematiza-se nela e prolonga-se em toda a vida da pessoa, dando-se em ritmos diversos, em decorrência das diferenças pessoais e das experiências que cada um traz do seu meio."

"A REPROVAÇÃO NÃO ELIMINA AS CAUSAS DAS DIFICULDADES QUE SE ERGUEM NO CAMINHO DA APRENDIZAGEM: PELO CONTRÁRIO, EXACERBA-AS."

b) "É IMPOSSÍVEL TRABALHAR COM TURMAS HETEROGENÊAS, EM QUE ALGUNS SABEM LER E OUTROS NÃO."

"NÃO É VERDADE! Separar alunos "fortes" e "fracos", "rápidos" e "lentos", "promovidos" e "repetentes", "novatos" e "antigos", formar, enfim, turmas homogêneas, tem permitido uma melhor aprendizagem?"

A convivência de desiguais favorece a aprendizagem entre eles (uns ensinam aos outros).

Se os alunos não conseguem sozinhos resolver problemas ligados ao conteúdo escolar, por que não reconhecer, de acordo com o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que poderão vir a fazer, mais tarde, sozinhos, a tarefa, desde que iniciem, ajudados pelo professor, e/ou pelos órgãos?

Tem sentido para o aluno repetir tudo o que ele trabalhou durante o ano letivo?

Tem sentido separar os alunos, em vez de permitir que eles interajam e possam avançar nos seus conhecimentos?

Uma forma de compreender as razões de certos mitos seria buscando, em Paulo Freire, algumas de suas concepções sobre a educação de jovens e adultos. Para ele, o conhecimento do adulto não deve se esgotar no próprio conhecimento da realidade. O povo sabe que alguns saberes são mais valorizados socialmente que outros. Os alunos procuram os cursos de jovens e adultos porque esperam aprender uma nova forma de ler o mundo. Ultrapassar a forma ingênua e mágica de conhecê-lo, para buscar as razões dos fatos e fenômenos que ocorrem no seu dia-a-dia.

Negar esse desejo não seria mais um ato desumano para aqueles que, historicamente, vêm sendo marginalizados?

Os mitos, a seguir, revelam esse modo de não considerar o saber de experiência feito:

c) "DE NADA SERVE AO ADULTO APRENDER A LER E ESCREVER, SE ELE JÁ VIVEU A VIDA TODA SEM SER ALFABETIZADO."

"NÃO É VERDADE! Antes de qualquer argumento sobre a utilidade da leitura e da escrita, é preciso defender e assegurar o direito que pessoa tem de aprender conseqüentemente, uma dívida social a ser resgatada é a escolarização incompleta, ou jamais iniciada. Por outro lado, a alfabetização é incontestavelmente necessária, enquanto construção de uma compreensão mais eficaz da realidade e que possibilita mudanças sociais.

O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA É INDISPONÍVEL, ISTO É, NÃO PODE SER RENUNCIADO PELO SUJEITO. É TAMBÉM UM DEVER INDISPONÍVEL DO ESTADO, ISTO É, NÃO PODE DEIXAR DE SER ATENDIDO."

d) "JÁ É TARDE PARA APRENDER A LER E ESCREVER. BANANEIRA VELHA NÃO DÁ CACHO."

"NÃO É VERDADE! Independentemente da idade, qualquer pessoa tem a capacidade para aprender e ensinar. Naquele que é chamado de 'alfabeto' existe um alfabetizando, ou seja, um leitor que já constrói estratégias próprias de abordagem do mundo letrado. Há, portanto, um letrado em potencial em cada analfabeto. Assim, a ação alfabetizadora deverá tomar como ponto de partida o respeito pelo que a pessoa já tenha construído e não a sua 'ignorância'.

Tragicamente, os analfabetos são marginalizados porque não sabem ler; por outro lado, não podem aprender a ler porque são marginalizados.

O ANALFABETISMO TEM SIDO, SIMULTANEAMENTE, CAUSA E CONSEQUÊNCIA DA MARGINALIZAÇÃO."

O PAÍS QUE SONHAMOS EXIGE A PARTICIPAÇÃO DE CIDADÃOS ALFABETIZADOS OU DE CIDADÃOS LEITORES?

É desejo dos educadores sonhar com país onde todos tivessem os mesmos direitos - saúde, habitação, educação; que respeitasse as diferenças - de linguagem, de etnias, de sexo, de credo religioso.

Pensar especificamente a educação de jovens e adultos é imaginar uma escola que responda, por exemplo, às necessidades de leitura e escrita exigidas pelo mundo moderno - a comunicação na forma impressa (jornais, livros, revistas) ou mesmo a de outros meios (televisão, rádio, música, terminais bancários de computador, etc).

Para atender a essas exigências não basta ser alfabetizado. É preciso ser leitor.

Profª Wanda Medrado Abrantes

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, J.J. Alfabetização e Leitura. São Paulo:Cortez, 1990.
- FOUCAMBERT, J. A Leitura em Questão. Porto Alegre: Artes Médicas,1994.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido.14.ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra,1985.
- MEC. Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização. Alfabetizar e Libertar. Brasília, 1988.
- MEC. Grupo de Trabalho sob a Coordenação da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR. Erradicação do Analfabetismo1989-1999. Indicações Preliminares. Brasília, março, 1989.
- SOARES, 'M. IN: Cadernos de Pesquisa, n.52. fev.1985, apud Grossi,E.P. etalii. Do Alfabético ao Ortográfico. In: Construtivismo Pós-Piagetiano. Um Novo Paradigma sobre a Aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SOARES, M. Linguagem e Escola. Uma Perspectiva Social.8ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- PEIXOTO FILHO, J.P. A Educação Básica de Jovens e Adultos. A Trajetória da Marginalidade. Teste de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- VYGOTSKY, L.S. A Formação SocialMente. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PARTIR DA REALIDADE DO ALUNO... O QUE É ISSO?

Quem já não ouviu a professora dizer "é preciso partir da realidade do aluno"?

Essa fala (como tantas outras) parece que reproduz os discursos pedagógicos em moda, mas sem nenhuma garantia de assegurá-los na prática de sala de aula. A distância entre o discurso e a prática, nesse caso, provavelmente se deve à própria dificuldade da professora em definir o que é **realidade do aluno**. Para muitas, significa dizer algumas características genéricas (sempre negativas, ou quase sempre) sobre os seus alunos.

- não têm informações;
- faltam muito;
- vivem na miséria, são muito carentes;
- trabalham e por isso estão sempre cansados na aula.

Inicialmente é preciso perguntar:

POR QUE FALTAM? POR QUE PRECISAM ESTUDAR À NOITE? POR QUE VIVEM NA MISÉRIA?

Se formos compreender essas razões, veremos que existe uma sociedade marcada pela desigualdade entre os seus diferentes grupos sociais. Para uns é reservado o acesso à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho. Para outros, a exclusão. Os recentes dados do IBGE (1994) revelam o lado perverso dessa sociedade, onde os nossos alunos do curso noturno pertencem ao grande contingente dos mais desfavorecidos:

- 31 milhões de jovens vivem em estado de pobreza, ao lado da juventude miserável que soma 17 milhões;
- 7 milhões da totalidade dos nossos jovens (12%) têm um trabalho regular e destes só 33,5% dispõem de carteira de trabalho assinadas;
- para 66% dos jovens que trabalham a jornada excede 40 horas semanais, enquanto o ganho mensal fica em torno de meio salário mínimo (Jornal do Brasil, 19/12/90).

Somam-se a esses dados depoimentos cada vez mais frequentes de professoras quanto:

- . à mudança do perfil do aluno trabalhador - desempregados e subempregados;
- . à violência que ronda a escola - relações do tráfico de drogas com os alunos, assassinatos e estupros.

Para manter a lógica da exclusão, a sociedade precisa criar idéias que distorçam essa realidade cruel, passando a imagem de uma sociedade justa. Nada mais sensato do que transformar as vítimas (os excluídos) em culpados. Para isso, se criam simbologias, mitos e outros mecanismos de culpabilização. As propagandas de televisão passam a imagem de uma sociedade sem conflitos, onde tudo é possível, desde que você queira. É tudo uma questão de vontade. A escola oferece todas as oportunidades, mas os alunos não aproveitam... Acender a um cargo de decisão exige muitos pré-requisitos: domínio da linguagem culta, boa aparência. Os ditos populares do tipo: "branco correndo é atleta; negro, é ladrão", reforçam a imagem do marginalizado.

Com toda essa simbologia, não é à toa que as pessoas excluídas acabam introjetando a culpa pelas suas precárias condições de vida. Como nossos alunos estão incluídos nesse grupo, é possível identificar essa imagem que têm de si mesmos, quando falam:

- "não adianta, tenho cabeça dura para aprender";
- "falar não frente de todo mundo? Não, fala a senhora que sabe falar";
- "mereci ser reprovado, não estudei..."

Como vemos, esse é um primeiro esforço para conhecer a realidade **objetiva** e coletiva de nossos alunos, que está marcada pelas condições de classe, de sexo, de raça.

Entretanto, há uma outra realidade subjetiva (emoção, afeto, desejos) e singular, porque é a maneira pela qual cada uma vai reagir às condições impostas pelo contexto mais amplo.

Isso significa estabelecer um outro "olhar" para o nosso aluno. Procurar conhecer o que ele tem a nos dizer, os sentidos que vai atribuindo à sua existência e história de vida. Quem sabe, começar por você, professor e depois, com seus alunos, a fazer os seguintes questionamentos:

O QUE O SEU ALUNO PENSA SOBRE A VIOLENCIA, A SEXUALIDADE, O AMOR?
 POR QUE PROCUROU A ESCOLA?
 COMO FOI SUA HISTÓRIA DE VIDA?

Talvez estas questões nos surpreendam, porque temos tendência a construir uma idéia genérica sobre os nossos alunos e, é claro, com a nossa visão de classe, de valor, sem sequer ouvi-los no que têm a dizer.

Para ilustrar o conhecimento da realidade do aluno, na sua dimensão subjetiva, vejamos o relato da experiência de uma professora:

"Depois de ler com os alunos o livro de Roseana Murray - Retratos, sugeri que selecionassem, dentre as fotografias deles, ou da famí-

lia, aquelas que mais significado tinham para eles. A partir daí, deveriam produzir um texto, revelando os sentidos atribuídos àquelas imagens. Quanta coisa tinha para dizer...

A Joana, por exemplo, revelou que a sua primeira fotografia foi tirada aos 17 anos, quando recebeu o seu primeiro salário.

O Robson também escolheu a única fotografia que tinha. Foi quando entrou para a escola.

A Cléia trouxe a fotografia dos pais, que moram distante e que nunca mais pôde visitá-los...

Essa, sem dúvida, foi uma experiência emocionante. Quanta coisa descobri de meus alunos..."

Pode parecer que essas vivências dos alunos para muitos não diga nada. São só fotografias, diriam. E para os alunos? O que pode significar não ter o registro de quando eram bebês, crianças? Como seriam? Qual o valor, para a Cléia, de ter na fotografia o seu único elo com entes tão queridos? O que pode representar para auto-estima desses alunos o fato de terem alguém (a professora) que se interessa pelas suas histórias de vida?

A esse depoimento se somam outros que permitam identificar histórias dramáticas, como a daquela aluna que foi estuprada pelo próprio irmão. Ou, então, histórias cujas personagens (alunos e alunas) vão construindo suas felicidades, através de religiões, música, do amor, do trabalho, ou seja, de produção da vida humana.

Se você optar por construir na sua sala um espaço de interlocução com e seus alunos (onde todos têm alguma coisa a dizer), descobrirá que eles vivem situações e momentos diferentes de vida:

- o rapaz que vai para a escola, porque tem vergonha de dizer para a namorada que é analfabeto;

- a dona-de-casa, porque é o único momento em que se vê livre dos afazeres domésticos;

- a moça, pois precisa encontrar os seus pares (falam igual, pensam e se comportam de forma semelhante), tão diferentes dos seus patrões;

- a menina que quer aprender a escrever carta para o namorado;

- O senhor que quer continuar os estudos...

Uma outra forma de compreender a realidade do aluno diz respeito ao conhecimento que ele traz para a escola.

Se reconhecermos que nossos alunos detêm uma experiência de vida, construída nas suas relações com o trabalho, a família, a vizinhança, os amigos é natural que reconheçamos o saber aí construído (fruto da experiência vivida). Além do mais, é preciso **construir saber**, para sobreviver a tantas dificuldades: para comprar, para não ser engana-

do pelo patrão, para não chegar atrasado, para comer, para trabalhar, para decidir. Nessa luta do dia-a-dia desenvolve, por exemplo, uma série de raciocínios matemáticos (comparar, categorizar, agrupar). Ao mesmo tempo vão fazendo suas leituras de mundo, que é uma forma de compreendê-lo ainda que parcialmente.

Finalmente, considerando que o seu aluno vivem em uma sociedade letrada, propomos os seguintes questionamento:

VOCÊ ACREDITA QUE O SEU ALUNO ANALFABETO CONSTRUIU ALGUM CONHECIMENTO SOBRE A LÍNGUA ESCRITA, ANTES DE ENTRAR PARA A ESCOLA? QUE TIPO DE CONHECIMENTO?

Segundo FERREIRO(1983) , é preciso evitar a visão simplista de que o adulto analfabeto não tem nenhum conhecimento da língua escrita. Isso porque supõe que entre o "não-saber" e o "saber" não exista nenhum conhecimento intermediário sobre o sistema alfabético da escrita e seu funcionamento. Essas pessoas não só lêem algumas palavras do seu cotidiano (nome de ruas, de produtos comerciais, de ônibus), como também têm uma percepção das possibilidades combinatórias das letras.

Muitos já sabem identificar a estrutura do texto de carta, de bilhete, de história, de receita culinária, de bula de remédio (basta que leiam para eles).

Um outro conhecimento diz respeito à direção da escrita: da esquerda para a direita (os árabes usam a direção inversa); de cima para baixo.

Enfim, se forem estimulados a escrever alguma coisa, muitos serão capazes de "quase" acertar, ou até mesmo relacionar uma série de palavras que conseguem ler.

Partir da realidade do aluno... Agora já sabemos o que é isso. O conhecimento do aluno é, sem dúvida, ponto de partida para a construção de novos conhecimentos.

Profª Wanda Medrado Abrantes

Bibliografia

- FERREIRO, E. Reflexões sobre Alfabetização. São Paulo: Cortez, 1991.
TEVES, N. (org.) O Imaginário Social e Educação. Rio de Janeiro: Grifus, 1992.

TEXTO COMPLEMENTAR

- RIOS, R. No Coração da Letra. In: Almanaque do Aluá, Rio de Janeiro: Sapê, 1993. pp. 50-51

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS NA SELEÇÃO DE PALAVRAS GERADORAS																																				
PROBLEMÁTICA EXIXTENCIAL					Nº DE ORDEM	PALAVRA GERADORA	DIFICULDADES FONÊMICAS																													
E	P	I	S	H			B	CB	CF	Ç	D	F	GB	GF	GU	H	J	L	M	N	P	QU	R	RR	RB	S	SZ	SS	T	V	X	Z	CH	LH	NH	A

GDF - SE - FEDF

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

Unidade de Educação de Jovens e Adultos

Subunidade de Alfabetização e Educação Básica

ALFABETIZAÇÃO

Texto (em revisão) extraído dos registros de
de pesquisa do Projeto "Curso de Formação de Alfabetizadores
de Jovens e Adultos (à distância)"

Coordenadora: Maria Luiza Pereira Angelim - UnB

I - ALFABETIZAÇÃO

1 - CÍRCULO DE CULTURA

Alfabetizar é, além de aprender a ler e escrever, compreender a realidade que se está lendo ou escrevendo. Dentro de uma visão geral do mundo, o alfabetizado deverá ter sua opinião própria sobre os fatos e acontecimentos que o cercam, sem ficar dependente da avaliação de outras pessoas. Este conceito vem se diferenciando do que se convencionou pensar sobre alfabetização, como processo mecânico de decodificação da leitura e escrita.

É dentro desta proposta que cabe o conceito de "círculo de cultura", como sendo um encontro entre culturas (alfabetizando, coordenadores e observadores), onde cada uma tem sua experiência para trocar e enriquecer-se com a experiência do outro. É uma dinâmica que recupera o princípio básico da convivência em grupos, respeitando as diferenças quanto a escolaridade, idade, sexo, cor, religião ou qualquer que seja o motivo, e assumindo as diferenças como fato positivo de troca entre sujeitos que tem sua própria consciência.

Para que isso ocorra o coordenador deverá propiciar esta troca, sem estabelecer a relação que hoje se verifica na sala de aula tradicional, onde o professor é uma autoridade que detém o saber, enquanto o alfabetizando é aquele que nada tem a contribuir. Isto não é reconhecimento das diferenças, mas imposição de um sobre o outro. Esse tipo de relação não deve acontecer no que chamamos círculo de cultura.

É um círculo, exatamente porque assim deverão estar dispostas as cadeiras e carteiras, para que um alfabetizando possa olhar para o outros, estabelecer um diálogo onde todos são sujeitos, facilitando a comunicação entre as pessoas que se olham e trocam suas experiências. É um círculo de cultura porque o exercício de entrar no mundo do outro e apresentar aos outros seu mundo, recupera muito da nossa cultura perdida, revela o que pode ser desconhecido para alguns e proporciona uma nova visão de leitura do mundo, tornando o alfabetizando confiante de que ele também faz cultura, de que ele também é cultura. Como pode ser percebido, o círculo de cultura é mais que uma sala de aula tradicional, onde o lugar de destaque do professor e de onde ele passa a ditar as normas para aprendizagem dos alunos que ficam um olhando as costas ou a noca do outro. Este é um fator fundamental para que o círculo funcione.

A proposta de alfabetizar em círculo de cultura pretende estender as discussões ali realizadas para o círculo maior de convivência das pessoas, ou seja, a comunidade onde vivem os alfabetizando, coordenador e observadores, para garantir a concretização das propostas apresentadas pelo grupo quando levantam as possíveis soluções para seus problemas cotidianos.

2- COMO FAZER UM CÍRCULO DE CULTURA

I - Levantamento do universo vocabular:

1) Pesquisa:

A pesquisa do universo vocabular se dá no contato do coordenador com a comunidade que deve ser feito de forma íntima, prazerosa e, sobretudo, amigável, eliminando, assim a utilização de um roteiro pré-estabelecido de perguntas. A pesquisa é feita em todos os lugares onde o povo está: bares, campo de futebol, escolas, igrejas, associações, trabalho, mercados. Todas as pessoas são ouvidas, não só os adultos, mas também as crianças. Este levantamento pode ser feito também a partir da escuta dos diálogos que, comumente, ocorrem em paradas de ônibus, filas de hospital, festas locais, etc. Em alguns momentos, o pesquisador, poderá estabelecer um diálogo informal com as pessoas nestes locais de maior aglomeração, sem se preocupar em escrever o que for dito no mesmo momento, isto inibição e constrangimento. Em outros, nem se faz necessária a intervenção do pesquisador no diálogo, mas ele apenas observa e anota as discussões que possam estar acontecendo entre pessoas.

Caso você seja da própria comunidade, este se torna ainda mais fácil de ser aplicado, pois já conhece o modo de viver, de agir e os costumes dessas pessoas, facilitando assim o bom relacionamento entre ambos, tanto na hora do levantamento do universo vocabular, como no pró-prio círculo de cultura. Mas, cuidado para não se enganar com as palaavras que você está levantando; elas devem ser realmente do alfabetizando e não suas. Se você sentir necessidade, faça uma releitura das palaavras levantadas antes de iniciar a seleção.

2) Seleção das palavras geradoras:

Após o levantamento do universo de mais ou menos cento e cinquenta palavras do vocabulário da comunidade que será alfabetizada, passamos para a seleção destas palavras, utilizando os seguintes critérios:

- Possibilidades figurativas;
- Problemática existencial;
- Dificuldades fonêmicas.

a) Possibilidade figurativa:

A primeira seleção que é feita com as palavras levantadas é a verificação daquelas que podem ser representadas figurativamente, ou seja, através de uma gravura ou do objeto concreto. É importante ressaltar ao coordenador que esta representação deverá ser o mais real possível, por exemplo, no caso do levantamento feito em São Miguel do Araguaia -TO, uma das palavras selecionadas foi "rede", portanto no círculo de cul

tura, quando for trabalhada a palavra rede este objeto será levado para que todos observem e discutam sobre a realidade que o envolve.

Outro detalhe que precisamos observar é que as palavras importantes como: governo, política, saúde, doença, amizade, luta, etc não são fáceis de serem representadas, por isso procuraremos abordar a realidade que uma delas traz, em outras palavras similares ou que abrem o espaço para estes questionamentos.

b) Problemática existencial:

As palavras levantadas passam pela primeira seleção sendo revisadas, observando sua abrangência no que se refere a representação de problemas econômicos, políticos, ideológicos, saúde, habitação, família, lazer e transporte.

É necessário que a palavra geradora tenha um significado na realidade em que será discutida, seja de interesse do grupo de alfabetizando que possa despertar no grupo a possibilidade de sua opinião sobre o tema, ouvir a opinião dos demais ou até mesmo, alguns reconhecerem que nunca pensaram em tal problema. Isto não é uma prática da sociedade em que vivemos, pois, a maioria das notícias que ouvimos no rádio ou na televisão, já vem prontas, não temos espaço para questioná-las e acabamos por engolir-las. O círculo é que representa um espaço para uma reflexão coletiva da realidade.

Mas, é importante verificar que para uma palavra representar uma problemática existencial é preciso observar o grupo que será alfabetizado. Por exemplo: A palavra CADEIRA, para uma dona de casa, não representa muita discussão no círculo. Já, para um marceneiro, ela abrange toda uma realidade, ligada a questões econômicas, de sobrevivência, no seu dia a dia. Enquanto que, a palavra COMIDA, gera uma discussão que é comum a todos os alfabetizando. Outros exemplos vemos nas palavras CAPACETE, utilizada especificamente nos círculos de cultura da construção civil e BABAÇU, utilizada, na zona rural de Tocantins.

c) Dificuldades Fonêmicas:

A seleção final das palavras é feita com base nas dificuldades fonêmicas da língua portuguesa, ou seja, procura-se escolher as palavras que representam todos os sons emitidos na língua, evitando a repetição de um ou mais sons, por várias palavras. Estes sons vem representados pelas seguintes letras: R, C (forte) e C (brando), D, F, GU, G (forte) e G (brando), J, L, M, N, P, QU, R (forte) e R (brando), RR, S (forte) e S (brando), SS, T, V, X, Z, CH, LH, NH, ...

Terminada a seleção do universo vocabular, ainda é preciso ordenar as palavras selecionadas para serem utilizadas no círculo. Isto é feito seguindo, basicamente, dois cuidados:

- As primeiras palavras deverão apresentar dificuldades fonêmicas mais brandas, ou seja, sem entrar nas complexidades dos SS, RR, Ç, TR, CH, LH, NH, QU, GU. Por exemplo, podemos citar a primeira palavra utilizada em Ceilândia/DF: LOTE; no Gama/DF: POVO; em São Miguel/TO: RE DE.

- Os fonemas iguais na escrita, mais diferentes na pronúncia e vice-versa, não deverão ficar próximos uns dos outros. Por exemplo: a palavra CHUVA é a 4ª, enquanto FAXINA é a 15ª, no levantamento do Gama/DF;...

3) Etimologia da palavra geradora:

Etimologia significa a origem de uma palavra. O estudo da origem das palavras surgiu a partir das dificuldades de se compreender a ortografia de algumas, nos círculos de cultura. Um dos exemplos desta situação é a palavra RELIGIÃO, que os alfabetizandos de Ceilândia/DF perguntaram porque era com G e não com J. No dicionário etimológico está que religião vem de RELIGARE, por isso se usa G e não J.

Foi a partir desta experiência, que os coordenadores de Ceilândia passaram a procurar a origem das palavras, no dicionário etimológico, como uma das fontes de pesquisa.

Introdução da primeira palavra geradora:

1 - Discussão da Palavra Geradora:

O primeiro passo para o estudo da palavra geradora é a discussão da realidade que esta representa, através do cartaz da situação existencial que pode ser afixada no quadro, para que os alfabetizandos o observem.

Após a observação do cartaz, o coordenador dá início ao debate.

As etapas identificadas no processo de discussão da palavra geradora são:

ETAPA I - Identificação do cartaz - Os alfabetizandos identificam o que existe no cartaz, ou seja, desenhos, expressões de pessoas, gestos e mensagens que, por ventura, existam no cartaz.

ETAPA II - Identificação com o cartaz - Os alfabetizandos se vêem dentro do cartaz, ou seja, relacionam a realidade apresentada no desenho com a sua realidade.

ETAPA III - Apropriação do problema - Os alfabetizandos passam a assumir o significado do que está representado no cartaz, discutindo os problemas que envolvem esta situação existencial.

ETAPA IV - Busca de soluções - A partir do debate das questões relacionadas com a palavra geradora, o círculo de cultura tenta buscar explicações e soluções diversas para resolver os problemas.

Este debate deve se dar da forma mais informal e participativa possível. Ninguém é dono do saber, mas todos tem algo a contribuir com suas idéias, com sua experiência de vida. O coordenador deve estar atento a todas as opiniões e procurar confrontar as idéias divergentes que possam surgir no círculo. Este não é um momento simplesmente de bate-papo, mas é uma revelação da visão de mundo que cada membro do círculo tem, por isso é importante ter em mente as etapas descritas acima, como um caminho que o grupo deverá percorrer no reconhecimento da situação existencial que está por trás do desenho.

Cabe ao coordenador explorar as diferenças no grupo, porque elas é que possibilitam o diálogo. A medida em que todas as opiniões são iguais o diálogo sofre uma queda, pois não há algo que o impulsione, eliminando a reflexão do grupo. É importante que todos se expressem e que um não prevaleça sobre os outros, por ser este um processo coletivo.

O coordenador deve manter-se atento quanto à sua postura diante da discussão no círculo de cultura, pois ela pode influir ou não no diálogo; ou conduzindo para um debate livre e de forma crítica; ou induzindo os alfabetizandos a pensarem o que você quer. Por isso é que a função do coordenador, enquanto mediador de uma discussão é a de valorizar todas as idéias, tendo o cuidado de não ficar fazendo discurso para os alfabetizandos ou emitindo opiniões próprias.

É coordenador porque dentro da discussão, ele coordena o debate, evitando o agravamento de determinadas posições, tais como a centralização. Pode ele, também, incentivar outros alfabetizandos a participarem ativamente do debate. O debate poderá ser coordenado através de perguntas, as mais amplas possíveis, de forma que facilite o diálogo.

Geralmente, num primeiro momento, o alfabetizando começa expressando o que ele acha que o coordenador quer ouvir, ou seja, ele responderá em dúvida. O coordenador deve procurar acabar com esta dificuldade estimulando-o a exercer a auto-confiança. É necessário verificar que este "medo" que os alfabetizandos têm de responder, vem da própria sociedade em que ele vive, onde é constantemente discriminado com idéias como: "quem tem conhecimento é que deve falar e quem não tem deve ficar calado".

O coordenador, antes do debate, deve estar preparado para fazê-lo, por exemplo conhecendo os assuntos relacionados com o tema da palavra geradora. Exemplo:

Palavra LOTE

Temas:

- Questões da moradia;
- Reforma agrária;
- Infra-estrutura das casas e doenças causadas pela falta dela;
- Aluguel;
- Programas habitacionais.

Estes temas são abrangidos nas discussões dentro do círculo de cultura. Além de realizar a discussão é fundamental que se chegue a uma atividade prática: participando em associações de moradores, mutirões de limpeza e outros eventos que envolva também a comunidade. Estas são algumas das possibilidades de participação que apresentamos, são expectativas, mas não obrigatoriamente, ocorrerão com todos os alfabetizandos, desta forma.

O controle do tempo da discussão é importante, pois facilita que se trabalhe o restante das atividades. Por isso sugerimos que ela dure em torno de 30 minutos, sendo é claro, que não se deve encerrar o debate em função de um cronômetro.

O coordenador deverá ter o cuidado de procurar ir amarrando com o grupo a discussão, dentro deste tempo, para poder prosseguir com o círculo.

2 - Leitura da Palavra Geradora:

Como já foi dito, junto com o desenho que representa a situação existencial, vem, escrita a palavra correspondente ao desenho, para que o alfabetizando possa associar os dois códigos, a escrita e a gravura. O coordenador deverá perguntar ao alfabetizando se no cartaz há algo além da gravura. Quando todos identificarem a palavra escrita no cartaz como sendo a situação que eles vinham discutindo até aquele momento, o coordenador, então pede a cada um que leia a palavra individualmente e depois juntos.

Passada esta primeira leitura da palavra geradora ainda no cartaz com a gravura, o coordenador substitui este cartaz por outro contendo, agora, apenas a palavra:

LOTE

Os alfabetizandos lêem este cartaz em grupo e, depois, individualmente. É importante que o coordenador acompanhe a leitura com atenção, inclusive repetindo o que foi lido após o alfabetizando, para transmitir-lhe segurança. Neste momento deve-se ter cuidado ao identificar os alfabetizandos que não estão reconhecendo a palavra geradora, para que a dificuldade apresentada possa ser sanada naquele momento.

Após a leitura da palavra geradora por todos, o coordenador fará a seguinte comparação: "Podemos comparar esta palavra que estamos estudando com nossas casas. Elas, geralmente, possuem dois ou mais cômodos: sala, banheiro, cozinha, quartos. São as partes da casa. Pois bem, a palavra também é formada por partes que podemos identificar, observando quantas vezes abrimos a boca para pronunciá-la. No caso de LOTE, vamos observar quantas vezes abrimos a boca para pronunciá-la.

Quando o alfabetizando identifica quantas vezes ele abriu a boca para falar a palavra geradora, você pedirá a ele que, então, pronuncie cada pedaço e pode-se passar a representação do cartaz seguinte, com os pedaços da palavra separados:

LO TE

LOTE. Quando os alfabetizandos identificam o **LO** e o **TE**, o coordenador explica que aqueles pedaços próximos do **LO** são a família, e encaminha a leitura individual e grupal desta família:

LA LE LI LO LU

O mesmo processo se dá com a leitura da família do **TE**:

TA TE TI TO TU

Uma preocupação que o coordenador deverá ter é a de fazer a leitura das famílias, não somente de forma direta, mas invertendo a ordem dos pedaços indicados, para que os alfabetizandos não fiquem decorando as famílias.

Terminada a leitura das famílias em separado, é o momento do coordenador fazer uma mistura entre as duas famílias trabalhadas, alterando na vertical e na horizontal os pedaços indicados para leitura. Esta não é uma leitura fácil para o alfabetizando, por isso é importante que você seja paciente e respeite o momento que cada um deve ter, fazendo sua leitura. O grupo também poderá ajudar aqueles que tiverem dificuldades, mas sem deixá-los acomodados esperando para que o outro leia por eles.

Tendo feito o processo de leitura individual e em grupo, o coordenador pergunta qual a diferença entre as duas famílias vistas no cartaz ou seja, entre a família do LO e a família do TE. Este tipo de pergunta, que pode ser feita também na introdução do 5º cartaz, faz com que eles vejam que a letra da 1ª sílaba é o "L" e a letra da outra é o "T", diferenciando assim essas duas consoantes. Além disso, você faz outras perguntas do tipo "qual a letra que aparece repetida na família do LO? E quais aparecem diferentes?". Após fazê-la, o alfabetizador explica que as letras que estão repetidas são as consoantes e as letras que estão diferentes são as vogais.

3 - Formação e correção das palavras de momento

Em seguida os alfabetizandos lêem o cartaz em grupo e individualmente, sendo que o coordenador terá os mesmos cuidados que teve na leitura do primeiro cartaz. Terminada a leitura, ele questiona a diferença deste cartaz com o anterior, a fim de que os alfabetizandos percebam e descubram que houve a separação de sílabas.

O cartaz seguinte também representa a palavra geradora separada em pedaços, só que agora a divisão é mais explícita:

LO - TE

Ao ler este cartaz, os alfabetizandos estão lendo a palavra decomposta em pedaços e cada pedaço desse tem um som, que é capaz de formar uma palavra com outros sons.

Neste cartaz, o coordenador tampa uma das sílabas e pede para que os alfabetizandos leiam a outra e vice-versa. Esta leitura é feita em grupo e individualmente, utilizando o mesmo procedimento do cartaz anterior.

Ao terminar a leitura deste cartaz, o coordenador pergunta aos alfabetizandos qual a diferença entre este cartaz e o anterior, de forma que neste cartaz a separação é feita em pedaços e que cada pedaço desses constitui uma sílaba, cuja junção dá origem a uma palavra.

Em todos estes momentos de leitura, o coordenador deverá estar sempre reforçando qual a palavra geradora estudada naquele dia. Continua o estudo fazendo uma outra comparação: "Assim como a maioria de nós temos uma família, os pedaços das palavras tem uma 'família' vamos ver as famílias dos pedaços da palavra lote no próximo cartaz:

LA LE LI LO LU

TA TE TI TO TU

Neste momento, o coordenador pede aos alfabetizandos para localizarem no cartaz das famílias fonêmicas os pedaços da palavra.

Terminada a leitura dos cartazes, tem início a formação de palavras através da ficha de descoberta. A ficha de descoberta trata-se de uma pequena ficha que contém as famílias da palavra geradora, ou seja, é uma espécie de cartaz-família reduzido, onde o alfabetizando forma, com as sílabas destas famílias, diversas palavras e as escreve no caderno.

Você, juntamente com o observador, acompanha o desenvolvimento dos alfabetizando neste momento, a fim de esclarecer eventuais dúvidas que, por ventura, estes apresentarem.

Para formarem palavras tranquilamente, é necessário que os alfabetizando tenham tempo.

Ao acompanhar o alfabetizando, você não diz que está certo, errado ou que é desta ou daquela forma que se faz. Você incentiva o alfabetizando a descobrir o que se pede através de diversos questionamentos que os facilitem chegar à resposta correta.

Pode ocorrer que um alfabetizando queira formar a palavra LATA e não consegue. Daí, ele pede a você ou ao observador que o ajude a encontrá-la.

Você ou o observador, neste caso, questiona ao alfabetizando quantas vezes se abre a boca para falar a palavra LATA.

Após o alfabetizando ter descoberto que são 2 vezes e consequentemente que ela tem 2 sílabas, você pergunta: "A primeira vez que nós abrimos a boca para falar a palavra LATA nós falamos o quê?

Se ele conseguir descobrir que é o LA, você faz com que ele indique na ficha de descoberta onde é que está o LA (obviamente, o alfabetizando já deve conhecer as sílabas da ficha de descoberta). Depois

do alfabetizando ter descoberto a 1ª sílaba, você ou o observador utiliza o mesmo procedimento com a descoberta da 2ª sílaba.

A princípio, para motivar o alfabetizando a formar palavras, você forma algumas poucas palavras para incentivar e demonstrar como se faz aos alfabetizandos.

Muitos alfabetizandos formam palavras mortas como LETU, TILI. De início, todas essas palavras servem, desde que sejam feitas, mais adiante o alfabetizador explicará a diferença.

Após todos os alfabetizandos terminarem a formação de palavras, você iniciará a correção das mesmas.

Esta correção é feita no quadro, de modo que todos possam visualizá-la e consequentemente analisá-la.

Você, se possível, coloca uma ou mais palavras de cada alfabetizando no quadro (de preferência a palavra que eles tiveram dificuldades em fazer, a palavra que esteja errada ou, dada o número, todas) para que possam ser corrigidas. O alfabetizando pode escrever a palavra que formou no quadro.

Às vezes, no círculo de cultura, alguns alfabetizandos têm facilidade em ler algumas palavras escritas em letra bastão ou imprensa (como se chama tradicionalmente assim como tem escritas à mão).

Para evitar problemas na correção das palavras, você, nesse caso, escreve a palavra de duas formas: uma letra de imprensa; outra em letra cursiva; e, em seguida, corrige a palavra.

Na correção, o alfabetizando lê a palavra junto com o grupo, pergunta como ela ficou e, em seguida, corrige a palavra.

Na correção, o coordenador lê a palavra junto com o grupo, pergunta como ela ficou e, em seguida, questiona o que quer dizer a mesma. Se a palavra estiver errada, assim que terminar de lê-la com o grupo, o coordenador pergunta ao grupo se é dessa forma que se escreve ou tem outra forma de escrever.

O grupo responderá se tem ou não. Caso ele não responda, por não saberem da resposta, o coordenador pedirá a eles que pesquisem em casa como se escreve a palavra.

Terminada a correção de palavras, o coordenador pede aos alfabetizandos que formem outras palavras em casa, a fim de que possam ser corrigidas no início do círculo seguinte.

Correção das palavras trazidas de casa e introduzidas da segunda palavra geradora:

1-Correção das palavras:

Como foi pedido no dia anterior, todos os alfabetizandos deverão trazer nem que seja uma palavra para ser apresentada ao grupo e corrigida completamente.

Estas palavras poderão ser escritas no quadro pelo próprio alfabetizando, ou pelo coordenador, isto vai depender do grupo. Se ele mesmo quiser colocar é ótimo, até para descaracterizar o quadro e o giz como propriedades do coordenador, mas isto deve ser espontaneamente se não poderá inibir mais ainda os alfabetizandos. Se o alfabetizando preferir que o coordenador escreva para ele, é importante que este tenha o cuidado de escrever exatamente o que o alfabetizando trouxe e não o que ele acha que é; para isto, as palavras poderão ser ditadas letra a letra, ou pedaço por pedaço.

Agora, vamos discutir ainda um pouco mais sobre como esta correção poderá se dar no círculo de cultura:

Estando todas as palavras no quadro, o coordenador pode iniciar a correção, pedindo a um dos alfabetizandos para começar a ler suas palavras. À medida que o alfabetizando vai lendo cada palavra, o coordenador pede a todo o grupo que repita a leitura com ele. Em seguida o coordenador perguntará o que significa a palavra ao alfabetizando. Dada a resposta, ele verifica no grupo se todos conhecem a palavra que foi lida. É neste momento que o coordenador deve estar atento para a reação dos alfabetizandos, pois pode acontecer deles conhecerem a mesma palavra com outro significado ou escrita de outra forma e todas estas contribuições precisam ser aproveitadas neste momento da correção.

É importante lembrar ao coordenador que ele não está ali para definir o que está certo ou errado, mas são os alfabetizandos que tentarão chegar à conclusão de como se escreve esta ou aquela palavra. Caso isto não ocorra é o momento do coordenador sugerir que levem tal palavra para pesquisar em casa, onde procurarão ver com outras pessoas como acham que a palavra pode ser escrita.

Este processo se repetirá com todas as palavras que estiverem no quadro. O coordenador deverá ter o cuidado de não deixar a correção se tornar cansativa e sem participação. É importante que os alfabetizandos sintam que cada palavra no quadro, mesmo não sendo sua, contribui para sua aprendizagem e o alfabetizando que a trouxe também precisa da ajuda de todos para identificar se ela é assim mesmo ou não.

A correção poderá durar de 25 a 30 minutos, sendo que depois o coordenador passará à introdução da palavra geradora daquele dia.

2 - Introdução da segunda palavra geradora

Para recordar os passos da introdução da palavra geradora, você poderá retomar as explicações dadas anteriormente, com a palavra **LOTE**.

FONTE: Angelim, Maria Luiza Pereira. "Cadernos de Pesquisa".

ANEXO II

PAULO FREIRE - EVOLUÇÃO DO SEU PENSAMENTO

HISTORICIDADE DO "MÉTODO" DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
DIRETIVIDADE NA EDUCAÇÃO LIBERTADORA - A DESCOBERTA
TEXTOS SELECIONADOS por Maria Luiza P. Angelim

FREIRE a FAUNDEZ (diálogo 1986)

"Gostaria, Paulo, que você aprofundasse essa análise e nos dissesse se está de acordo quanto ao salto qualitativo de seu trabalho e quanto à possibilidade concreta que o Conselho nos deu para que descobríssemos a *diferença*.

PAULO — Sim, concordo com a análise que tu fazes. Li inclusive a tua resenha. Indiscutivelmente, a possibilidade que tive de, trabalhando no Conselho Mundial de Igrejas, andarilhar pelo mundo, foi de vital importância para mim.

Numa rápida recapitulação, pensemos no seguinte: havia vivido intensamente no Brasil, precisamente no Recife, uma experiência rica, enquanto educador, primeiro como professor de Língua Portuguesa, depois, como professor de História e Filosofia da Educação da Universidade do Recife, a que juntei uma atividade permanente, ora em áreas urbanas, ora em áreas rurais, às vezes como educador popular, desde os começos dos anos 40. Nos anos 60 participei, com minha geração, de um momento desafiador da história político-social do país, de que tenho falado em alguns de meus trabalhos. Antes do golpe de Estado de abril de 1964, coordenei o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação. Com o golpe, que pôs por terra os sonhos de minha geração e não somente dela, parto para o exílio. Primeiro, a Bolívia. Dois meses na dureza da altitude, para mim insuportável, de La Paz, e sem perspectiva, devido ao golpe ocorrido lá, quinze dias depois da minha chegada. Depois, como já disse, o Chile, onde iniciei um aprendizado realmente rico com o processo histórico chileno, com o povo chileno, com os educadores e educadoras chilenos.

Em 69, deixo o teu país e me fixo por quase um ano nos Estados Unidos, de onde finalmente, atendendo ao convite do Conselho Mundial de Igrejas, venho para Genebra.

Chego ao Conselho e, sem pretender idealizar a Casa, encontro um ambiente sério, de companheirismo, de lealdade. Jamais surpreendi nos corredores desta casa, nos dez anos em que aqui estive e trabalhei, mesquinhas, inferioridades. Nunca tive notícia de nenhum tipo de crítica a mim ou a ninguém, motivada por inconfessáveis razões. Jamais fui convidado pelo secretário-geral ou pelo diretor do Departamento onde trabalhava para que me sugerissem uma cautela maior nos meus escritos ou pronunciamentos em reuniões oficiais dentro ou fora da Casa.

Reiterando outra afirmação anterior, minha tarefa como consultor especial do Departamento de Educação me levava a grande parte do mundo, atendendo a convites de Igrejas, de movimentos sociais, de governos, de órgãos das Nações Unidas e de universidades.

Creio que isto era suficiente para advertir-me de que estava vivendo um momento importante e singular de minha vida. Um momento realmente desafiador. Teria, percebi imediatamente, de fazer o possível para aproveitar o momento, aguçando a minha curiosidade no sentido de aprender mais.

Evidentemente as novas condições em que comeci a me experimentar, se bem aproveitadas por mim, se constituíram, como realmente se deu, em algo fundamental para a minha formação permanente.

Assim, quando dizes, na resenha referida, que a minha chegada ao Conselho e a minha "convivência" com a África são momentos

importantes em minha formação, estás certo. Não é por acaso que as primeiras ou segundas palavras das *Cartas à Guiné-Bissau* são uma demonstração humilde do que significou para mim o meu encontro com a África, no fundo um reencontro comigo mesmo, com o Brasil. Em última análise, como dizias, ao defrontar os mistérios da África, descobri os meus próprios mistérios, meus segredos de brasileiro exilado. Devo repetir que, a partir desta casa, o contexto africano, o asiático, o latino-americano, o da América Central, o do Caribe, suas lutas em diferentes níveis, tudo isso me desafiou, ao longo dos dez anos de casa, a alcançar uma compreensão mais crítica da educação enquanto ato político e da política enquanto ato educativo.

Me lembro agora de como, no relatório que escrevi após a minha primeira visita à África, chamava a atenção de algo realmente óbvio, mas necessário de ser vivido para que se tenha dele um conhecimento sólido — o quão difícil é recriar uma sociedade. Foi a minha vivência, antes de vir para esta casa (e que se aprofundou e prolongou ao aqui chegar), com o Chile, o Chile pré-Allende e o de Allende, foram as minhas visitas a Tanzânia, a Zâmbia, depois a Angola, Guiné-Bissau, a São Tomé e Príncipe, ao Cabo Verde, à Nicarágua, a Grenada, para falar apenas nestes contextos, que me possibilitaram perceber, mais do que simples leituras de livros, mesmo que ajudado por algumas, a precisão da seriedade, da coerência, da persistência no trabalho, da humildade no engajamento político. A precisão de uma fé vigorosa no Povo e não apenas na exatidão científica.

Recriar uma sociedade é um esforço político, ético e artístico, é um ato de conhecimento. Trabalho pacientemente impaciente, como diria Amílcar Cabral.

A compreensão das diferenças, a questão da tolerância, tudo isso veio sendo posto a mim na longa experiência do exílio, de que a maior parte do tempo vivi nesta casa e nesta cidade de Genebra." (p. 113-115)

Do livro: FREIRE, Paulo & FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PAIVA (1980) sobre PAULO FREIRE e seu discurso pedagógico (1959-1963)

"Busca-se neste trabalho contribuir para a compreensão da formulação pedagógica de Freire como produto de um período da vida intelectual brasileira capaz de gerar exatamente aquele tipo de idéias pedagógicas, como parte da sua lógica" (p. 11-12)

"Neste sentido, o método de alfabetização de adultos de Freire (e as idéias que lhe servem de base) é o resultado, em termos pedagógico-didáticos, de uma complexa evolução de idéias que começa no Instituto Brasileiro de Filosofia, que passa pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros e que desemboca na Ação Popular, num sinuoso percurso que mostra um caminho que vai da atividade meramente especulativa à militância política, passando por formulações teóricas provenientes de instituições de caráter e com objetivos muito diversos, que inclui elementos provenientes de variadas tradições teóricas e que incorpora, em cada um de seus momentos mais marcados, "restos" do momento anterior." (p. 18-19)

"Mas o êxito de Freire por toda parte parece estar apoiado em algumas características da sua obra que, se por um lado podem ser apontadas como seus pontos débeis, são igualmente seus pontos fortes. Se observamos em seus escritos, até 1965, certa imprecisão teórica que se acompanha de um insuficiente desdobramento das idéias (carências que Freire buscou suprir em seu trabalho posterior a 1965), foram exatamente estas características que permitiram a cada leitor fazer de seus livros a leitura que mais lhe conviesse e utilizar o seu método de forma compatível com tal leitura. Elas não impediram, no entanto, o autor pernambucano de criar um instrumento pedagógico dos mais interessantes surgidos nas últimas décadas em todo o mundo e que muito deve também à sua intuição e sensibilidade." (p. 17)

Do livro: PAIVA, Vanilda P. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

MACIEL (1963) sobre o sistema Paulo Freire de Educação

"O Sistema Paulo Freire de Educação, que prevê a utilização de todos os canais possíveis de comunicação, conduz a uma série de fatos novos. O professor tradicional, por exemplo, é substituído por um "coordenador" de debates cuja função é, pelo diálogo franco, informal e sincero, retirar das situações compactamente programadas nos slides — e, no futuro, em filmes e na TV — todo um complexo de informação ligado, através das reduções a vocabulários mínimos, ora à Antropologia Cultural, ora à Sociologia, ora à Geografia Humana etc. Assim, a sala de aula cede lugar a um "círculo de cultura" e a aula tradicional a um "debate" democrático e espontâneo. Acima de tudo agradável e autêntico." (p. 142)

"O Sistema Paulo Freire de Educação é, assim, na perspectiva que nos abre a filosofia desenvolvimentista nacional, uma das poderosas ferramentas da práxis que estava faltando ao ISEB, pois que ambos — SEC e ISEB — se completam na fase atual da revolução brasileira.

A primeira etapa do Sistema — já formulada e, presentemente, em estágio experimental — é a de alfabetização infantil.

A segunda etapa do Sistema — fase atual de atividade do SEC — é a de alfabetização de adultos. Consta, em largos traços, de um método de alfabetização rápida³, sem cartilha, sem o professor tradicional, fazendo utilização ampla de ajudas audiovisuais (projeção fixa, atualmente) e da motivação a partir de situações existenciais dos grupos a alfabetizar, conscientizando pelo diálogo franco e informal. Parte, para isso, do levantamento do universo vocabular dos alfabetizandos, de onde são retiradas as chamadas "palavras geradoras" para alfabetização. Utiliza cerca de 8 slides (ou fichas projetadas em episcópio) para motivação e conscientização, e mais 8 ou 10 para a alfabetização propriamente dita." (p. 129-130)

Do artigo: MACIEL, Jarbas. Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação. IN: Estudos Universitários. Revista de Cultura, Univ. Recife (4), abr./jun, 1963, pp. 25-88. Re-editado no livro: FÁVERO, Osmar (Org.) Cultura Popular. Educação Popular-memória dos anos 60. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1983.

FREIRE (1963) sobre a descoberta

"A ficha que apresenta as famílias fonêmicas reunidas vem sendo chamada pela professora Aurenice Cardoso, nossa assistente, a quem muito devemos nos resultados de nosso trabalho, de "ficha da descoberta".

Realmente, diante desta ficha, o analfabeto descobre o mecanismo de formação vocabular numa língua silábica, que se faz por meio de combinações fonêmicas. Apropriando-se criticamente deste mecanismo, parte para a montagem rápida do subsistema "de sinalizações". Começa então a criar palavras com as combinações à sua disposição, que a decomposição de um vocábulo trissilábico lhe oferece no primeiro debate que fez para alfabetizar-se. Já lê e já escreve neste dia. E, no seguinte, traz de casa como tarefa tantos vocábulos quantos tenha podido criar com combinações dos fonemas já conhecidos.

Não importa que traga vocábulos que não sejam termos.

O que importa, no dia em que põe o pé neste domínio novo, é a descoberta das combinações fonêmicas." (p.121)

Do artigo: FREIRE, Paulo. Conscientização e Alfabetização uma nova visão do processo. IN: Estudos Universitários. Revista de Cultura, Univ. Recife (4), abr/jun, 1963, pp.5-22. Re-editado no livro: FÁVERO, Osmar (Org.) Cultura Popular. Educação Popular-memória dos anos 60. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1983.

WEFFORT (1965) sobre maiêutica socrática no Círculo de Cultura

"Assim, se podemos encontrar nesta pedagogia ressonâncias de um antigo princípio humanista será igualmente necessário buscar as circunstâncias concretas que lhe atribuem sentido. No método de ensino seria possível, por exemplo, encontrar algo da maiêutica socrática, pois como em Sócrates a conquista do saber se realiza através do exercício livre das consciências. Contudo será preciso reconhecer que a maiêutica tem aqui uma significação particular. Os participantes do diálogo no círculo de cultura não são uma minoria de aristocratas dedicada à especulação, mas homens do povo. Homens para os quais as palavras têm vida porque dizem respeito ao seu trabalho, à sua dor, à sua fome. Dai que esta maiêutica para as massas comprometa desde o início o educando, e também o educador, como homens concretos, e que não possa limitar-se jamais ao estrito aprendizado de técnicas ou de noções abstratas." (p.7)

Do prefácio do livro: FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 12a. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

FREIRE (1978) sobre a experiência em Guiné-Bissau

"A alfabetização de adultos, como a educação em geral, não pode superpor-se à prática social que se dá numa certa sociedade. mas, ao contrário, deve emergir desta prática, enquanto uma de suas dimensões.

Não teria sentido - e disto estava bastante consciente o Comissário de Educação, Mário Cabral - transformar-se o nascente Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, na Guiné-Bissau, em mais uma campanha, nos moldes tradicionais que todos conhecemos, em que, à alfabetização, idealizada, por ingenuidade ou astúcia, se empresta uma força que ela não tem. A questão fundamental que se colocava, pois, não era a de se fazer a alfabetização de adultos por ela mesma ou

a de fazê-la como se fosse ela, em si, um instrumento de transformação da realidade, mas a de pô-la a serviço, reinsista-se, da reconstrução nacional.

Desta forma, os projetos de alfabetização de adultos, no campo civil, deveriam concretizar-se, de um lado, naquelas áreas em que, de acordo com a política do Partido, realizada pelo Governo, certas alterações nas relações sociais de produção estivessem verificando-se ou por verificar-se, a curto prazo; de outro, no interior de órgãos da administração do Estado - hospitais, correios e telégrafos, oficinas de obras públicas etc. - cujos servidores tivessem, na alfabetização, a introdução a outros conhecimentos, necessários ao cumprimento das novas tarefas impostas pela reconstrução nacional". (p. 33)

"É interessante salientar, também, a imaginação criadora que nos foi possível observar entre alguns animadores. Um deles, por exemplo, chega ao local do Círculo de Cultura, cumprimenta os camaradas alfabetizando e começa, em seguida, a varrer, com uma vassoura rústica, a sala toda. Pacientemente, fazia que sua vassoura passeasse de um canto a outro. Às vezes, detinha-se, curvava-se para olhar sob os bancos em que, sentados, os alfabetizando começavam já a revelar sinais de inquietação. Não podiam compreender a razão de ser do comportamento do animador, a insistência com que ia e vinha com sua vassoura, limpando o que lhes parecia já limpo. Em certo momento, um deles, expressando o estado de espírito dos demais, disse: "Camarada, quando começamos a nossa 'aula'?"

"A 'aula' começou desde que cheguei", respondeu o animador, perguntando em seguida: "que fiz eu até agora?"

"A limpeza da sala", disseram.

Dirigindo-se, então, ao quadro negro improvisado, escreveu, lentamente, o animador, a palavra Limpeza e disse: "exatamente, limpeza é a palavra geradora que estudaremos hoje".

Na verdade, o educador é um político e um artista, que se serve da ciência e das técnicas, jamais um técnico friamente neutro.

Se a nossa atitude, ao visitar os Círculos de Cultura, tivesse sido uma das duas anteriormente referidas - a das euforias fáceis diante dos acertos ou a dos negativismos em face dos erros e dos equívocos, teríamos, na primeira hipótese, idealizado o que vimos, na segunda, decretado a invalidade da experiência. Em ambas, seríamos nós os redondamente em erro.

No que diz respeito às poucas experiências na área civil, isto é, nos bairros populares de Bissau, a situação era completamente diferente, mas, ao mesmo tempo, compreensível. Uma coisa é trabalhar no seio das FARP, com militantes forjados na luta de libertação, claros com relação ao que significa o empenho de reconstrução nacional, como continuação daquela luta, e outra é trabalhar em bairros populares de Bissau, intocados, de maneira direta, pela guerra, e fortemente marcados pela ideologia colonialista, como tentei esclarecer em uma das cartas que compõem este livro.

Assim, enquanto que, no momento da primeira visita, havia 82 Círculos de Cultura funcionando nos quartéis de Bissau, nos bairros populares da cidade tudo estava por fazer ou refazer". (p. 32-33)

Do livro: FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau. Registro de uma experiência em processo. 3a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

PAULO FREIRE E ANTÔNIO FAUNDEZ (1986) sobre o "método"

"ANTÔNIO — A dificuldade, Paulo, em entender a importância da análise da cotidianeidade está no fato de que nós, intelectuais, estamos acostumados a trabalhar com idéias-modelo. Sem dúvida, nós homens, mulheres, e sobretudo os intelectuais, precisamos de idéias para compreender o mundo. Mas, se estas idéias se transformam em modelos, ou seja, se não são aplicadas criativamente à realidade, corremos o risco de considerá-las como a realidade. Assim, é o concreto que deve se adaptar às idéias e não o contrário. Cairíamos no que eu chamaria de um hegelianismo vulgar: pensar que a Idéia é a realidade e que esta não é senão o desenvolvimento daquela através dos conceitos. Dessa forma, para explicar a inadequação entre as idéias e a realidade, para explicar a não-coincidência entre os conceitos e a realidade concreta, o

fracasso da compreensão e da transformação da realidade histórica se mantém firme em que é a realidade que se equivoca e não as nossas idéias ou sistema de idéias.

Por esse caminho, a cotidianidade popular nos escapa, bem como a ação e a resistência popular. Penso que o intelectual tem de percorrer o caminho inverso: partir da realidade, da ação cotidiana, do povo e de nós mesmos, pois nós estamos imersos numa cotidianidade, refletir sobre essa ação cotidiana e, então, ir criando idéias para compreendê-la. E essas idéias já não serão mais idéias-modelo, serão idéias que irão se fazendo com a realidade.

Nesse sentido, acredito que eliminamos esse amor absoluto pelos modelos conceituais, esse amor absoluto pelos conceitos que adquirem um valor superior à própria realidade, na medida em que permitem "compreender" e "transformar" a realidade.

Acho que isso pode ser aplicado, inclusive, ao que se mal interpreta como o seu "Método", porque no fundo muitos pensam que seu método é um modelo!

Penso que você jamais considerou seu método um modelo.

PAULO — Jamais.

ANTONIO — O método para você é um conjunto de princípios que têm de ser permanentemente recriados, na medida em que a realidade outra e sempre diferente exige que esses princípios sejam lidos de maneira diversa. E enriquecidos de maneira diversa. É por essa razão, que, no fundo, seu método é uma espécie de provocação aos intelectuais e à realidade para que eles o recriem, a fim de traduzir os princípios metodológicos segundo as exigências e responder, assim, a diferentes realidades concretas.

O que você pensa disso?

PAULO — Estou completamente de acordo com isso. Não é por outra razão que sempre digo que a única maneira que alguém tem de aplicar, no seu contexto, alguma das proposições que fiz é exatamente refazer-me, quer dizer, não seguir-me. Para seguir-me, o fundamental é não seguir-me. É exatamente o que tu dizes. (p. 40-41)

Do livro: FREIRE, Paulo & FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

PAULO FREIRE E IRA SHOR (1986) sobre a diretividade da educação libertadora - a descoberta.

"IRA. A responsabilidade diretiva em nossa pedagogia, e em qualquer outra, exige que o professor tenha objetivos e um ponto de vista, um sonho ou outro, o que significa que ele não pode ser neutro no processo.

PAULO. Isso mesmo! Você disse agora uma coisa ótima. Repita, por favor.

IRA. O professor é inevitavelmente responsável por iniciar o processo e dirigir o estudo. A escolha dos objetivos torna impossível a neutralidade. Ao dirigir um curso e pelas relações sociais do discurso em classe, todo professor exprime sua opção política. Escolhemos os livros a ler, as perguntas a serem feitas, o modelo da sala de aula — tudo isso envolve nossa política.

PAULO. Olhe, Ira, essa sua reflexão me estimulou muito. É por isso que qualquer tipo de educação sempre tem um determinado momento que chamo de "momento indutivo". É o momento em que o educador não pode esperar que os alunos tomem a iniciativa do próprio progresso no sentido de uma idéia ou de uma compreensão, e quando o professor deve fazê-lo. Se os alunos avançam no estudo crítico espontaneamente, tudo bem! Temos de aplaudi-

los quando o fazem. Mas há momentos em que os alunos não iniciam seu próprio desenvolvimento, e o educador deve fazê-lo.

E você sabe qual a diferença entre um educador *libertador* e um educador *domesticador* quanto a esse assunto? E que enquanto o educador libertador começa a assumir a responsabilidade de ser indutivo, ele procura encontrar o processo para superar o momento indutivo, no sentido de transformá-lo numa camaradagem, isto é, o momento assumido pelos próprios alunos e não só pelo professor.

IRA. O que define um momento indutivo? O ponto no qual o educador faz uma intervenção para juntar as peças do conhecimento? Ou para juntar os fios num todo que propõe um problema ou uma percepção crítica, através da qual os alunos são estimulados a aprofundar o diálogo crítico? Se entendi bem, o educador libertador faz a indução de um modo que desenvolva a própria iniciativa dos alunos em fazer suas induções, distribuindo, assim, a responsabilidade pelos momentos indutivos.

PAULO. Sim, é claro. Você tem que estimular os alunos, constantemente, a que tenham o momento indutivo em sua mente o quanto antes, para que possam utilizá-lo durante o curso. Mas o educador manipulador, domesticador, mantém o processo de indução sempre em suas próprias mãos. A perspectiva autoritária leva esse tipo de professor a monopolizar a função indutiva.

Devido a essa diferença entre os métodos dialógico e autoritário em relação ao momento indutivo, convido meus camaradas de esquerda a serem democráticos. Não devem ter medo dessa palavra! (risos) Isto é, naturalmente temos que ser criativos, mas não podemos apenas sentar e esperar que os alunos articulem todo o conhecimento. Temos que tomar a iniciativa e dar um exemplo de como fazê-lo." (p. 187-188)

PAULO. Sobre o direito de iniciar a transformação da consciência, só poderia resumir o que já disse sobre manipulação, dominação e liberdade, e, depois, talvez acrescentar mais alguma coisa. Eu disse que o educador libertador nunca pode manipular os alunos e tampouco abandoná-los a própria sorte. O oposto de manipulação não é *laissez-faire*, nem a negação da responsabilidade que o professor tem na direção da educação. O professor libertador nem manipula, nem lava as mãos da responsabilidade que tem com os alunos. Assume um papel diretivo necessário para educar. Essa diretividade não é uma posição de comando, de "faça isso" ou "faça aquilo", mas uma postura para dirigir um estudo sério sobre algum objeto, pelo qual os alunos reflitam sobre a intimidade de existência do objeto. Chamo essa posição de radical democrática, porque ela almeja a diretividade e a liberdade ao mesmo tempo, sem nenhum autoritarismo do professor e sem licenciosidade dos alunos.

Isto não é dominação. Dominação é se eu dissesse que se *deve* acreditar nisto porque estou dizendo. Manipulação é dominar os alunos. A manipulação, por exemplo, também cria mitos sobre a realidade. Ela nega a realidade, falsifica a realidade. Manipulação é eu tentar convencer você de que uma mesa é uma cadeira, é o currículo obscurecer a realidade. A aula libertadora, pelo contrário, ilumina a realidade. Ela desvenda a *raison d'être* de qualquer objeto de estudo. A aula libertadora não aceita o *status quo* e os mitos de liberdade. Ela estimula o aluno a desvendar a manipulação real e os mitos da sociedade. Nesse desvendamento, mudamos nossa compreensão da realidade, nossa percepção.

A educação sempre tem uma natureza diretiva, que não podemos negar. O professor tem um plano, um programa, um objetivo para o estudo. Mas existe o educador diretivo *libertador*, por um lado, e o educador diretivo *domesticador*, por outro. O educador libertador é diferente do domesticador porque se move, cada vez mais, no sentido daquele momento em que se estabelece uma atmosfera de camaradagem na aula. Isto não significa que o professor

seja igual aos alunos ou que se torne igual a eles. Não. O professor começa de forma diferente e termina diferente. Ele dá as notas e passa trabalhos para serem feitos. Os alunos não dão nota ao professor, nem passam lição de casa ao professor! O professor deve ter, também, competência crítica, que é diferente da dos alunos e que os alunos devem insistir que o professor tenha. Mas, eis a questão. Na sala de aula libertadora, essas diferenças não são antagônicas, como nas salas de aula autoritárias. A diferença libertadora é uma tensão que o professor tenta superar por uma atitude democrática com relação à sua diretividade.

A natureza diretiva de um curso libertador não está propriamente no educador, mas na própria prática da educação, enquanto que o educador dominador mantém nas mãos os objetivos da educação, o conteúdo da educação e o próprio poder diretivo da educação. Todas essas coisas são monopolizadas pelo educador dominador, além da própria escolha dos educandos sobre sua educação. Os educadores libertadores não mantêm o controle de seus educandos nas mãos. Sempre tento me relacionar com os alunos como se estes fossem sujeitos cognoscentes, pessoas que estão *comigo*, engajadas no processo de conhecer alguma coisa comigo. O educador libertador está com os alunos, em vez de fazer coisas para os alunos. Nesse ato conjunto de conhecimento, temos racionalidade e temos paixão. E isto é o que eu sou — um educador apaixonado —, porque não entendo como viver sem paixão." (p. 203-204)

"Mas há outra coisa também. Ira, sobre a qual gostaria de fazer um comentário, só para ser mais rigoroso. Quando você disse, momentos atrás, quando você perguntou se o educador, na nossa perspectiva política, deveria ter o direito de contestar a consciência dos estudantes, para mudá-la, acho importante esclarecermos um pouco mais esta questão, para que nosso possível leitor possa compreender nossa conversa.

É claro que, ao contestar os estudantes, estamos pensando em dar, pelo menos, uma contribuição mínima à possibilidade de que mudem seu modo de compreender a realidade. Mas devemos saber, ou pelo menos devemos esclarecer aqui, que não estamos caindo numa posição idealista, segundo a qual a consciência muda dentro de si mesma, através de um jogo intelectual num seminário. Mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história. A educação libertadora pode fazer isto — mudar a compreensão da realidade. Mas isto não é a mesma coisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social, e não o estudo crítico em sala de aula. As estruturas da sociedade — assim como o modo capitalista de produção — têm de ser mudadas, para que se possa transformar a realidade.

Por exemplo, se se quer entender melhor a exploração dos trabalhadores, pode-se fazer isto rigorosamente em sala de aula. Pode-se estudar como se organiza a produção sob o capitalismo. Mas, para poder mudar esse objeto de estudo, no sentido de uma melhor relação social de produção, tem-se que mudar completamente a estrutura da sociedade. Apenas no nível da sala de aula, pode-se alcançar uma compreensão muito melhor sobre esse assunto, em mudá-lo enquanto realidade." (p. 207)

IRA SHOR (1986) sobre o silêncio.

"Há outro aspecto do discurso que quero levantar antes de ouvir suas reflexões. Tem a ver com outro tipo de "silêncio". Em alguns momentos de minhas aulas, há silêncio. A discussão pára durante algum tempo. Geralmente, sou o responsável pela geração de mais discussão. É a responsabilidade diretiva do professor em tornar a pôr em pauta o assunto. Mas aqui vejo outra oportunidade para testar uma pedagogia de contra-alienação. O que eu quero dizer é que a própria rotina de um professor que preenche

os silêncios condiciona os alunos a evitarem suas próprias intervenções. Tento usar o silêncio para provocar a reflexão ativa dos alunos sobre o que fazer no momento seguinte." (p. 189)

9

IRA SHOR (1986) sobre o humor, a alegria, a emoção

"Se você pensa na ênfase que é dada à cognição na universidade, você pode ver como isso exclui o humor e a emoção. O resultado é uma educação sem alegria ou inspiração. As salas de aula dos EUA são assim, conforme o relatório de Goodlad que mencionei anteriormente, que observou uma falta de emoção muito grande nas escolas. Trinta anos atrás, Jerome Bruner queixou-se da mesma monotonia, ao percorrer os EUA observando escolas.⁽¹⁾ Penso que essa crônica monotonia da escola contribui para que os alunos médios se tornem antiintelectuais. A vida deles fora da escola é divertida, e a comédia é uma das formas através da qual vivem sua própria subjetividade. Quando a aprendizagem não tem humor, nem emoção, esta lhes negando dois valores subjetivos.

(1) Ver o relatório, claríssimo, de Jerome Bruner, por ocasião de sua visita às escolas nos anos 50, "Learning and Thinking", in *Harvard Educational Review*, volume 29, número 3, verão, 1959, pp. 184-192. Um ano depois, Bruner publicou seu volume, muito lido, sobre a conferência de currículo de Woods Hole, *The Process of Learning*, um documento que propunha modelos de descoberta na pedagogia" (p. 194)

"Os alunos têm que fazer humor também a partir de sua compreensão do objeto que está sendo estudado. Levanto esta questão por perceber que a sala de aula carente de emoção sabota o projeto libertador. A sala de aula descolorida não satisfaz ao professor nem ao aluno." (p. 195)

Do livro: FREIRE, P. & SHOR, Ira. Medo e Ousadia-o cotidiano do professor. Trad. Adriana Lopez: revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

FREIRE (1987) sobre os limites da prática político-educativa.

"A compreensão crítica dos limites da prática tem que ver com o problema do poder, que é de classe, e tem que ver, por isso mesmo, com a questão da luta ou do conflito de classes. Compreender o nível em que se acha a luta de classes em uma dada sociedade é indispensável à demarcação dos espaços, dos conteúdos da educação, do historicamente possível, portanto, dos limites da prática político-educativa.

Uma coisa, por exemplo, foi trabalhar em alfabetização e educação de adultos no Brasil dos fins dos anos cinquenta e começos dos sessenta, outra, foi trabalhar em educação popular durante o regime militar.

Uma coisa foi trabalhar no Brasil, na fase do regime populista que, por sua própria ambiguidade, ora continha as massas populares- ora as trazia às ruas, às praças, o que terminava por lhes ensinar a

vir às ruas por sua conta, outra, foi trabalhar em plena ditadura militar com elas reprimidas, silenciadas e assustadas. Pretender obter no segundo momento o que se obteve no anterior na aplicação de uma metodologia revela falta de compreensão histórica, desconhecimento, e noção de limite. Uma coisa foi trabalhar no início mesmo da ditadura militar, outra nos anos setenta. Uma coisa foi fazer educação popular no Chile do governo Allende outra é fazer hoje. Uma coisa foi trabalhar em áreas populares no regime de Somoza na Nicarágua; outra, é trabalhar hoje, com o seu povo se apossando de sua história, ⁽²⁾ o que quer dizer é que uma mesma compreensão da prática educativa, uma mesma metodologia de trabalho não operam necessariamente de forma idêntica em contextos diferentes. A intervenção é histórica, é cultural, é política. É por isso que insisto tanto em que as experiências não podem ser transplantadas mas reinventadas. Em outras palavras, devo descobrir, em função do meu conhecimento tão rigoroso quanto possível da realidade, como aplicar de forma diferente um mesmo princípio válido, do ponto de vista de minha opção política." (p.2-3)

Da Conferência: FREIRE, P. "A alfabetização como elemento da formação de cidadania". Seminário Regional sobre Alternativas de Alfabetização para América e o Caribe, promovido pela UNESCO-OREALC, Brasília, maio, 1987.

Angetim, M.L.P. Educar é descobrir um estudo observacional Exploratório Brasília UNB. 1988 (2v)
Dissertação de Mestrado)

PÓS ALFABETIZAÇÃO

O objetivo deste texto é a revisão e aprofundamento das dificuldades encontradas pelas turmas durante o período da alfabetização.

Ela inicia-se pela revisão das famílias das palavras geradoras.

Os alfabetizandos observam as fichas de descoberta, indicando as que apresentam maior dificuldade. Começa-se, então, a leitura individual dos padrões silábicos destas fichas de forma horizontal, vertical e intercalada. Mesmo a dificuldade sendo de um único alfabetizando, todos passam pela revisão da fichas.

Em seguida, dá-se a formação de palavras e frases que serão analisadas coletivamente.

Dependendo do ritmo da turma pode-se fazer a revisão de duas ou mais fichas de descoberta numa única aula.

Após essa revisão inicial é abordada com a turma as formas de comunicação existentes. Esse debate poderá ser de até 15 minutos.

Geralmente, flui com espontaneidade a necessidade da escrita de bilhetes e cartas.

Muitos alfabetizandos colocam que o maior desejo, após alfabetizados, é poder escrever sozinhos uma carta para um amigo ou parente distante. Começam escrevendo bilhetes entre si.

A correção destes bilhetes acontece no quadro: o alfabetizador transcreve o bilhete tal qual o alfabetizando escreveu. Daí, inicia-se o trabalho com o parágrafo, uso da letra maiúscula, acentuação e pontuação, enfim, das dificuldades da língua, inclusive a passagem da letra caixa alta para a cursiva, dando-se liberdade para que o alfabetizando opte pelo tipo de letra. Sendo que, a descoberta do alfabetizando é respeitada durante todo o processo de correção.

Essa fase de cartas e bilhetes pode durar mais de uma semana.

Logo após a escrita de bilhetes e cartas são feitos ditados coletivos, onde cada alfabetizando dita uma palavra para que os colegas escrevam e ele mesmo, sendo que o alfabetizador e observadores também participam ditando palavras com as dificuldades encontradas pela turma.

Após esse processo é feita a correção no quadro, onde ocorrendo dificuldades pode-se recorrer à pesquisa ou ao dicionário que estará sempre à disposição da turma. Esse ditado pode acontecer durante todo o processo de alfabetização.

Em seguida, é feita a reconstituição da história da cidade onde moram. O alfabetizador motiva a turma com questões do início da história da cidade. Uma técnica que pode ser utilizada para desconstruir os alfabetizandos, depois do debate, é a da BATATA -QUENTE, com perguntas previamente preparadas pelos alfabetizadores. A "batata-quente" pode servir para se trabalhar vários temas, como: interpretação de ditados populares, formação de frases orais, formação de palavras, etc.

O debate sobre a história da cidade será um subsídio para que os alfabetizadores formulem um texto que será devolvido posteriormente aos alfabetizandos e trabalhado no círculo de cultura, nos seguintes aspectos: leitura silenciosa e oral, interpretação, título, parágrafos, pontuação, separação silábica, gêneros, número, substantivos próprios e comuns, artigo, etc. Esse estudo poderá durar aproximadamente uma semana, observando-se o ritmo da turma.

Nesse segundo momento, os alfabetizandos começam a ser questionados sobre a importância dos documentos: se todos possuem documentos e se sabem da sua finalidade.

Desde o início da alfabetização, através dos temas geradores, é construído com os alfabetizandos o verdadeiro sentido da palavra cidadania. Na pós-alfabetização a cidadania é trabalhada de forma bem aprofundada a partir de livretos e panfletos que abordam temas como: limpeza urbana, saúde, trabalho, cultura, educação, política, etc.

Nas leituras desses temas, além do debate são trabalhadas as dificuldades da língua, tais como: ss, ç, lh, ch, rr, sc, xc, sinônimos, antônimos, leitura oral, interpretação, produção de textos a partir dos que eles já leram. Nessas produções serão trabalhadas as características textuais, como: título, parágrafo, pontuação e coesão textual (coerência e sentido do texto).

Finalmente, os alfabetizandos começam a ser motivados à leitura dos materiais impressos que os cercam, como: jornais, revistas, panfletos, receitas, bulas, etc. Esses textos, além de serem debatidos, também devem ser interpretados, trabalhando-se leitura silenciosa e oral, produção de textos, recorte e colagem de palavras com x, z, ç, s. Enfim toda a revisão gramatical do processo.

Ao final desta etapa pode-se aplicar um teste preparado pelos alfabetizadores obedecendo os assuntos trabalhados com os alfabetizandos.

Textos complementares: funcionamento dos três poderes, documentos, trabalho, limpeza urbana, direitos da mulher, orçamento participativo, recortes sobre questões político-econômicas, saúde (hanseniose, aids, amamentação, cólera, ebola, osteoporose), meio ambiente, trânsito, etc. Esses textos serão encontrados nos órgãos públicos sob a forma de panfletos informativos ou livretos diversos.

*** Técnica da batata-quente:** as perguntas escritas de forma bem legíveis serão colocadas numa caixa ou envelope, ao som de um ritmo/música ou palmas do coordenador a caixa vai passando de mão em mão; quando cessar o som, quem estiver com a caixa retirará uma pergunta e a responderá, podendo ser debatida pelo grupo. Esse trabalho propicia o exercício da oralidade do alfabetizando.

Este texto foi baseado no BOLETIM Nº 3/95 do CEPARE/CEILÂNDIA.

QUARTA CARTA

**Das qualidades indispensáveis
o melhor desempenho de
professoras e professores
progressistas**

Gostaria de deixar claro que as qualidades de que vou falar e que me parecem indispensáveis às educadoras e aos educadores progressistas são predicados que vão se gerando na sua prática. Mais ainda, são gerados na prática em coerência com a opção política de natureza crítica do educador. Por isso, as qualidades de que falarei não são algo com que nascemos ou que encarnamos por decreto ou recebemos de presente. Por outro lado, ao serem alinhadas neste texto, não quero atribuir à ordem em que apareçam nenhum juízo de valor. Todas são necessárias à prática educativa progressista.

Começarei pela *humildade* que, de modo algum, significa falta de acato a nós mesmos, acomodação, covardia. Pelo contrário, a humildade exige coragem, confiança em nós mesmos, respeito a nós mesmos e aos outros.

A humildade nos ajuda a reconhecer esta coisa óbvia: ninguém sabe tudo; ninguém ignora tudo. Todos sabemos algo; todos ignoramos algo. Sem humildade dificilmente ouviremos com respeito a quem consideramos demasiadamente longe de nosso nível de competência. Mas a humildade que nos faz ouvir o considerado menos competente do que nós não é um ato de condescendência de nossa parte ou um comportamento de quem paga uma promessa feita com fervor: "Prometo a Santa Luzia que, se o problema de meus olhos não for algo sério, vou ouvir com atenção os rudes e ignorantes pais de meus alunos." Não. Não é isso. Ouvir com atenção a quem nos procura, não importa seu nível intelectual, é dever humano e gosto democrático, nada elitista.

De fato, não vejo como conciliar a adesão ao sonho democrático, a superação dos preconceitos, com a postura inumilde, arrogante, na qual nos sentimos cheios de nós mesmos. Como ouvir o outro, como dialogar, se só ouço a mim mesmo, se só vejo a mim mesmo, se ninguém que não seja eu mesmo me move ou me comove. Se, humilde, não me minimizo nem aceito humilhação, por outro lado, estou sempre aberto a aprender e a ensinar. A humildade me ajuda a jamais deixar-me prender no circuito de minha verdade. Um dos auxiliares fundamentais da humildade é o *bom senso* que nos adverte estarmos pró-

ximos, com certas atitudes, de ir mais além do limite a partir do qual nos perdemos.

A arrogância do "sabe com quem está falando?", a empáfia do *sabichão* incontido no gosto de fazer conhecido e reconhecido o seu saber, nada disso tem que ver com a *mansidão*, não com a apatia, do humilde. É que a humildade não floresce na insegurança das pessoas, mas na segurança insegura dos cautos. Por isso é que uma das expressões da humildade é a segurança insegura, a certeza incerta e não a certeza demasiado certa de si mesma. A postura do autoritário, pelo contrário, é sectária. A sua é a única verdade que necessariamente deve ser imposta aos demais. É na sua *verdade* que reside a *salvação* dos demais. O seu saber é "iluminador" da "obscuridade" ou da ignorância dos outros, que por isso mesmo devem estar submetidos ao saber e à arrogância do autoritário ou da autoritária.

Retomo agora a análise do autoritarismo, não importa se dos pais e mães, se das professoras ou professores. Autoritarismo frente ao qual podemos esperar nos filhos e alunos ora posições rebeldes, refratárias a quaisquer limites, disciplina ou autoridade, mas também apatia, obediência exagerada, anuência sem crítica ou resistência ao discurso do autoritário, renúncia a si mesmo, medo à liberdade.

Ao dizer que do autoritarismo se podem esperar vários tipos de reação, entendo que, felizmente, no domínio do humano as coisas não se dão mecanicamente. Desta forma, é possível a certas crianças passar quase ilesas à rigorosidade do arbítrio, o que não nos autoriza a jogar com esta possibilidade e a não nos esforçar por ser menos autoritários se não por causa do sonho democrático, em nome do respeito do ser em formação de nossos filhos e filhas de nossos alunos e alunas.

Mas é preciso juntar à humildade com que a professora atua e se relaciona com seus alunos, uma outra qualidade, a amorosidade, sem a qual seu trabalho perde o significado. E amorosidade não apenas aos alunos, mas ao próprio processo de ensinar. Devo confessar que, sem nenhuma cavilação, não acredito que, sem uma espécie de "amor armado", como diria o poeta Tiago de Melo, educadora e educador possam sobreviver às negatividades de seu que-fazer. Às injustiças, ao descaso do poder público, expresso na sem-vergonhice dos salários, no arbítrio com que professoras e não tias que se rebelam e participam de manifestações de protesto através de seu sindicato, são punidas mas apesar disso continuam entregues ao trabalho com seus alunos.

É preciso contudo que esse amor seja, na verdade, um "amor armado", um amor brigão de quem se afirma no direito ou no dever de ter o direito de lutar, de denunciar, de anunciar. É essa a forma de amar indispensável ao educador progressista e que precisa de ser aprendida e vivida por nós.

Acontece, porém, que a amorosidade de que falo, o sonho pelo qual brigo e para cuja realização me preparo permanentemente, exigem que eu invente em mim na minha experiência social, outra qualidade: a coragem de lutar ao lado da coragem de amar.

A coragem, como virtude, não é algo que se ache fora de mim. Enquanto superação do meu medo ela o implica.

Em primeiro lugar, quando falamos sobre o medo devemos estar absolutamente seguros de que estamos falando sobre algo muito concreto. Isto é, o medo não é uma abstração. Em segundo lugar, creio que devemos saber que estamos falando sobre uma coisa muito normal. Outro ponto que vem à mente é que, quando pensamos em medo, somos levados a refletir sobre a necessidade de sermos muito claros a respeito de nossas opções, o que exige certos procedimentos e práticas concretas que são as próprias experiências que provocam o medo.

Na medida em que tenho mais e mais clareza a respeito de minha opção, de meus sonhos, que são substantivamente políticos e adjetivamente pedagógicos, na medida em que reconheço que, enquanto educador, sou um político, também entendo melhor as razões pelas quais tenho medo e percebo o quanto temos ainda de caminhar para melhorar nossa democracia. É que, ao pôr em prática um tipo de educação que provoca criticamente a consciência do educando necessariamente trabalhamos contra alguns mitos que nos deformam. Ao contestar esses mitos enfrentamos também o poder dominante pois que eles são expressões desse poder, de sua ideologia.

Quando começamos a ser envolvidos por medos concretos, tais como o de perder o emprego, o de não ser promovidos, sentimos a necessidade de estabelecer certos limites a nosso medo. Antes de mais nada, reconhecemos que sentir medo é manifestação de que estamos vivos. Não tenho que esconder meus temores. Mas, o que não posso permitir é que meu medo me imobilize. Se estou seguro do meu sonho político, com táticas que talvez diminuam os riscos que corro, devo prosseguir na luta. Daí, a necessidade de comandar meu medo, de educar meu medo, de que nasce finalmente minha coragem(*). Por isso é que não posso, de um lado, negar meu medo; de outro, abandonar-me a ele. Mas preciso controlá-lo e é no exercício desse controle que minha coragem necessária vai sendo partejada.

(*) Ver a este propósito Paulo Freire e Ira Shor. Medo e Ousadia, O Cotidiano do professor - Paz e Terra - Rio - 1987.

É por isso que há medo sem coragem, que é o medo que nos avassala, que nos paralisa, mas não há coragem sem medo, que é o medo que, "falando" de nós como gente, vem sendo por nós limitado, submetido, controlado.

Outra virtude é a tolerância. Sem ela é impossível um tratamento pedagógico sério, sem ela é inviável uma experiência democrática autêntica, sem ela a prática educativa progressista se desdiz. A tolerância não é, porém, posição irresponsável de quem faz o jogo do faz-de-conta.

Ser tolerante não é ser conivente com o intolerável, não é acobertar o desrespeito, não é amaciar o agressor, disfarçá-lo. A tolerância é a virtude que nos ensina a conviver com o diferente. A aprender com o diferente, a respeitar o diferente.

Num primeiro momento, falar em tolerância é quase como se estivéssemos falando em favor. É como se ser tolerante fosse uma forma cortês, delicada, de aceitar, de tolerar a presença não muito desejada de meu contrário. Uma maneira civilizada de consentir numa convivência que de fato me repugna. Isso é hipocrisia, não tolerância. Hipocrisia é defeito, é desvalor. Tolerância é virtude. Por isso mesmo se a vivo devo vivê-la como algo que assumo. Como algo que me faz coerente, primeiro, como o ser histórico, inconcluso que estou sendo, segundo, com minha opção político-democrática. Não vejo como possamos ser democráticos sem experimentar, como princípio fundamental, a tolerância, a convicência com o diferente.

Ninguém aprende tolerância num clima de irresponsabilidade, no qual não se faz democracia. O ato de tolerar implica o clima de estabelecimento de limites, de princípios a serem respeitados. Por isso a tolerância não é conivência com o intolerável. Sob regime autoritário, em que a autoridade se exacerba ou sob regime licencioso, em que a liberdade não se limita, dificilmente aprendemos a tolerância. A tolerância requer respeito, disciplina, ética. O autoritário, empapado de preconceitos de sexo, de classe, de raça, jamais pode ser tolerante se não vencer antes seus preconceitos. É por isso que o discurso progressista do preconceituoso, em contraste com sua prática, é um discurso falso. É por isso também que o cientifista é igualmente intolerante porque toma ou entende a ciência como a verdade última, daí que fora dela nada valha pois é ela a que nos dá a certeza de que não se pode duvidar. Não há como ser tolerantes se estamos imersos no cientificismo, o que não nos deve levar à negação da ciência.

Gostaria de agrupar a decisão, a segurança, a tensão entre paciência e impaciência e a alegria de viver como qualidades a

serem cultivadas por nós, se educadores ou educadoras progressistas.

A capacidade de decisão da educadora ou do educador é absolutamente necessária a seu trabalho formador. É testemunhando sua habilitação para decidir que a educadora ensina a difícil virtude da decisão. Difícil na medida em que decidir é romper para optar. Ninguém decide a não ser por uma coisa contra a outra, por um ponto contra outro, por uma pessoa contra outra. Por isso é que toda opção que se segue à decisão exige uma criteriosa avaliação no ato de comparar para optar por um dos possíveis pólos ou pessoas ou posições. É a avaliação com todas as implicações que ela engendra, que me ajuda, finalmente, a optar.

Decisão é ruptura nem sempre fácil de ser vivida. Mas não é possível existir sem romper, por mais difícil que nos seja romper.

Um das deficiências de uma educadora é a sua incapacidade de decidir. Sua indecisão que os educandos entendem como fraqueza moral ou como incompetência profissional. A educadora democrática, não pode anular-se; pelo contrário, se não pode assumir sozinha a vida de sua classe não pode, em nome da democracia, fugir à sua responsabilidade de tomar decisões. O que não pode é ser arbitrária nas decisões que toma. O testemunho, enquanto autoridade de não assumir o seu dever, deixando-se tombar na licenciosidade é certamente mais funesto do que o de extrapolar os limites de sua autoridade.

Há muitas ocasiões em que o bom exemplo pedagógico, na direção da democracia, é tomar a decisão com os alunos, depois da análise do problema. Em outros momentos, em que a decisão a ser tomada deve ser da alçada da educadora, não há por que não assumi-la, não há por que omitir-se.

A indecisão revela falta de segurança, uma qualidade indispensável a quem quer que tenha responsabilidade no governo, não importa se de uma classe, de uma família, de uma instituição, de uma empresa ou do Estado.

A segurança, por sua vez, demanda competência científica, clareza política e integridade ética.

Não posso estar seguro do que faço se não sei como fundamentar cientificamente a minha ação se não tenho pelo menos algumas idéias em torno do que faço, de por que faço, para que faço. Se pouco ou nada sei sobre ou a favor de que e de quem, de contra que e contra quem faço o que estou fazendo ou farei. Se não se move em nada, se o que faço fere a dignidade das pessoas com quem trabalho, se as exponho a situações vexatórias que posso e devo evitar, minha insensibilidade ética, meu cinismo me contra-indicam a encarnar a

tarrafa do educador. Tarrafa que exige uma forma criticamente disciplinada de atuar com que a educadora desafia seus educandos. Forma disciplinada que tem que ver, de um lado, com a competência que a professora vai revelando aos educandos, discreta e humildemente, sem estardalhaços arrogantes; de outro, com o equilíbrio com que a educadora exerce sua autoridade - segura, lúcida, determinada.

Nada disso, porém, pode ser concretizado se falta à educadora o gosto da procura permanente de justiça. Ninguém pode proibi-la de gostar mais de um aluno, por n razões, do que dos outros. É um direito seu. O que ela não pode é preterir o direito dos outros em prol do seu preferido.

Há outra qualidade fundamental que não pode faltar à educadora progressista e que exige dela a sabedoria com que se dê à experiência de viver a tensão entre a paciência e a impaciência. Nem a paciência sozinha nem a impaciência solitária. A paciência sozinha pode levar a educadora a posições de acomodação, de espontaneísmo, com que nega seu sonho democrático. A paciência desacompanhada pode conduzir ao imobilismo, à inação. A impaciência, sozinha, por outro lado, pode levar a educadora ao ativismo cego, à ação por si mesma, à prática em que não se respeitam as necessárias relações entre tática e estratégia. A paciência isolada tende a obstaculizar a consecução dos objetivos da prática, tornando-a "tenra", "macia" e inoperante. Na impaciência insulada ameaçamos o êxito da prática que se perde na arrogância de quem se julga dono da história. A paciência só, se exaure no puro blá-blá-blá; a impaciência a sós, no ativismo irresponsável.

A virtude não está, pois, em nenhuma delas sem a outra, mas em viver a permanente tensão entre elas. Viver e atuar impacientemente, sem jamais se dar a uma ou a outra, isoladamente.

Ao lado desta forma de ser e de atuar, equilibrada, harmoniosa, se impõe outra qualidade que venho chamando parcimônia verbal. A parcimônia verbal está implicada na assunção da tensão paciência-impaciência. Quem vive a impaciente paciência dificilmente, a não ser em casos excepcionais, perde o controle sobre sua fala, dificilmente extrapola os limites do discurso ponderado mas enérgico. Quem preponderantemente viver a paciência apenas abafa sua legítima raiva que expressa num discurso frouxo e acomodado. Quem, pelo contrário, descontroladamente é só impaciência tende ao destempero no discurso. O discurso do paciente é sempre bem comportado enquanto o discurso do impaciente, de modo geral, vai mais além do que a realidade mesma suportaria.

Ambos estes discursos, o muito controlado como o em nada disciplinado, contribuem para a preservação do status quo. O primeiro por estar demasiado aquém da realidade; o segundo, por ir mais além do limite suportável.

O discurso e a prática benevolente do só paciente na classe sugere aos educandos que tudo ou quase tudo é possível. Há no ar, uma paciência às portas do inesgotável. O discurso nervoso, arrogante, incontrolado, irrealista, sem limite, se acha empapado de incoseqüência, de irresponsabilidade.

Em nada esses discursos ajudam na formação dos educandos.

Há ainda os que são excessivamente temperados em seu discurso mas, de vez em quando, se destemperam. Da só paciência passam inesperadamente para a incontida impaciência, criando um clima de insegurança nos demais, com resultados indiscutivelmente péssimos.

Há um sem-número de mães e pais que se comportam assim. De uma licenciosidade em que a fala e a ação são coerentes hoje, mas transformam o dia seguinte num universo de desatinos, de discursos e ordens autoritárias que deixam as filhas e os filhos estupefatos, mas sobretudo inseguros. A ondulação no comportamento dos pais limita nos filhos o equilíbrio emocional de que precisam para crescer. Amar não basta, precisamos de saber amar.

Me parece importante, reconhecendo a incompletude das reflexões em torno das qualidades, discutir um pouco a alegria de viver como virtude fundamental da prática educativa democrática.

É me dando plenamente à vida e não à morte - o que não significa, de um lado, negar a morte, de outro, mitificar a vida - que me entrego, disponibilmente, à alegria de viver. E é a minha entrega à alegria de viver, sem que esconda a existência de razões para tristeza na vida, que me prepara para estimular e lutar pela alegria na escola.

É vivendo, não importa se com deslizes, com incoerências, mas disposto a superá-los, a humildade, a amorosidade, a coragem, a tolerância, a competência, a capacidade de decidir, a segurança, a eticidade, a justiça, a tensão entre paciência e impaciência, a parcimônia verbal, que contribuo para criar, para forjar a escola feliz, a escola alegre. A escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida. E não a escola que emudece e me emudece.

A solução realmente mais fácil para encarar os obstáculos, o desrespeito do poder público, o arbítrio da autoridade antidemocrática é a acomodação fatalista em que muitos de nós se instalam.

"Que posso fazer, se é sempre assim? Me chamem professora ou tia eu continuo mal paga, desconsiderada, desatendida. Pois que assim seja. "Esta é na verdade a posição mais cômoda, mas é também a posição de quem se demite da luta, da História. É a posição de quem renuncia ao conflito, sem o qual negamos a dignidade da vida. Não há vida nem humana existência sem briga e sem conflito. O conflito (*) parteja a nossa consciência. Negá-lo é desconhecer os mais mínimos pormenores da experiência vital e social. Fugir a ele é ajudar a preservação do status quo.

Por isso, não vejo outra saída senão a da unidade na diversidade de interesses não antagônicos dos educadores e das educadoras na defesa de seus direitos. Direito à sua liberdade docente, direito à sua fala, direito a melhores condições de trabalho pedagógico, direito a tempo livre e remunerado para dedicar à sua formação permanente, direito de ser coerente, direito de criticar as autoridades sem medo de punição a que corresponde o dever de responsabilizar-se pela veracidade de sua crítica, direito de ter o dever de ser sérios, coerentes, de não mentir para sobreviver.

Para que esses direitos sejam mais do que reconhecidos - respeitados e encarnados - é preciso que lutemos. Às vezes, que lutemos ao lado do sindicato e até contra ele se sua liderança é sectária, de direita ou de esquerda. Mas também às vezes é preciso que lutemos enquanto administração progressista contra as raivas endemoniadas dos retrógrados, dos tradicionalistas entre os quais alguns se julgam progressistas e dos neo-liberais para quem a História parou neles.

FREIRE. Paulo. Professora sim, Tia não. Editora Olho D'Água.

3ª Ed., 1993.

(*) Ver a este propósito: Moacir Gadotti, Paulo Freire e Sérgio Guimarães.

Pedagogia: Diálogo e Conflito - Cortez - 1989.

GDF - SE - FEDF

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

SUBUNIDADE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA

NUMERIZAÇÃO

Texto (em revisão) extraído dos registros de pesquisa
do Projeto "Curso de Formação de Alfabetizadores de
Jovens e Adultos (à distância)"

Coordenadora: Laura Maria Coutinho - UnB

Maria Luiza Pereira Angelim - UnB

NUMERIZAÇÃO

1 - Sondagem da Atividade da Numerização

Nessa etapa o coordenador deve ter sempre em mente o que o alfabetizando já tem vivência de operações numéricas cujos processos não se conhece, daí então, surge a necessidade de aflorar e explorar as conquistas operatórias que os alfabetizados realizam, ou seja sistematizar e ampliar o seu conhecimento sobre a matemática.

Enquanto continuação da alfabetização, entende-se que a etapa da sondagem tem um caráter de revisão e continuação, daí usarmos algumas palavras reservadas anteriormente na pesquisa do universo vocabular de Ceilândia-DF, e sugerimos que sejam utilizadas em seu círculo também.

Podemos citar como objetivos gerais dessa etapa:

a) Verificar a forma como os alfabetizados realizam as operações matemáticas sejam elas através de salários, pagamentos de contas, passagens, contagem de dinheiro, medida de objetos, etc;

b) Fazer com que cada experiência matemática do alfabetizando seja feita também em linguagem comum a todos. Exemplo: nome dos sinais, formas de se fazer uma conta etc;

Orientações:

O coordenador deverá explorar e deixar aflorar as diversas experiências matemáticas dos alfabetizados, atuando como facilitador do processo, utilizando técnicas de demonstração:

- Os alfabetizados, através de uma determinada situação problema concreta de sua realidade, demonstram, com a utilização de diversos materiais de sucata (palitos de picolé, fósforo, canudos de refrigerantes, tampas de garrafa), como se realiza as operações matemáticas;

- Criar situações problema de fácil compreensão por parte dos alfabetizados que sejam ligadas à sua realidade enquanto trabalhador;

- Utilizar e classificar ilustrações de figuras geométricas (triângulo, retângulo, quadrado, círculo), meios de transporte, elementos da natureza e produtos transformados.

Relacionar o que os alfabetizados aprenderam na etapa I e II com a matemática.

A - Palavra Geradora: PLANTA

A proposta de trabalho com a palavra planta é também para recuperar o que os alfabetizandos sabem sobre formas e medidas, identificar ou redescobrir a sequência alfabética através do dicionário, e discutir o processo da transformação da natureza em culturas.

Neste círculo, utilizaremos os seguintes materiais que deverão estar sobre a mesa:

- Planta vegetal, água, terra, pedras e tudo o que for da natureza;
- Planta de construção, plástico, papel, sabão etc;
- Metro, réguas, litro, balança;
- Desenhos de triângulos, retângulos, quadrados, círculos, etc.
- Cartazes da palavra planta.

Este material deverá estar todo misturado na mesa. O coordenador perguntará aos alfabetizandos o que é da natureza e o que não é, pedindo à eles que os separem.

a) Discussão da palavra geradora:

Depois que os alfabetizandos separam todo o material, o coordenador procederá à discussão da palavra geradora daquele dia, lembrando-se deste processo já trabalhado na etapa I. Para o debate poderão ser levantadas questões como:

- O que é uma planta?
- Quais os tipos de planta que vocês conhecem?
- Através de que são feitos os produtos como o papel, o plástico e o sabão?
- Como o homem faz estes produtos?
- Porque o homem tem necessidade de produzir?
- Quem se beneficia com o que o homem produz?
- Porque isso acontece?

b) Atividades com as figuras geométricas:

Terminada a discussão da palavra geradora, o coordenador separa as figuras geométricas em um canto da mesa e pergunta aos alfabetizandos os nomes delas (caso ninguém conheça qualquer uma delas, o coordenador pede para que eles pesquisem em casa e tragam no próximo dia de círculo de cultura). Além disso o coordenador questiona onde podemos encontrar estas figuras dentro do ambiente em que estão (caixa de giz, tampas diversas, boca da lixeira, ângulos do quadro, da mesa, da porta etc), ou ainda, o próprio corpo (olhos, nariz, tronco, pernas, dentes etc), deixando livre para a participação de todos.

A partir daí, o coordenador pede para cada alfabetizando desenhar uma dessas figuras no quadro e escrever o nome delas. Todos do círculo de cultura ajudam e fazem no seu caderno.

c) Atividades com as medidas:

O coordenador novamente volta à mesa com os materiais e pede que os alfabetizandos indiquem quais são utilizados para medir. Em seguida, questiona quanto à utilidade de cada um.

Tendo feito isso, os alfabetizandos passarão a medir e pesar objetos diversos e registrarem no quadro para que os outros possam anotá-los

d) Atividade com o dicionário:

O coordenador pede aos alfabetizandos para procurarem a palavra PLANTA no dicionário. Pergunta se eles acham que é no fim ou no começo. Depois, pode-se levantar como ele vem escrito para daí discutir o que é a sequência alfabética.

e) Leitura da palavra geradora:

Esta leitura segue o esquema das palavras vistas na etapa I:

1º PLANTA

2º PLAN TA

3º PLAN - TA

4º	PLAN	PLEN	PLIN	PLON	PLUN
	TA	TE	TI	TO	TU

A parte final é a formação e a correção das palavras de momento, onde o coordenador usará o dicionário para verificar o significado de algumas palavras, com a ajuda dos alfabetizandos.

B - Palavra Geradora: CONSTRUÇÃO

Este círculo terá como objetivos demonstrar a representação dos algarismos, a adição e o sistema de numeração, escrever quanto representa tais algarismos no caderno, comparar situações e juntar diversos números.

Numa mesa o coordenador coloca todo o material:

1 - Diversos materiais relacionados a construção de uma casa.

Ex: tijolos, pedacinhos de telha etc.

2 - Cartazes para a leitura.

3 - Material de sucata como canudos, palitos, tampinhas etc.

A partir daí ele questiona sobre as experiências e dificuldades que cada alfabetizando teve na construção de sua casa.

a) Discussão da Palavra Geradora:

Tem início a discussão, onde o coordenador questiona sobre:

- O que é necessário para construir?
- Como construir?
- Para quem se constrói?
- Quantas pessoas moram na casa de tal aluno?

b) Situações Problemas:

A partir daí todos os alunos demonstram, da forma que preferem, quantas pessoas tem na casa onde moram.

- Escrever por extenso ou usando algarismos.

Terminada a discussão, vem a dramatização das situações problemas.

Ex: Juntar a família de um aluno com a de outro, somá-las (esta soma é feita com a junção de canudos, palitos etc). Após isso, os alfabetizandos escrevem o resultado no quadro.

Comparar o número de pessoas da família de um alfabetizando com a de outro e pedir para dizer qual a maior e a menor.

Termina a dramatização, o coordenador questiona ao grupo sobre qual foi a palavra que eles discutiram.

A partir daí, tem início a leitura dos cartazes.

c) Leitura da Palavra Geradora:

- | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|---|------|-----|-----|-----|--|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1º CARTAZ | CONSTRUÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| 2º CARTAZ | CONS TRU ÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| 3º CARTAZ | CONS - TRU - ÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| 4º CARTAZ | <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tbody> <tr> <td colspan="6" style="text-align: center;">CONS</td> </tr> <tr> <td>TRA</td> <td>TRE</td> <td>TRI</td> <td>TRO</td> <td>TRU</td> <td>ÇÃO</td> </tr> </tbody> </table> | CONS | | | | | | TRA | TRE | TRI | TRO | TRU | ÇÃO |
| CONS | | | | | | | | | | | | | |
| TRA | TRE | TRI | TRO | TRU | ÇÃO | | | | | | | | |

Ao final desta atividade os alfabetizandos já dominam alguns números decimais e já tem noção de adição, ou seja, já sabem representar e somar através da introdução de um determinado problema.

C - Palavra Geradora: TRANSPORTE

Utilizando palitos, tampas de garrafa etc, vamos dramatizar, escrever, comparar e subtrair.

Sobre a mesa colocar:

1 - Figura de todos os tipos de transporte e do que não é meio de transporte.

2 - Cartazes para leitura.

Inicialmente, o coordenador apresenta todas as figuras e pede para que os alfabetizandos separem em dois grupos:

- O que é transporte?
- O que não é transporte?

Após haver separado, o coordenador afixa os que são meio de transporte e questiona para que serve cada um.

Nisso, os alfabetizandos classificam também quanto ao número de pessoas que transportam: 2,3,8,.....48 etc.

a) Discussão da Palavra Geradora:

A partir daí tem início à discussão, onde o coordenador explora:

- O uso do vale transporte (se em sua cidade ele for utilizado) - A quem beneficia ou não. Por quê?
- E Esse aumento periódico de passagens?
- Quais as condições oferecidas ao usuário?
- Como levar ao conhecimento (da associação de usuários, do prefeito ou secretário dos transportes coletivo ou qualquer órgão competente)?

b) Situações Problemas:

Após isso é feita a dramatização de uma situação problema:

João quer transportar 6 pessoas em sua bicicleta cargueira até tal ponto da cidade, sendo que uma pessoa irá na frente e outra atrás.

- Quantas viagens serão necessárias? Qual o tempo gasto?

O coordenador pede a um alfabetizando que demonstre no quadro o resultado.

Transportar 12 pessoas em um fusca, ou seja, 3 atrás e um na frente (além do motorista). Em cada viagem serão gastos um determinado tempo.

- Quantas viagens são necessárias?
- Tempo de duração para transportar todas as pessoas?
- Demonstrar no quadro (alfabetizandos).

Terminada a dramatização, o coordenador questiona sobre qual foi a palavra do dia.

Após isso, segue-se a leitura dos cartazes e, posteriormente, a formação e correção das palavras do momento.

Leitura da Palavra Geradora

1º CARTAZ	TRANSPORTE															
2º CARTAZ	TRANS POR TE															
3º CARTAZ	TRANS - POR - TE															
4º CARTAZ	<table><tr><td colspan="5">TRANS</td></tr><tr><td>PAR</td><td>PER</td><td>PIR</td><td>POR</td><td>PUR</td></tr><tr><td>TA</td><td>TE</td><td>TI</td><td>TO</td><td>TU</td></tr></table>	TRANS					PAR	PER	PIR	POR	PUR	TA	TE	TI	TO	TU
TRANS																
PAR	PER	PIR	POR	PUR												
TA	TE	TI	TO	TU												

Ao terminar esta atividade, os alfabetizandos já têm uma noção do que seja a subtração além de entender sobre meios de transporte e sua utilidade hoje.

2 - Introdução a Atividade de Numerização

A numerização é a etapa que complementar a sondagem.

Nessa etapa, o coordenador continuará todo o processo matemático iniciado na etapa anterior.

A sua introdução no círculo de cultura requer não só um conhecimento matemático, por parte do coordenador, como também uma crítica de todo o processo histórico, cultural e pedagógico que sempre convencionou que o aprendizado da matemática é um privilégio de poucos.

Partindo dessas considerações, o coordenador deve levar em conta que o alfabetizando já tem um conhecimento da matemática, pois ele a utiliza em seu cotidiano, através de vendas, compras de determinados produtos, pagamentos de taxas, soma de filhos, meses, dias, salários, medidas etc. A função do coordenador, nesse processo é apenas a de sistematizar o conhecimento que o alfabetizando desenvolveu em sua vida. Essa sistematização se dá através do processo da descoberta, onde o coordenador facilitará ao grupo a descoberta, através de uma análise e observação, a situação concreta, o problema.

A partir daí, o coordenador utiliza situações problemas do cotidiano dos alfabetizandos para facilitar a compreensão dos mesmos.

A - Introdução ao Números

O coordenador inicia a introdução dos números pedindo aos alfabetizandos que demonstrem no quadro todos os números de 0 até 9.

Após a demonstração dos números, o coordenador questiona aos alfabetizandos sobre qual é a utilidade destes números em nossa vida. Depois do debate sobre esta questão, o coordenador coloca a importância das civilizações antigas na criação dos números e como isso se deu. Esse relato se dará através de uma história:

História da Origem dos Números:

Antes da história o coordenador expõe um mapa-mundi e pergunta aos alfabetizandos onde se deu as primeiras organizações de uma comunidade na criação dos números. Pode ser que haja no grupo pessoas que já ouviram falar nos árabes. Se eles não conhecerem, o coordenador pede aos alfabetizandos que procurem no mapa, um país chamado Arábia Saudita, depois fala um pouco sobre os costumes da região.

No relato da origem dos números, o coordenador conta a chamada "história dos camelos" para facilitar a compreensão dos alfabetizandos. O Coordenador, para relatar essa história, dá continuidade à história da importância das civilizações antigas na criação dos números.

A história começa da seguinte forma:

"Para controlarem a sua agricultura e seus rebanhos de animais, os homens necessitavam da contagem. O único processo de contagem que eles tinham era a visualização, o que para eles era fácil, pois tinham pequenos rebanhos.

Com o decorrer dos anos, os rebanhos de animais domesticados iam aumentando proporcionalmente e a necessidade de uma outra forma de contar começou a surgir, pois já não dava para contar somente olhando, uma vez que os rebanhos ficavam cada vez maiores.

Para enfrentarem esses problemas várias civilizações inventaram diversas formas de contagem, sendo que um dos mais eficazes é o indo arábico com o objetivo de controlar o rebanho de camelos que possuíam, os arábes faziam da seguinte forma:

A tarde, cada criador reunia todos os camelos que possuía e os colocava em um curral. No outro dia, pela manhã, quando soltavam os camelos, eles faziam buraco no chão e a cada camelo que saía do curral colocavam uma pedrinha no buraco. Se saíssem 8 camelos, haveriam 8 pedrinhas no buraco e, quando saía o nono came

lo, acrescentavam mais uma pedrinha no buraco ficando nove e assim por diante. Depois de terminarem a contagem, eles deixavam essas pedras no buraco até o final do dia quando recolheriam os camelos novamente.

Ao final da tarde eles pegavam todos os camelos e, à medida que cada camelo entrasse no curral, eles retiravam uma pedrinha do buraco. Desta forma eles verificavam se estava ou não faltando camelos. Se sobrasse uma pedrinha no buraco era sinal que estava faltando um camelo, mas se todas as pedrinhas tivessem sido retiradas e estivesse um camelo do lado de fora do curral era porque havia um camelo a mais no rebanho.

Com o aumento dos rebanhos de camelos, os homens "primitivos" começaram a melhorar o seu sistema de contagem, pois perceberam que ao acrescentar pedrinhas em 1 só buraco dificultava a forma deles contarem. Então começaram a contar da seguinte forma:

Assim que entrassem 10 camelos no curral. Já haveria 10 pedrinhas no buraco e, então, a pessoa que estava contando, imediatamente, fazia um montinho dessas 10 pedrinhas, abria um outro buraco à esquerda do que já havia e colocava o montinho de pedras.

Sendo assim, a cada 10 pedrinhas que colocavam no 1º buraco, eles faziam um montinho e acrescentavam no buraco à esquerda, de forma que quando tivessem 5 montinhos e 6 pedrinhas é sinal que tinham 56 camelos.

A medida que os rebanhos desses camelos iam crescendo devido à reprodução dos mesmos, sentia-se a necessidade de aperfeiçoar mais ainda o sistema de contagem. Então assim que tivessem 10 montinhos no 2º buraco (da direita para a esquerda), eles juntavam esses montinhos e faziam um "montão", ou seja, esse montão equivaleria a 100 camelos no curral, de modo que quando tivessem 3 montões no 3º buraco, 7 montinhos no 2º e 4 pedrinhas no 1º, é porque já havia 374 camelos.

O mesmo procedimento se dá às contagens maiores daí por diante.

Com o aperfeiçoamento desse processo de contagem, os árabes sentiam a necessidade de representarem graficamente esses números. Daí surgiram os primeiros sinais gráficos dos números, que se evoluíram através dos tempos até chegar à forma que eles têm hoje.

A contagem por meio de pedrinhas deu origem à palavra cálculo que vem do latim calculus, que significa pedra, daí a expressão médica cálculo renal, que significa pedra no rim.

Essa é a parte da história da origem dos números, onde o coordenador, além de relatá-la, faz com que os alfabetizandos dramatizem.

Dramatização:

Na hora em que o coordenador terminar de relatar a história, ele passa um problema relacionado com a mesma.

Ex: Os árabes tinham 7 camelos dentro do curral, entrou mais 1, quantos camelos ficaram? E depois entraram mais 2 camelos. O que os árabes fizeram?

Os alfabetizandos podem usar latinhas de margarina no lugar dos buracos e pedrinhas, depois transferirão a representação para a sapateira.

A partir daí, segue-se a explicação como esses números chegaram ao Brasil.

Dando continuidade a história anterior, o coordenador explica sobre o poder econômico exercido pelos árabes naquela época e, devido a esse poderio que tinham, é que difundiram pelo mundo o seu sistema de numeração e contagem.

Esse sistema de contagem chegou também a Portugal, (o coordenador mostra no mapa mundi), que em certa época se tornou uma das nações mais desenvolvidas da Europa.

A partir desse desenvolvimento, Portugal começou a expandir a sua navegação, a fim de explorar riquezas de outras terras, umas dessas terras que os Portugueses dominaram foi o nosso país, o Brasil, que por sua vez já possuía vários habitantes, que eram os índios. Esses índios também já tinham uma noção de contagem bem diferente das que Portugal tinha adquirido. Com a chegada dos portugueses ao Brasil, esses índios foram obrigados a falar, escrever e contar da mesma forma que os portugueses faziam. Daí o porque de utilizarmos esse sistema de numeração que hoje existe em boa parte do mundo.

Obs: Os alfabetizandos devem ter sempre em suas mesas vários instrumentos que lhes permitam acompanhar o processo de contagem, tais como palitos, canudos etc. Essa história pode ser introduzida em um dia de círculo de cultura.

Para que estes entendam sobre as operações realizadas pelas civilizações antigas, o coordenador utiliza a sapateira e canudos de refrigerantes.

A - Adição

a) Introdução - inicialmente o coordenador levanta no grupo o porquê da soma e qual a importância dela na vida das pessoas. Esse levantamento é feito através de questionamentos direcionados aos alfabetizando, tais como: Quando nós vamos contar uma determinada quantia de dinheiro como é que nós fazemos? - Geralmente os alfabetizando responderão que é contado nota por nota de dinheiro - Então, a partir daí o coordenador questiona: Se nós temos uma nota de 100 e juntarmos com uma de duzentos, qual foi a quantia que ficou? Os alfabetizando obviamente responderão 300 - Daí, o coordenador pergunta novamente: que tipo de conta nós usamos nesse problema? - Alguns dirão conta de mais, uns dirão soma, uns adição, mais haverá alguns círculos de cultura em que nenhum alfabetizando saberá a resposta, cabe neste caso ao coordenador sugerir que pesquisem em casa.

Após isso, o coordenador parte para a demonstração da adição na sapateira.

Pegar problemas do cotidiano dos alfabetizando e que demonstrem a utilização da adição, tais como:

a) O aumento das pessoas nas filas dos hospitais, bancos, ônibus etc.

b) O aumento dos preços etc.

Obs: Uma das coisas que o coordenador deve se preocupar menos, por enquanto, é com a utilização do sinal. A introdução do sinal de adição só é feita quando algum alfabetizando que já conheça o sinal, tocar no assunto, esse alfabetizando mostra ao grupo como é o sinal e onde o colocamos. Isto porque a introdução do sinal de adição se dará mesmo na subtração onde terá a necessidade de se diferenciar as duas operações. O coordenador só passará para o próximo assunto quando os alfabetizando estiverem seguros neste.

B - Subtração

a) Introdução: inicia-se verificando a importância da subtração na vida das pessoas, como os alfabetizando a utilizam e o que é que eles diminuem. Com um problema simples e de acordo com a realidade do alfabetizando, o coordenador introduz a subtração.

Questionar qual é a importância deles e a partir daí trabalhar situações problemas:

Na fila de um hospital tinham 39 pessoas, mas só foram atendidas 17. Quantas não foram atendidas?

A demonstração na sapateira é introduzida baseando-se no que já foi feito na adição, deixando fluir a descoberta do alfabetizando.

PENSANDO MATEMATICAMENTE

Tradicionalmente, o ensino da, Matemática vem-se fazendo pela acumulação de conteúdos. Mas, será que é realmente importante o quanto um indivíduo aprendeu na escola, ou é mais importante saber que ele é capaz de aprender coisas novas?

Esse tem sido, de modo geral, o dilema da Matemática, ainda que não exclua a possibilidade de ampliar essa questão para as outras áreas do currículo.

A Matemática é, também, uma linguagem, que permite ao homem comunicar-se quanto aos fenômenos naturais que observa. Como linguagem, veio-se desenvolvendo no curso da história, ligada aos contextos socio-econômicos e culturais que definiram e delimitaram sua expressão.

Como é uma construção histórica, traduz-se pelas atividades sociais que os homens realizam, modificando-se na sua forma lógica de expressar e de interpretar os raciocínios diferentes de cada sociedade.

O mundo, a realidade circundante expõem ao observador formas e figuras que a linguagem matemática codificou e com a qual busca relacionar, comparar os fenômenos naturais.

Ao fazermos essas afirmações, certamente o professor deve estar-se perguntando de que Matemática se está falando. A história da maioria dos que passaram pela escola é constituída de lembranças de dificuldades, algumas nem sempre agradáveis, na aprendizagem da Matemática. Dita assim, ela aparece com uma aura nova, que motiva a todos a pensar que se fala de uma outra Matemática, e não da que conhecemos tão bem, nos descaminhos que muitos de nos pessoalmente vivemos.

Apesar dos fracassos conhecidos dos estudantes, no percurso da Matemática, todos utilizam - de forma razoavelmente competente - o raciocínio matemático, para resolver problemas no dia-a-dia.

Nos chamados países periféricos, o analfabetismo tem sido detectado como uma forte marca, aliado a outras graves questões sociais; mas falar em "não-aptidão numérica" é muito raro, do mesmo modo que admitir a não-competência dos analfabetos, como falantes e usuários da língua, em seus usos para a comunicação.

Pode-se, isto sim, afirmar que a questionável "não aptidão numérica", vinculada à existência ou não da escolaridade, acaba por servir de base à dominação, pelas restrições que impõe a oportunidades de emprego.

O saber formal que os conteúdos matemáticos da escola constituem e as formas como são aprendidos, embora possam ser questionados, acabam por definir uma competência requerida em processos de seleção para o trabalho. Fazer contas, operá-las, dentro das estruturas formais é requisito à inclusão ou exclusão. E isto passa a ser mais relevante que a capacidade do indivíduo de pensar e operar, matematicamente, de cabeça.

No mundo de hoje, mesmo para as atividades profissionais que parecem não exigir tanto os conhecimentos sistematizados, há um modo de operar, logicamente, que a aprendizagem da Matemática deve favorecer.

Para o aluno jovem e adulto, a aprendizagem da Matemática se inicia muito antes de sua chegada à escola, e pode-se dizer que esse processo vai-se dando ao longo de toda a sua vida. Embora analfabeto, aprendeu a superar várias dificuldades presentes em seu cotidiano, as quais não o imobilizam, por não saber ler, ou fazer contas.

O conhecimento que construiu ao longo da vida, em relação ao conhecimento matemático, quase sempre é desprezado nas situações escolares, exigindo mesmo que eles esqueçam as suas formas de pensar, matematicamente, para aprender a forma escolar.

Essa situação é ainda agravada pela condição de alunos-trabalhadores, que necessitam desse saber escolar, mas que, por não se verem reconhecidos no saber que já detêm, acabam por reforçar o estigma de ignorantes que a sociedade lhes atribui. Indo à escola, podem perder o saber que já detêm, sem conseguir substituí-lo pela forma socialmente desejável.

É nesse sentido que o ensino da Matemática carrega uma ideologia, quando valoriza e admite, apenas, modos de pensar selecionados como socialmente úteis, que mantêm e ajudam a aprofundar as diferenças de classe.

O QUE VOCÊ, PROFESSOR, CONSIDERA QUE SERIA IMPORTANTE TRABALHAR COM SEUS ALUNOS, EM MATEMÁTICA?

O QUE ELES ESPERAM DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA?

Definindo o currículo: conceito e conteúdos

Ao propor um currículo para um curso de educação de jovens e adultos, deve-se ter bem claramente que a Matemática, como saber socialmente produzido, coloca como imperativo a sua socialização.

Portanto, o saber matemático não se pode conservar como um privilégio, a que alguns conseguem ter acesso, enquanto muitos ficam à margem. Até porque os homens estão, invariavelmente, (re)construindo esse saber na prática social.

A construção de um currículo em Matemática exige, inicialmente, que se sabia o que se pretende com o seu ensino, e por que se deve ensiná-la. Assim, deve-se levar em conta a situação social dos alunos para quem vamos propor a aprendizagem, em que medida o curso não poderá repetir o modelo que, provavelmente, contribuiu para o afastamento de muitos de nossos alunos da escola.

Queremos ensinar-lhes Matemática como forma de dar-lhes meios para sua emancipação? Para que possam entender o mundo, ou, apenas, para organizar o que sabem fazer de cabeça? Para, até mesmo, criar-lhes as dificuldades no caminho que já venceram?

De que forma nós, professores, deveremos apropriar-se dos conhecimentos que eles produziram para resolver operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, permitindo que todas as formas de pensar e resolver problemas circulem na sala de aula, sem críticas ou medos que justifiquem o silêncio?

Para que eles aprendam, basta que "desfiemos" os conteúdos em aulas em que só nós falamos, como se eles nada tivessem a dizer?

Para definir cada um desses pontos, considerando de maneira integrada objetivos, conteúdos e métodos, não se desprezam os conteúdos de natureza sócio-cultural que se colocam diante de nós, mediando a prática pedagógica. Essa mediação, feita a partir dos sujeitos-alunos em interação, permitirá reconhecer o quanto a ação que exercem é responsável e determinante para definir os objetivos dessa prática.

Esse processo de construção do currículo implicará que o professor passe a ouvir mais, pelo muito que o aluno tem a dizer sobre as suas expectativas, muitas vezes guardadas durante anos, para esse momento de voltar à escola.

Ainda que eles tenham dificuldades em expressar suas expectativas, cabe ao professor reconhecer nelas o fato de estarem presentes à escola.

Escolher conteúdos que satisfaçam a essas expectativas é o desafio que se coloca para o professor. Não somente esses serão os conteúdos contemplados, mas o professor deverá ir desvendando os segredos que determinados interesses encerram, e os conteúdos que se articulam a eles.

Essa forma de desvendar os segredos recai na necessidade de repensar os conceitos que se traduzem em formas codificadas. Apenas conhecer a linguagem da Matemática - ao conteúdo formal - é insuficiente pelo qual ela represente, quando codifica. Os conhecimentos apresentados deixam de constituir, novamente, coisas soltas, descosturadas, desvinculadas de relações mais amplas, para passar a ajudar o aluno a articular os seus saberes a um corpo de conhecimentos que dê maior sentido à realidade.

Categorias de pensamento

A preocupação com o pensamento crítico não é exclusividade da Matemática, mas algumas categorias de pensamento deverão ser desenvolvidas na área, pois mais dificilmente o serão em outras.

O pensamento proporcional, o de estimativa, o combinatório, o raciocínio hipotético-dedutivo, indispensáveis para a atuação crítica no dia-a-dia, são categorias que o trabalho da Matemática deve dar conta.

Para que o indivíduo tenha uma postura crítica em relação às informações quantificadas que recebe na sociedade, é preciso que ele as interprete, comparando variáveis, analisando dados, conceitos matemáticos utilizados; avaliando a coerência lógica dos resultados.

Há muitas situações que podem ajudar o professor a trabalhar com essas categorias. Experimente algumas delas:

. Leve para a sala de aula um saco de 1 quilo de feijão e proponha a seus alunos que eles procurem descobrir quantos grãos há em um saco de um quilo.

Provavelmente, muitas formas de resolver essa questão surgirão, e você, professor, poderá ir registrando todas as modalidades que eles apresentaram de resolução, analisando com eles cada uma delas, comparando as alternativas propostas.

Nesse ponto, o professor irá relacionando as possíveis soluções com outras situações e conhecimentos que eles detêm; articulando o modo de pensar o problema que têm diante de si - produzindo nos contextos sócio-culturais, de onde, provavelmente, partem para chegar à solução, com outros modos de pensar, que utilizam recursos e tecnologias.

Em algum momento, eles perceberão a impossibilidade de ter um dado absoluto como resposta, pois a quantidade variará em função de muitos fatores: tamanho do grão, seleção mais ou menos limpa, contendo mais impurezas que podem alterar o peso etc. Mas, certa-

mente, encontrarão um caminho para aproximar-se da resposta, que não seja, apenas, o de contar grão por grão o conteúdo do saco.

Esta atividade estará desenvolvendo a estimativa, que é extremamente necessária à vida diária.

A partir desse exemplo, outros deverão surgir. O importante é que eles mesmos se desafiem com propostas de soluções que não passem, apenas, pelo fazer contas, mas permitam a organização, de um modo de pensar matematicamente as questões, de forma lógica.

. Sugira aos alunos que construam uma planta da sala de aula.

Comece perguntando se algum deles trabalha com leitura de plantas, ou se sabe ler uma planta. Se houver, explore com eles o conhecimento que têm dessa forma de representação. Se não houver, comece a questioná-los sobre como fazer caber, no papel pequeno, uma sala grande.

Trabalhe conceito de escala, e decida com eles qual será a convenção a adotar, para representar exatamente as medidas da sala. Façam as medições; tomem notas; discutam as formas de utilizá-las.

Dos conceitos de largo e comprido, passe à largura e ao comprimento. Analise os cantos da sala, introduzindo a noção de ângulo reto.

Explore todas as possibilidades, propondo em seguida que desenhem a planta do quarto, ou da sala de suas casas. Compare plantas: maior, menor; igual, quadrado, retangular, perímetro e superfície.

Pensem formas de colocar pisos quadrados ou retangulares para forrar o chão, recortando pedaços de cartolina.

. Recorte de jornais anúncios de compras de eletrodomésticos à vista ou à prazo. Analise com eles os custos, as vantagens, o mais barato, o mais caro, os juros, os descontos. Trabalhe os conceitos de porcentagem e parcelamento.

. Analise tabelas, gráficos, índices de inflação, perdas salariais, aproveitando esses dados para trabalhar números decimais e o seu significado na totalidade de uma tabela. Ajude-os a entender o que os números são capazes de esconder, com o auxílio da estatística.

. Utilize receitas culinárias, para desenvolver conceitos de metade e frações. Proponha dobrar a receita, ou dividir a receita. Veja como eles resolvem as situações que você for apresentando.

**Calculadoras na sala de aula:
pode-se permitir isso?**

À medida que o conhecimento avança, o homem se vê diante de caminhos dos quais muitas vezes não pode retroceder. A tecnologia disponível nos países, hoje, fruto do desenvolvimento da ciência, é inegável, devendo ser questionada, no entanto, naquilo que acaba trazendo de indesejável: afastar, cada vez mais, os países ricos dos países pobres, aprofundar as desigualdades e as exclusões da maioria da população.

Ao longo do tempo, no entanto, algumas tecnologias vão-se tornando lugar-comum e é razoável ver-se como passam a ser incorporadas por muitos, fazendo o que caberia ao chamado progresso técnico realizar: melhorar a qualidade de vida das populações.

Não se discutirá, nesse momento, o papel da informática na educação, nem dos microcomputadores na escola. Mas não se pode deixar de dispensar atenção ao serviço que as máquinas de calcular podem prestar aos alunos, e como pode ser estendido esse domínio aos terminais bancários que impregnam as redes de serviço, e que, de certa forma, passam a incorporar-se ao cotidiano das pessoas. Entre mitificá-los e se apropriar deles, é preferível que se fique com essa última idéia, para que não sejam mais um instrumento a serviço da dominação.

O professor não precisa temer o aluno que faz contas em segundos em uma máquina de calcular. Não adianta discutir se é bom ou mau; mas é preciso encarar a realidade e as evidências que estão diante de todos. O importante, agora, é saber como melhor utilizar as minicalculadoras, como melhor incorporá-las às escolas, e para isso, o professor deverá soltar a imaginação.

Alguns de nós talvez sejam do tempo em que as esferográficas eram proibidas aos que aprendiam escrever. As canetas estão aí, e muitos perderam a oportunidade de aprender a usá-las mais cedo, por conta de uma absurda proibição.

Não há por que esperar para ensinar aos alunos a trabalhar com as minicalculadoras. Até porque muitos já sabem fazê-lo. Esses poderão socializar o conhecimento que detêm, permitindo que os outros possam dominar um instrumento que responde de imediato a necessidades da vida diária.

As máquinas estão aí. Importa colocá-las a nosso serviço, e a serviço dos alunos.

Profª Jane Paiva

Textos Complementares

TAHAN,M. O Homem que Calculava. Cap.III, VII, XII. Rio de Janeiro: Conquista, 1965. PP.12-14;36-45; 82-88.

Bibliografia

D'AMBROSIO,U. Da Realidade à Ação. Reflexões sobre Educação e Matemática. E.ed. São Paulo: Sumus; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos. Matemática. Verso e Reverso - Educando o Educador. Rio de Janeiro, 1987.

CARVALHO,D.L. & ONAGA,D.S. A que Serve a Educação Matemática. In: Revista ANDE, São Paulo, Ano 5, n.9, 1985,pp.47-50.

DUARTE,N. O Compromisso Político do Educador do Ensino da Matemática In: Revsita ANDE, São Paulo, 1986.

I TELECONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA SOBRE ALFABETIZAÇÃO

Promoção: Brasil / UNESCO

09/SETEMBRO/1989

TVEEXECUTIVA da EMBRATEL / REDE BRASIL

Fundação Educar - Projeto Verso e Reverso

Produzido por Suely Rangel - Dirigido por José Alberto Fagundes

Experiência teleducativa de apoio à capacitação de professores em educação básica de jovens e adultos, nas quatro primeiras séries do ensino de 1º grau

Fala do Professor Paulo Freire

Secretário Municipal de Educação de São Paulo

"A formação do professor se impõe como algo, inclusive, permanente. Eu não acredito em formação de ninguém! Ninguém está formado, todos nós estamos formando-nos, constantemente. O que eu acho que se teria que fazer é por em prática essa compreensão de uma **formação em estado permanente** e não, de uma formação feita em determinados momentos de tempo, quer dizer, em 15 dias a gente dá um determinado curso de formação, em 4 anos a gente forma. Não, a gente precisava, neste país, assumir melhor as coisas óbvias e descobrir que, da formação em termos permanentes das educadoras e dos educadores depende, enormemente, não exclusivamente, a sua eficácia."

Transcrição do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

I TELECONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA SOBRE ALFABETIZAÇÃO

Promoção: Governo do Brasil/UNESCO 09/SETEMBRO/1989

TVEXECUTIVA da EMBRATEL/REDE BRASIL

Auditório da EMBRATEL - Brasília - DF

3ª MESA - Tema: ALFABETIZAÇÃO, EDUCAÇÃO DE ADULTOS E TRABALHO

Fala do Professor Paulo Freire

Secretário Municipal de Educação de São Paulo

"Em primeiro lugar, gostaria de, em poucas palavras, dizer e com isto eu respondo, uma vez mais, a duas jornalistas que perguntaram antes de vir para cá; neste tipo de entrevista faz parte da profissão de jornalista e que cansa especialistas. Perguntaram-me da importância de reuniões como esta. Eu não quero discutir, porque não sei, quanto é que está custando tudo isto, para estabelecer a relação do custo disso e da importância disso, mas de qualquer forma deixando de lado a reflexão em torno do orçamento, não é possível de forma nenhuma negar a importância de encontros como este. Acho, porém, é nós, os que participamos disto e os que estamos nos vendo e ouvindo, deveríamos assumir uma certa responsabilidade no sentido de aproveitar encontros como este e, quando digo aproveitar, digo, apenas, no sentido de concordar com o que digamos aqui, aprofundar uma temática, que vem sendo discutida, durante esta tarde.

Em seguida, queria fazer comentários do tema desta rodada e, num certo sentido, repetindo algumas coisas que já foram ditas aqui por outros especialistas. Começaria insistindo numa coisa óbvia, que é a de que a escola melhor ou a menos ruim, não existe em relação a um certo objetivo que está além e ultrapassa o próprio limite da escola e isto, é, eminentemente, político. Quer dizer, ninguém faz uma escola melhor do ponto de vista dos interesses das classes populares a não ser assumindo, tomando uma decisão que é política, **substantivamente política e objetivamente pedagógica** (grifo nosso).

A questão que se coloca, é saber se, politicamente, há uma decisão de fazer uma escola diferente da escola que está aí. Magda (B. Soares - expositora anterior) perfilou esta escola de forma muito bem, se bem que não era objetivo dela fazer um perfil mais intenso e extenso desta escola elitista.

A escola elitista é uma escola que desajuda, que cria, e até gera e intensifica o analfabetismo adulto. Esta escola que está aí elitista, é uma escola que corresponde aos anseios políticos de uma minoria no poder nesse Brasil, que vem se perpetuando. É uma questão de decisão política de minorias contra as maiorias. Essa é a questão, e a gente precisa até aprender a usar os nomes. Observo que, as vezes, há um certo receio, um certo modo de fazer uma referência aberta a certas categorias que são óbvias e depois, quando a gente se refere a estas categorias, acho que já diminuiu até um certo medo que se provoca ou provocava. Há alguns anos atrás, quando se falava em classes sociais não como uma coisa exclusiva de análise de uma sociedade, mas quando se falava

em classe social. a impressão que se tinha é que o sujeito que falava em classe social como menino em "rosbife". Isso já passou, já se pode falar com menos medo.

Quero dizer para vocês, e repetindo aqui, em uma sociedade, no caso nosso o Brasil, em que tem aproximadamente 8 milhões de meninos e meninas em idade escolar ficou e, vejam como a expressão, como a ideologia esconde, oculta, e a gente fala em 8 milhões de meninos fora da escola, e quando a gente diz fora da escola é como se a gente dissesse - não estão dentro porque não querem e, aí é que está a ocultação demoníaca da ideologia. Não, não estão fora da escola, são 8 milhões de meninos proibidos de haver entrado na escola - proibidos, não fora.

Ha um "x" por cento dos meninos populares que entram, que absorvem, eu sempre digo quando me refiro a estes dados, para esta estatística dos 8 milhões: - nenhum neto meu dá uma contribuição, o que equivale dizer para meus netos - estão todos na escola. Será que é porque papai do céu quer bem aos meus netos e tem horror dos meninos do povo? Não é por isso, de jeito nenhum. O céu é outro. Mas entram uns tantos meninos populares e quando eles entram, conseguem penetrar e uma quantidade já grande e expulsão e os especialistas falam de evasão escolar. Ainda bem que fiquei feliz hoje aqui, só se falou uma vez em expulsão. Todo mundo falou em expulsão, porque é o nome, os meninos são expulsos da escola. Da 3ª para a 4ª série, a expulsão é fantástica, bota pra fora em massa e é claro que a expulsão está associada, ela é uma irmã gêmea da reprovação e aí, a contribuição que Emilia Ferreiro (expositora anterior) vem dando neste fim de século é extraordinária, porque pelo menos ela

desmascara a ideologia dominante que pretende e que pretendeu durante muito tempo convencer os ingênuos de que havia uma certa incompetência ontológica dos meninos do povo, uma incompetência natural e ela vem, cientificamente, e prova que não há incompetência, é mentira isso, é ideologia realmente. Às vezes, o que eu acho é que está faltando, às vezes, um pouquinho à Emilia, é juntar a sua ciência, à sua análise científica que é de uma importância enorme no fim deste século e no começo do outro, um pouquinho, uma pitada de gosto político, não é que você (dirige-se a Emilia Ferreiro presente no auditório) se manifeste neutramente, de forma alguma, mas tem que pegar isto. (interrompido).

E, tem que acabar, falta um minuto, e uma pena isto! Uma das deficiências desta reunião é esta, que a gente se burocratiza com o tempo se escraviza, se dirá, que se não for assim não há quem dê ordem a reunião. Acho que a gente aprenderia a dar, sabendo usar melhor o tempo da gente.

Mas eu queria dizer, repetir aquilo, inclusive, Emilia insistiu neste ponto, que eu vou falar. Não adianta campanha, isso ou aquilo de alfabetização de adultos se você não pega as crianças populares naquele momento da escola, em que ora são proibidos de entrar, ora são expulsos, se você não apanha, não supera isso, esta superação que implica uma decisão política demanda uma formação científica.

E preciso mudar a cara da escola porque, também, sem mudar a cara da escola, sem reorientar a política pedagógica na direção dos interesses populares, não se faz isso de jeito nenhum. Então,

89
e preciso de um lado tirar o nó na fase da criança e do outro, então simultaneamente, trabalhar a alfabetização de adultos no sentido crítico e não no sentido mecanicista, quer dizer a questão que se coloca para nós no campo da alfabetização de adultos, se é, de um lado, alfabetizá-lo mesmo, é, de outro, não fazê-lo mecanicisticamente. Quer dizer, é um que fazer com uma decisão política da nossa parte.

Encerro agora para obedecer mais ou menos ao sistema.

Queria só encerrar com um compromisso, gostaria de dizer à Magda, que deu uma bacaníssima contribuição esta tarde, à Emília, a todo mundo que está aqui, como Secretário de Educação da cidade de São Paulo, que é um Estado, um paísão, estou brigando e para fazer isso. Estamos lutando em São Paulo para mudar a cara da escola. Nós vamos fazer uma escola popular, uma escola séria sem ser sisuda, rigorosa sem ser empavonada, uma escola feliz, escola alegre, com tudo que a gente tenha contra para fazer isto, mas a gente está mudando e vai mudar. Esta é uma promessa que eu quero fazer de público para esta América Latina toda. Muito obrigado".

Transcrição do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

ESCOLA CANDANGA

*Programa Permanente de Alfabetização e
Educação Básica Para Jovens e Adultos no D.F.*

GTALFA - Grupo de Trabalho das Secretarias do G.D.F.
Pró-Alfabetização dos Servidores Públicos

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Brasília, 1996.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

PLANO DE CURSO

I - CURSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

DISCIPLINA: LINGUAGEM E MATEMÁTICA (ALFANUMERIZAÇÃO)
INSTITUIÇÃO: _____
LOCAL: _____
ENDEREÇO: _____
TURMA: _____ PERÍODO: _____
PROFESSOR/COORDENADOR: _____
ANO: _____
DURAÇÃO - DATA INÍCIO ____/____/____ TÉRMINO: ____/____/____
OBSERVAÇÕES: _____
CARGA HORÁRIA TOTAL: _____
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA: _____

II - DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA (2h/dia)

TOTAL de horas-aula semanais: _____
TOTAL de horas-aula mensais: _____
MES/ANO _____ Nº H/A _____

TOTAL de horas/aula destinadas: _____
Teste de acuidade visual: _____
Avaliação (aplicação/ correção de provas): _____

III - OBJETIVOS DE LINGUAGEM

- Ao final do curso, o alfabetizando deverá ser capaz de:
- . ler e interpretar com clareza textos na língua portuguesa;
 - . expressar-se e comunicar-se em português, oralmente, em grupo;
 - . interpretar os problemas existenciais do seu cotidiano com visão crítica de sua inserção social;

- escrever em português simples bilhetes, cartas, textos;
- distinguir recursos impressos como jornais, revistas, livros, dicionários, mapas e saber consultá-los;
- inserir-se na história da língua portuguesa no Brasil

IV - OBJETIVOS DA MATEMÁTICA

- Ao final do curso, o alfabetizando deverá ser capaz de:
- formalizar e desenvolver na escrita suas aquisições da linguagem matemática
 - desenvolver o raciocínio lógico a partir de problemas matemáticos do seu cotidiano
 - apropriar-se da história dos números

V - PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

O Princípio Pedagógico norteador baseia-se no processo de ensino-aprendizagem pela descoberta, no qual, o alfabetizando é o sujeito de sua aprendizagem, a partir de sua inserção histórico social, cabendo ao Professor/Coordenador o papel de facilitador deste processo no grupo de alfabetizandos aprendizes. A observação sistemática do processo e condição da avaliação continua permanente.

VI - LINGUAGEM

a) - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE LINGUAGEM

- identificação de todas as letras (consoantes e vogais) e formas da língua portuguesa
- identificação de encontros vocálicos e consonantais
- uso de letras maiúsculas e minúsculas
- apropriação das formas ortográficas e semânticas
- aplicação de divisão silábica
- compreensão e uso do masculino e feminino; plural e singular; aumentativo e diminutivo; sinônimo e antônimo.
- compreensão e uso da acentuação
- compreensão e uso da pontuação
- elaboração de bilhetes, carta, texto
- consulta à jornal, revista, livro, dicionário, mapa, documentos pessoais

b) - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA LINGUAGEM

- apresentação das situações existenciais dos alfabetizandos através de palavras geradoras selecionadas do universo vocabular
- debate em grupos da situação existencial
- estudo da palavra geradora como globalidade
- decomposição das famílias fonêmicas da palavra geradora
- formação de novas palavras (de momento)

- . formação de frases
- . uso de jogos, brincadeiras e dramatizações com conteúdo de interesse de jovens e adultos.
- . uso de dicionário na sequência alfabética para auxiliar a correção das novas palavras elaboradas pelos alfabetizandos
- . elaboração de frases textos (bilhetes, cartas, histórias)
- . leitura de livretos informativos sobre Saúde (Higiene, Vacinação, raiva, tifo, cólera) Trabalho, Organização, Documentos
- . identificação e reconhecimento de documentos pessoais, bancários, institucionais.

c) - RECURSOS DE APOIO DIDÁTICO À LINGUAGEM

- . ambiente de sala de aula: arejado, boa iluminação e silencioso, amplo, que permita a disposição dos alfabetizandos em círculo.
- . equipamentos: mesa/cadeira do Coordenador/Professor, mesa e cadeiras dos alfabetizandos (não é recomendável carteira universitária), quadro giz e apagador
- . material:
 - Jogos de cartazes de cada palavra geradora, de fichas de "descoberta" individuais (fotocopiadas), dicionários
 - mapa mundi e do Brasil, fita adesiva, giz, jornal
 - revistas, livretos-informativos, textos (fotocopiados)
 - formulários bancários, documentos pessoais e trabalhistas (fotocopiados).

VII - MATEMÁTICA

a) - CONTEUDO PROGRAMATICO DE MATEMÁTICA

- . identificação da aquisição do universo matemático demonstrado pelos alfabetizandos;
- . história dos números;
- . correspondência numérica;
- . sistema numeral decimal (unidade, dezena, centena, milhar, milhão);
- . noções de tamanho;
- . numeração ordinal;
- . formas geométricas planas: triângulo, círculo, quadrado
- . quatro operações: adição, subtração, multiplicação, divisão;
- . sistema legal de medidas (massa, comprimento, capacidade e tempo;
- . sistema monetário brasileiro;
- . interpretação e soluções de situações-problema do cotidiano dos alfabetizandos, aplicando as quatro operações;
- . análise, interpretação e manuseio de documentos pessoais trabalhistas e bancários;

b) - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO DE MATEMÁTICA

- . permanente exercício de uso da leitura e escrita
- . sondagem das aquisições do universo matemático do alfabetizando sobre: noções de "representação numérica/quantidade" (maior, menor, dobro, triplo), números pares/ímpares, operações (identificação, sinais, formalização), utilizado palavras geradoras e dramatização
- . relato da história dos números, utilizando o mapa mundi
- . uso de jogos, brincadeiras e dramatização envolvendo números, frações, medidas com situações-problema do cotidiano do jovem e do adulto
- . demonstração e exercício de uso do sistema decimal e as quatro operações, usando sapateira, fichas de números e canudos de refrigerantes ou palitos de picolé
- . preenchimento e uso de formulários de uso bancário (talão de cheque, guia de depósito, etc)
- . debate, escrita e solução de problemas da realidade dos alfabetizandos, envolvendo o sistema monetário brasileiro.

c) - RECURSOS DE APOIO DIDÁTICO À MATEMÁTICA

- . ambiente de sala de aula - ver VI c)
- . equipamentos: - idem VI c)
- . material:
 - sapateira
 - palitos de picolé com canudos de refrigerante, borrachinhas, tampinhas
 - cédulas de dinheiro atual (fotocopiadas)
 - folha de talão de cheque (fotocopiadas)
 - formulários de guia de depósito bancário (fotocopiadas)
 - fichas de números
 - cartolinas
 - fita adesiva, giz

VIII - AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM EM MATEMÁTICA

- a) - Avaliação no processo: como condição de êxito no cumprimento do princípio pedagógico (ver V), a avaliação é contínua e permanente, tendo como base a observação sistemática do processo de desempenho de cada alfabetizando.
- b) - Avaliação ao final do curso:
 - . frequência integral ou até 85% que demonstre não prejuízo ao aproveitamento ótimo e bom do aluno
 - . participação de cada alfabetizando no grupo
 - . testes com referência ao ingresso na fase II do Ensino Supletivo com questões objetivas e subjetivas dos conteúdos estudados em linguagem e matemática
 - . conceitos: ótimo, bom, regular
 - . objetivos de domínio afetivo são avaliados pela própria turma, Coordenador/professor observador, supervisor.

IX - CERITFICADO

O certificado de conclusão do curso com aproveitamento, somente será fornecido pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO D.F. aos alunos que obtiverem conceito de ótimo e bom. O aluno cujo aproveitamento foi avaliado como regular deverá continuar os estudos até atingir o desempenho correspondente a ótimo ou bom.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

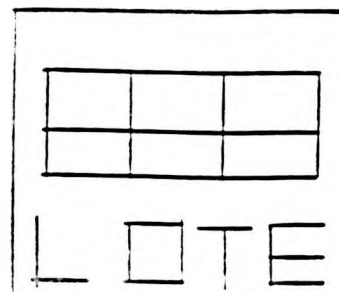
04

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

PASSOS METODOLÓGICOS NA ORIENTAÇÃO DO CÍRCULO DE CULTURA

1º - Apresentação da situação existencial, fixando-se na figura em cartaz

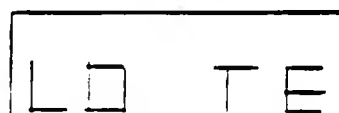
2º - Descodificação da situação existencial através do diálogo entre o coordenador e os alfabetizandos e estes entre si. Ao final do debate o coordenador lê identificando a palavra-geradora no cartaz. O coordenador dispõe do roteiro "aberto" e da orientação prática.



3º - Visualização da palavra geradora em sílabas, em letras tipográficas.



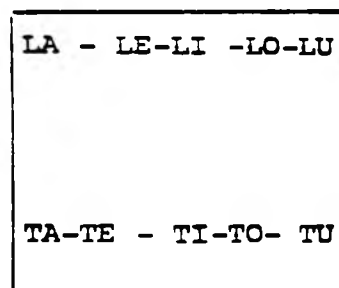
4º - Decomposição da palavra geradora em sílabas, também em letras tipográficas.



5º - Nova decomposição da palavra geradora em sílabas, em letras tipográficas.



6º - Visualização das famílias fonêmicas que compõem a palavra geradora onde os alfabetizandos fazem o reconhecimento das sílabas da palavra visualizada.



7º - Leitura para fixação das famílias fonêmicas através da qual é possível observar as diferenças no início e no final das sílabas e o reconhecimento das vogais, última etapa do processo analítico.

8º - Formação de palavras novas pela decomposição das famílias fonêmicas, iniciando o processo de síntese oral e ocasionando a aprendizagem do mecanismo de nossa língua pela função de sílabas.

9º - Escrita da palavra geradora e das famílias fonêmicas (entrega da ficha de descoberta individual).

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- . Dificuldades físicas-visão, coordenação motora, nervoso
- . Interesse da leitura e escrita
- . Participação nas discussões em grupo
- . Influência da religião
- . Experiência de estudo (escolar ou não)
- . Iniciativa na leitura conjunta
- . Desempenho na leitura
- . Desempenho na escrita
- . Influência do método tradicional
- . Exercícios domiciliares
- . Assimilação na memorização
- . Frequência x desempenho
- . Cooperação com os colegas
- . Apoio da família
- . Apoio no Trabalho
- . Influência de problemas pessoais, mudança de moradia, doença pessoal e de familiares, férias.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

06

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

ROTEIRO DO RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DO CÍRCULO DE CULTURA

PALAVRA-CHAVE: _____

Turma: _____ Data: _____ Horário: _____

01- Descrever dos passos metodológicos.

02- Copiar todas as palavras descobertas:

- do dia anterior.

- no próprio dia de apresentação da palavra chave

03- Registrar observações sobre:

3.1. Reações dos alfabetizandos, enquanto pessoas.

3.2. Expressões verbais e/ou escritas.

3.3. Dificuldades dos alfabetizandos.

3.4. Dinâmica do grupo.

3.5. Coordenador- desempenho.

04 - Impressões pessoais e sugestões.

ATENÇÃO: Este relatório deverá ser entregue e discutido conjuntamente na reunião de ____/____/____ ÀS _____ horas.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

NOME: MATRÍCULA:

COORDENADOR:

LOCAL: DATA:/...../.....

PORTUGUÊS

LIMPEZA DA SALA

HOJE, EM NOSSA CLASSE, A PROFESSORA TEVE UMA CONVERSA MUITO SÉRIA CONOSCO, LOGO NO INÍCIO DA AULA, ELA DISSE:

– ESTOU TRISTE COM VOCÊS PORQUE RECEBI UMA RECLAMAÇÃO DA DONA ZÉLIA. VOCÊS SABEM QUEM É ELA?

TODOS RESPONDERAM QUE NÃO E ELA CONTINUOU:

– DONA ZÉLIA É A ZELADORA QUE FAZ A LIMPEZA DE NOSSA SALA. ELA RECLAMOU QUE TEM ENCONTRADO A SALA MUITO SUJA. NOTEM COMO AGORA A SALA ESTÁ LIMPA. VAMOS ZELAR POR ELA?

DEPOIS DISSO AJUDAMOS A PROFESSORA A FAZER UM CARTAZ QUE DIZIA: "COLABORE COM A ZELADORA, MANTENDO A SALA LIMPA".

NO DIA SEGUINTE, A PROFESSORA CONTOU QUE FIZEMOS DONA ZÉLIA MAIS FELIZ, POR QUE VALORIZAMOS SEU TRABALHO NA ESCOLA.

1 - LEIA COM ATENÇÃO E RESPONDA AS PERGUNTAS:

a - QUEM ERA DONA ZÉLIA?

.....

b - QUAL ERA A RECLAMAÇÃO?

.....

c - QUE PEDIDO FEZ A PROFESSORA À CLASSE?

.....

d - POR QUE DONA ZÉLIA FICOU MAIS FELIZ?

.....

e - VOCÊ AJUDA A CONSERVAR A LIMPEZA DE SUA SALA. SUA CASA,
SUA CIDADE? COMO?

.....
.....

2 - SEPRE AS SÍLABAS DAS PALAVRAS:

a - CLASSE	f - PROFESSORA
b - INÍCIO	g - RECEBI
c - LIMPA	h - LIMPEZA
d - CARTAZ	i - ZELADORA
e - AGORA	j - TRABALHO

3 - DÊ O PLURAL DAS PALAVRAS:

a - HOTEL	f - FELIZ
b - MESA	g - SALA
c - O MAR	h - LÁPIS
d - CANÇÃO	i - COPO
e - CIRCO	j - LANCHE

4 - FORME FRASES COM AS PALAVRAS:

a - ZELADORA
b - TURMA
c - CHAPÉU
d - AULA
e - ÔNIBUS

5 - DÊ O SINÔNIMO DAS PALAVRAS:

a - CLASSE	d - COLABORAR
b - VELHO	e - LIGEIRO
c - ALEGRE	f - DELICIOSO

6 - ESCREVA AS LETRAS QUE FALTAM PARA COMPLETAR O ALFABETO:

A,, D,, H,, N,, R,,

EXEMPLO: Z E L I A

8 - COMPLETE AS PALAVRAS COM M OU N:

f - BA.....DEIRA

g - TA.....BÉM

h - LO.....GO

i - CA.....PO

i - TA.....BOR

INDIO

TENIS

This image shows a full page of white paper with horizontal dashed lines, typical of primary school writing paper. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

BOM TRABALHO!

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

NOME: MATRÍCULA:

COORDENADORA:

LOCAL: DATA:/...../.....

MATEMÁTICA

)	$\begin{array}{r} 24 \\ + \\ \hline 11 \end{array}$	$\begin{array}{r} 36 \\ + \\ \hline 18 \end{array}$	$\begin{array}{r} 142 \\ - \\ \hline 114 \end{array}$	$\begin{array}{r} 65 \\ - \\ \hline 32 \end{array}$
---	---	---	---	---

7) RESOLVA OS PROBLEMAS ABAIXO.

a) NUMA ESCOLA DE CEILÂNDIA HÁ 849 ALUNOS. FORAM MATRICULADOS NO INÍCIO DE 1995 MAIS 283. QUANTOS ALUNOS HÁ AO TODO NESSA ESCOLA?

OPERAÇÃO	RESPOSTA
	
	
	
	
	

b) NA COMPRA DE UMA GELADEIRA, A ENTRADA FOI DE R\$ 150,00. SE A GELADEIRA CUSTA R\$ 500,00. QUANTO FALTA PARA TERMINAR DE PAGAR?

OPERAÇÃO	RESPOSTA
	
	
	
	
	

c) O MEU SALÁRIO É DE R\$ 100,00. ESTE MÊS MINHA CONTA DE LUZ FOI DE R\$ 7,00. A CONTA DE ÁGUA FOI DE R\$ 10,00. QUANTO ME SOBROU PARA AS OUTRAS DESPESAS?

OPERAÇÃO	RESPOSTA
	
	
	
	
	

d) SE A PASSAGEM DA LINHA DE LIGAÇÃO CUSTA R\$ QUANTO PAGAREI DE PASSAGENS, DE IDA AO PLANO PILOTO, SE SOMOS 5 PESSOAS?

OPERAÇÃO	RESPOSTA
	
	
	
	
	

e) PARA A CONSTRUÇÃO DA CASA DO SENHOR JOÃO FORAM CONTRATADOS 4 TRABALHADORES. SENDO QUE ELE TINHA R\$ 1.200,00. QUANTO RECEBEU CADA TRABALHADOR?

OPERAÇÃO	RESPOSTA
	
	
	
	
	

f) ESCREVA, POR EXTENSO, OS NUMERAIS ABAIXO:

- a) 6
- b) 12
- c) 37
- d) 108
- e) 265
- f) 349
- g) 1001
- h) 1033
- i) 1354

BOM TRABALHO!

Coordenador: **Início:**

Local: **Término:**

Nome:

Endereço: Ocupação:

Estado Civil: **Idade:** **Data de Nascimento:**/...../.....

Renda Familiar:

Moradia: Própria () Cedida () Alugada ()

Órgão que trabalha:

Sector: **Matricula:**

Cargo que ocupa:

Data de admissão:/...../.....

[illegible][illegible]

EXPERIÊNCIA COM ESCOLA

Frequêntou escola quando criança? O que aprendeu?

EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA

Tem participação em movimentos reivindicatórios?

RELIGIÃO

Qual a sua religião?

Que tipo de participação?

EXPERIÊNCIA DE TELESPECTADOR

Tem televisão em casa?

Qual o programa que mais gosta de assistir?

Qual o horário:

Frequência: () Diária () Sábado () Dia () Domingo

OPINIÕES

Você acha que há vantagens em saber ler e escrever por quê?

Você acha que o estudo pode modificar a vida das pessoas? Por que?

Você acha que o analfabeto deve votar? Por que?

Data://

12

GDF - SE - DP - UEJA

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

ALFABETIZANDOS

[illegible]

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

CADASTRO DE OBSERVADOR

Nome: Fone:

Endereço:

Casa: Própria () Alugada ()

Filiação:

Data de Nascimento:/...../..... Identidade:

Órgão Expedidor: Data de Expedição:

CPF/CIC: Escola em que estuda:

..... Série: Turma:

Local de trabalho:

Associação, Grupo de Jovens, Grêmio, etc, que tem contato:

Horário disponível:

QUESTIONÁRIO

Quem são os analfabetos?

.....

.....

.....

b) Por que são analfabetos?

.....

.....

.....

c) O que a alfabetização pode mudar ou não pode mudar na vida dos analfabetos?

.....

.....

.....

GDF - SE - DP - UEJA
PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

GRÁFICO DO RESULTADO DE PROVA/SONDAGEM

PARTE	DISCIPLINA
-------	------------

[illegible]

QUADRO DEMONSTRATIVO DE SONDAGEM
PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

TURNO	TURMA	PERÍODO	LOCAL
-------	-------	---------	-------

[illegible]

OBSERVAÇÕES: A - ALFABETIZAÇÃO NA - NÃO ALFABETIZADO

GDF - SE - DP - UEJA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE FREQUÊNCIA
PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

TURNO

TURMA

PERÍODO

LOCAL

[illegible]

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO
INDIVIDUAL DO ALFABETIZANDO**

Nome: _____

Matrícula: _____ Cargo /Órgão: _____

Período	Fases	Avaliação de Desenvolvimento do Aluno

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE SERVIDORES

RESPONSÁVEL: FONE: FAX:

[illegible]

19

PERÍODO	HORÁRIO	TURMA
...../...../..... A/...../.....		

[illegible]

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

PALAVRA-CHAVE

Roteiro

Orientação Prática

PALAVRA-CHAVE

Roteiro

Orientação Prática

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Matrícula	Nome	Frequência	Razões da Desistência

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS

III ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO

Brasília-DF. 3 de dezembro de 1994.

Promoção: Decanato de Extensão - UnB
Faculdade de Educação - UnB

As entidades e instituições participantes do III Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno, com o objetivo de avaliar as experiências ocorrentes e formular propostas de ações futuras, realizado no dia 3 de dezembro de 1994, das 9:00 às 18:00 horas, no Auditório Dois Candangos, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e signatarias deste documento, apresentam a Vossa Excelência, Governador eleito do Distrito Federal, as conclusões e resoluções do referido Encontro, para serem incorporadas ao seu programa de governo como ações prioritárias com vistas à erradicação do analfabetismo no Distrito Federal.

CONCLUSÕES E RESOLUÇÕES:

1. Ratificar a proposta de programa permanente pró-alfabetização do DF - indicação do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal - GTPA/DF para o GDF (1995-1998), que aditada com as proposições a seguir constitui a proposta do III Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno a ser implementada como prioridade pelo Governo do Distrito Federal: (Documento 1)
2. o Governo eleito deverá adotar iniciativas para consignar no orçamento do Governo do Distrito Federal - 1995, recursos para custear ações com vistas à erradicação do analfabetismo no Distrito Federal, em 04 anos, cumprindo, destarte, o artigo 241 da Lei Orgânica do Distrito Federal;
3. elaborar e desenvolver um Programa permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos, articulando o Governo do Distrito Federal e sociedade civil, para concretizar em ações as proposições contidas no artigo 45 das disposições transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, pressupondo:
 - a) Criar mecanismos estimuladores da participação da sociedade civil no Programa;
 - b) analisar as possibilidades de serem aplicados aos prestadores de serviço do GDF o dispositivo do item 5º, artigo 45, da Lei Orgânica;
 - c) desenvolver gestões e negociar medidas junto as empresas privadas no sentido de viabilizar a alfabetização de seus funcionarios, mediante a concessão de jornada de trabalho especial e iniciativas quanto à manutenção do emprego;
 - d) fazer gestões junto as Instituições de Ensino Superior do DF no sentido de uma política de formação de alfabetizadores/educadores de jovens e adultos, a nível de graduação, pós-graduação e extensão, bem como da realização de pesquisas básicas (universidades e alfabetizadores), visando subsidiar as ações de alfabetização;
 - e) incorporar aos programas setoriais das secretarias e órgãos do Governo do Distrito Federal, as ações decorrentes do Programa Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos como prioridades político-administrativas;

1

Reconhecer a participação do GTPA/DF, enquanto espaço público de articulação e formulação de iniciativas pro-alfabetização que reúne entidades, instituições e pessoas interessadas na erradicação do analfabetismo, como interlocutor e mediador junto ao Governo do Distrito Federal, para questões referentes à alfabetização.:

4. incrementar melhorias no sistema de ensino fundamental quanto ao conteúdo programático, prática pedagógica e condições ao alunado com vistas à resolução de problemas que tem levado a evasão e contribuído para a continuidade do analfabetismo;
5. analisar medidas para revisão da prática pedagógica a cargo de órgão competente da Secretaria de Educação do Distrito Federal;
6. realizar publicação periódica de boletins avaliativos das ações decorrentes do programa de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal, fundamentado nos artigos 225 da Lei Orgânica e 45 das Disposições Transitórias do mesmo diploma legal;
7. assegurar, como política de governo, a disponibilidade de salas de aula da Rede Pública de Ensino, bem como de toda infra-estrutura atinente, inclusive no que se refere a segurança e equipamentos, para dar suporte às atividades do Programa Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos;
8. incrementar mudanças no atual sistema de ensino supletivo objetivando adequá-lo às necessidades e condições reais dos jovens e adultos do Distrito Federal, permitindo a flexibilização quanto a carga horária, funcionamento e prática pedagógica;
9. estabelecer política de formação para os professores do sistema público que atuam na área de alfabetização de jovens e adultos;
10. recomendar a participação efetiva da Secretaria de Educação e da Fundação Educacional do Distrito Federal nos fóruns de discussão promovidos pelo GTPA/DF;
11. viabilizar mecanismos para que as instituições integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS/DF preste assistência integral à saúde, principalmente no que se refere a oftalmologia, otorrinolaringologia e odontologia aos jovens e adultos vinculados ao Programa Permanente de Alfabetização;
12. determinar que cada Unidade de Ensino da Rede do GDF, de forma descentralizada, realize um censo com a participação da comunidade local para identificar a incidência do analfabetismo em sua área de abrangência: perfil, causas e efeitos. E desenvolver participativamente um plano de metas para erradicar o analfabetismo identificado;
13. recomendar como requisito para concorrer as direções de escolas e Regionais de Ensino a explicitação de compromisso pelos concorrentes quanto ao desenvolvimento de ações de alfabetização de jovens e adultos e apresentação pública de programas para erradicar o analfabetismo na área de influência da escola ou Instituição de Ensino que pretende dirigir;
14. indicar a promoção de Encontros para discussão metodológica e de concepções educativas e formativas;
15. promover debates avaliativos de experiências e de intercâmbio nas Universidades e escolas públicas e privadas;
16. desenvolver mecanismos que possibilitem a capacitação e reciclagem de professores do supletivo com a intervenção do GTPA/DF;
17. indicar que a alfabetização de jovens e adultos não deve restringir-se a proporcionar aos jovens e adultos apenas a habilidade da leitura e da escrita, mas propiciar-lhes uma formação plena de valores humanitários e de cidadania para atuação na sociedade que deve fundamentar-se nos princípios da educação libertadora;

Documento 1

III ENCONTRO PRO-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO

MOVIMENTO PRO-ALFABETIZAÇÃO DO DF ou PROGRAMA PERMANENTE PRO-ALFABETIZAÇÃO DO DF

PROPOSTA PRO-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO PARA O GDF de 1995 a 1998, elaborada como resultado de uma experiência acumulada de 9 anos, com o II Encontro Pro-Alfabetização do DF e Entorno, na Lei Orgânica (08.06.93) e atualizada conjuntura do próximo governo do DF (reunião de 24.05.94)

PRECEDENTES:

- 1985 - Experiência na Escola Normal de Ceilândia - Complexo Escolar A
- 1989 - Constituição do GTPA DF
- 1990 - I Encontro Pro-Alfabetização do DF
- 1992 - II Encontro Pro-Alfabetização do DF e Entorno
- 1993 - Lei Orgânica - 08 de junho - Emendas populares Art. 225 e D. T. Art. 45
- 1993 - PL regulamenta Art. 225 - Programa Permanente - Dep. Wasny de Roura
- 1994 - PL incentivo para normalistas da rede pública - Dep. Lucia Carvalho
- 1994 - III Encontro Pro-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno

PROPOSTA 1995 - 1998

METAS:

1. Erradicar o analfabetismo em 4 anos, cumprindo a Constituição Federal (D. T. Art. 60) e Lei Orgânica (Art. 225 e D. T. Art. 45)
150.000 não alfabetizados com mais de 15 anos (estimativa a ser verificada com dados TRE/94).
2. Apoiar e ampliar o potencial já demonstrado pelas instituições e entidades da sociedade civil do DF.

PROGRAMA PERMANENTE DE AÇÃO CONJUNTA GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL

GERÊNCIA: FEDF - Coordenadoria central e setoriais (DRE)

Comitê setorial: GTPA DF

Apoio: Universidade de Brasília e demais Instituições de Ensino Superior do DF

Base: Escola Pública (art. 225), podendo ser ampliada às escolas privadas, desde que não implique em encargos financeiros para o programa - Função do Diretor - Conselho

Parceria: movimentos sociais, entidades religiosas, empresas

ALFABETIZADORES: Alunos do 2º grau da rede pública (até 10.000) e outras pessoas interessadas que cumpram os pressupostos e critérios necessários para tal.

RECURSOS: 150.000 UPDF em 4 anos

FONTES: GDF-Orçamento; Banco de Brasília - BRB; Fundação Banco do Brasil; Empresas; Associações; Entidades estrangeiras

OPERACIONALIZAÇÃO DAS METAS

Dados disponíveis:

Total de não alfabetizados com mais de 15 anos

IBGE-PNAD 1986 - 97.000

Estimativa 1994 - 150.000 (ser verificado com dados do TRE 94)

Escolas Públicas: 513 (1994 incluindo 14 CAICs)

Total de alunos nas escolas públicas - 451.675 (19/04/93)

Total de alunos de 2º grau nas escolas públicas - 46.000 (1991)

Supletivo:

Fase I - 3.382

Fase II - 12.685

Proposta:

1 aluno/alfabetizador = 15 alfabetizados = 1 UPDF/mês = 6 UPDF/semestre

ANO	ALFABETIZADORES		ALFABETIZADOS	UPDF/ANO
	ANO	SEMESTRE		
1995	1.000	500	15.000	12.000
1996	2.000	1.000	30.000	24.000
1997	3.000	1.500	45.000	36.000
1998	4.000	2.000	60.000	48.000
TOTAL	10.000		150.000	120.000

CAPACITAÇÃO DOS ALFABETIZADORES através de curso à distância com a participação da FEDEF, Instituições de Ensino Superior, BB Educar e ONGs locais e também através de processos formativos como cursos, palestras, seminários, encontros etc. que proporcionam a relação direta alfabetizando/alfabetizadores.

Fornecimento de óculos e materiais: 30.000 UPDF (Oficina Granja do Torto)

PROPOSTA DE CONTINUIDADE DA FASE II - SUPLETIVO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF com unicodência

**ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO III ENCONTRO
PRO-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO
E SIGNATÁRIAS DE SUAS RESOLUÇÕES**

Ação Cristã Pro-Gente - Ceilândia
Assembleia Legislativa do Distrito Federal
Assessoria Para Assuntos da Terceira Idade - AETI GDF
Associação de Moradores do Parque São Bernardo - Luziânia GO
Casa da Cultura da América Latina - DEN UnB
Centro Acadêmico do Curso de Pedagogia da UnB
Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá - CEDEP Paranoá
Centro de Educação Paulo Freire - CEP.AFRE Ceilândia
Centro de Educação Popular de Samambaia - CEPS Samambaia
Centro Popular de Educação e Cultura - CPEC Gama
Comunidade Kolping - Paranoá
Decanato de Extensão da UnB
Diretório Central de Estudantes - DCE UnB
Faculdade de Educação da UnB
Faculdades Integradas da Católica de Brasília
Federação das Mulheres do DF
Fundação Bradesco - Ceilândia
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP
Fundação Educacional do Distrito Federal
Grupo de Trabalho Pro-Alfabetização do DF

Igreja Cristã de Brasília

Movimento de Educação de Base - MEB DF

Núcleo de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade - NEPETI UnB

Programa BB Educar

Projeto Criança - Ceilândia

Serviço Paz e Justiça - SERPAJ Pedregal-GO

LEGISLAÇÃO SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - BRASIL E DISTRITO FEDERAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 05.10.88

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua ofi irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Parágrafo único. Em igual prazo, as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - 08.06.92

Art. 225. O Poder Público proverá atendimento a jovens e adultos, principalmente trabalhadores, em ensino noturno de nível fundamental e médio, mediante oferta de cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45 Para a erradicação do analfabetismo, em cumprimento ao que dispõe o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 352 desta Lei Orgânica, o Poder Público do Distrito Federal

I - destinará, nos cursos de formação de magistério para o ensino fundamental, mínimo de trinta por cento da carga horária do estágio supervisionado para monitoria a turmas de alfabetização de jovens e adultos, reconhecida sua validade curricular.

II - reconhecerá como aproveitamento de estudos atividades de alunos do ensino médio que participem de programa de alfabetização de jovens e adultos.

III - promoverá por intermédio da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com a colaboração de instituições públicas e entidades civis:

a) a oferta intensiva de cursos de formação de alfabetizadores de jovens e adultos;

b) a reciclagem de professores que atuam no ensino fundamental e em alfabetização de jovens e adultos;

c) a elaboração de material didático adequado ao ensino fundamental e alfabetização de jovens e adultos;

d) a realização de projetos de pesquisa voltados para a solução de problemas ligados a alfabetização de jovens e adultos

IV - envidará todos os esforços para erradicar o analfabetismo entre os servidores públicos do Distrito Federal no prazo de dois anos, incluída a destinação de duas horas de sua jornada de trabalho para esse fim, sem prejuízo dos direitos e garantias estatutárias;

V - assegurará que, durante o período estipulado para erradicação do analfabetismo no Distrito Federal, os meios de comunicação social pertencentes ao Distrito Federal veiculem anúncios, mensagens e avisos diários de apoio a alfabetização de jovens e adultos, bem como destinem trinta minutos por semana para emissão de

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 849

DE 08 DE março

DE 1995

Dispõe sobre a criação do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para jovens e adultos no âmbito do DF e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos no do Distrito Federal.

Art. 2º - O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos tem por objetivos:

I - criar as condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;

II - promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso ou foram excluídos da escola;

III - garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania.

Art. 3º - O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos será coordenado e implementado pela Secretaria de Educação, através da Fundação Educacional do Distrito Federal, mediante:

I - formulação de políticas e projetos específicos e o estabelecimento de normas operacionais;

II - envolvimento dos movimentos sociais, organizações, entidades não governamentais e instituições de estudo e pesquisa que desenvolvam atividades de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, na formulação e execução das políticas e projetos previstos no Inciso I;

III - estímulo à capacitação dos professores e estruturas responsáveis pelas atividades de ensino inerentes aos projetos;

IV - divulgação ampla do programa, utilizando-se meios de comunicação disponíveis;

V - geração, difusão e aprimoramento de metodologias de ensino centradas na prática social e na sistematização das experiências do aluno.

Art. 4º - Para a consecução dos objetivos do programa a Fundação Educacional do Distrito Federal fica autorizada a celebrar convênios de cooperação técnica-financeira:

I - com universidades públicas e organizações não governamentais para assessoria pedagógica a seus núcleos de alfabetização, incluindo:

a) oferta de cursos de formação de alfabetizadores;
b) elaboração de material didático adequado à alfabetização e educação básica de jovens e adultos;

c) reciclagem de professores que atuam no ensino fundamental, na alfabetização e na educação básica de jovens e adultos;

d) realização de projetos de pesquisas voltados para a solução dos problemas ligados à alfabetização e à universalização do ensino fundamental.

II - com entidades da sociedade civil e grupos comunitários que desenvolvam ou pretendam desenvolver experiências de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, visando apoio financeiro, material e pedagógico;

III - com instituições públicas e privadas para cessão de espaços físicos destinados à viabilização de projetos de alfabetização e educação básica de jovens e adultos.

Art. 5º - O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos será implementado preferencialmente em instalações da rede pública de ensino do Distrito Federal, cabendo as unidades escolares públicas a obrigatoriedade de ação na sua área de influência.

Art. 6º - O Poder Público criará mecanismos institucionais capazes de incentivar a participação de empresas públicas e privadas no combate à analfabetismo e na promoção da educação básica de jovens e adultos.

Art. 7º - O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos será custeado por:

I - dotações orçamentárias próprias;

II - contribuições, doações e recursos advindos de convênios e financiamentos de organismos nacionais e internacionais de cooperação;

III - doações de pessoas físicas ou jurídicas;

IV - demais receitas percebidas a qualquer título.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados de sua publicação.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de março de 1995.
107ª da República e 35ª de Brasília.

CRISTOVAM BUARQUE

**FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO
DISTRITO FEDERAL, 26-27/mayo/95**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
PONTOS PARA REFLEXÃO**

A história da educação de jovens e adultos — de modo geral, a da Educação esteve sempre ligada aos interesses econômicos que, mais que todos os outros interesses, determinam a vida dos países e a das pessoas, especialmente a das mais pobres. A maioria das ações se deu pensando em como ter ou não ter escolaridade, ser ou não ser analfabeto; ter ou não ter analfabetismo poderia afetar a riqueza acumulada pelos que detêm o capital, especialmente considerando o seguinte se foram analfabetas até ali, por que se o deles agora?

A necessidade de instrução não tem sido negada, o que é bastante diferente de assegurar o direito à educação. Isto vai além do direito à escola, pois passa pelo entendimento de que todos os homens são educados, na prática social, em diferentes instâncias onde essa prática se realiza. Mas, como imaginar que se assegure a perspectiva da educação e não, do ensino, de muito mais fácil controle, se a sociedade não reconhece tudo o que é produzido nas diferentes práticas sociais? Consideram essas práticas e esses saberes de má qualidade, já que são produzidos, geralmente, por "pessoas inferiores".

Essas resistências e a compreensão de que as classes populares têm de que precisam da escola para si e para seus filhos como forma de dar legitimidade ao saber, fizeram com que muitas conquistas fossem sendo garantidas no direito à escolarização, na democratização do acesso e, mais recentemente, na luta pela escola de qualidade.

É preciso se ter clareza, de que a história da educação de jovens e adultos não se faz, apenas, a partir do Estado, ou seja, do que o poder político entende que deve ser a educação para esse segmento social. Ela se faz na tensão que forças da sociedade organizada criam em experiências significativas que questionam e pressionam o Estado a estabelecer alguma resposta no conjunto dos direitos do cidadão.

O papel dos movimentos sociais nessa história tem sido de grande significado: não apenas nas histórias das lutas pela saúde

ou por melhores condições de vida, mas na construção de resistência que envolvem, sobretudo, a concepção da educação popular. A população, ao participar de forma direta na construção da cidadania, tem realizado um importante papel para o estabelecimento de uma nova ordem econômica.

É impossível não reconhecer a importância desses movimentos e como eles jogam decisivo papel para articular políticas de atendimento.

Discutir atualmente a alfabetização de jovens e adultos significa responder se ela os vem atendendo nas necessidades de leitura e escrita, frente às exigências do mundo moderno; e sem deixar, ainda, de ignorar o avanço do conhecimento produzido na área da leitura e da produção escrita.

Para o professor Paulo Freire, referência fundamental para a educação de jovens e adultos no Brasil e no mundo, pela relevância de suas idéias, essas necessidades estão ligadas ao conhecimento das razões de ser dos fatos e fenômenos da realidade social. Assim, "a leitura do mundo precede a leitura das palavras".

Para ele, o conhecimento do adulto não deve se esgotar no próprio conhecimento da realidade. O povo sabe que alguns saberes são mais valorizados socialmente que outros. Os alunos procuram os cursos de jovens e adultos porque esperam aprender uma nova forma de ler o mundo.

É preciso, pois, defender e assegurar o direito que toda pessoa tem de aprender. Conseqüentemente, uma dívida social a ser resgatada é a escolarização incompleta, ou jamais iniciada. Por outro lado, a alfabetização é incontestável necessária, enquanto construção de uma compreensão mais eficaz da realidade e que possibilita mudanças sociais.

Ler e escrever significam, agora, fornecer os instrumentos para compreender melhor a realidade e poder interferir nessa mesma realidade.

Pensar, especificamente a educação de jovens e adultos é imaginar uma escola que responda, por exemplo, às necessidades de leitura e escrita exigidas pelo mundo moderno — a comunicação na forma impressa (jornais, livros e revistas) ou mesmo a de outros meios (televisão, rádio, música, terminais bancários, etc) e, para atender a essas exigências não basta ser alfabetizado. É preciso ser leitor.

Além do mais é preciso construir saber, para sobreviver a tantas dificuldades, para comprar, para não ser enganado pelo pa-

trão, para não chegar atrasado, para comer, para trabalhar, para decidir. Nessa luta do dia-a-dia desenvolve, por exemplo, uma série de raciocínios matemáticos (comparar, categorizar, agrupar). Ao mesmo tempo, vão fazendo suas leituras de mundo, que é uma forma de compreendê-lo — ainda que parcialmente.

Mais que a idade cronológica, o desenvolvimento do sujeito no mundo adulto está ligado às responsabilidades que assume nesse mundo. E, como sabemos, ela está muito ditada pelo trabalho, no qual os jovens — e muitas vezes até mesmo as crianças — estão inseridos.

Falar do adulto, como também do jovem — é entendê-lo na sua condição de classe, visto pela ótica da classe social à qual pertence. Nesse pertencimento, estão colocadas as formas pelas quais participa da sociedade, mais do que a sua idade e o seu nível de escolaridade.

A participação deixa de ser aquela em que o aluno se porta como o que não sabe, para se fazer como a que põe em confronto saberes diferentes, onde todos sabem alguma coisa, e se apresentam com a disposição de superar o que sabiam até então.

As relações da escola, sustentadas pela concepção de que só o professor sabe, e que por isso mesmo só a ele é dado o direito à palavra não mais fazem parte do modo como estamos discutindo a escola para jovens e adultos.

Isto não significa, no entanto, dizer que o professor deverá abrir mão de sua competência técnica e da prática pedagógica que servem de base para a sua reflexão. Ao contrário, elas são indispensáveis para conformar em projeto pedagógico consistente, que não abra mão do papel político e social que a escola deve cumprir.

O importante é pensar — em que tipo de mudanças estamos empenhados. Se observarmos bem, existe um nível de mudança que é transformador; mesmo quando se tentam transformações parciais e tecnológicas não se perdem de vista as mudanças que, ao fim interessam. Deste modo, enquanto não se alcançam as transformações necessárias, pelo menos não se deteriora mais a situação.

Noutra perspectiva, diríamos que há uma mudança encerrada na técnica, própria das pessoas que conscientemente pretendem manter a situação social intacta porque disto tiram proveito ou que, de algum modo inconsciente, julgam ser seu dever apenas a dimensão técnica; e que há outra mudança aberta, para a qual a mudança técnica está em função da transformação social.

Chegamos, assim, ao problema de uma metodologia: ter uma ação condizente com uma concepção ou vice-versa. Como nós temos preo-

cupação com a transformação, diremos que: para que a mudança aconteça e para que valha a pena que ela aconteça, é necessário, respectivamente, que se realize uma ação capaz de vivenciar uma concepção e que haja uma concepção teoricamente viável e eticamente justificada. Se não houver clareza na concepção é claro que não poderá haver uma ação coerente. Isto quer dizer, apenas, que é preciso trabalhar conscientemente na linha da compreensão e da adoção de um posicionamento conceptual para que haja transformação útil.

A metodologia da mudança, ao tempo em que exige do grupo a definição clara do tipo de mudança que intenta, requer que o grupo defina os fins. Isto quer dizer que ou se muda por algo que importa ou a mudança não tem importância alguma. Isso quer dizer, também, que a mudança pela mudança é algo inteiramente desprovido de sentido.

Pensar em projeto pedagógico para a educação de jovens e adultos, portanto, implica uma grande responsabilidade dos que fazem a escola, conscientes do movimento histórico que marcou, sempre de forma marginal, a trajetória dessa educação. Primeiro, reconhecer quem são os alunos que estão diante de si: o que são, o que pensam, o que fazem (seus trabalhos); que experiências anteriores têm da escola; que marcas de fracasso estão impressas em suas vidas; o que esperam dessa escola.

Em seguida, questionar os professores quanto à disposição, empenho, compromisso com o trabalho que devem realizar. Se se sentem seguros para isto, ou se temem a situação que é nova para muitos. Reconhecer as dificuldades postas pela não-formação para a área, e pensar formas de superar essa dificuldade.

A partir desse momento, é preciso que esses sujeitos se encontrem, para trocar e compartilhar o que sabem uns dos outros, o que são, o que querem, o que podem. E aonde querem chegar, juntos.

A construção de um projeto pedagógico que tenha no seu horizonte a vontade de seus atores sociais — professores e alunos — não pode ser algo pronto e acabado, a priori, porque implica ser único, cada vez que se depara com novos atores, em novos contextos. Por isso fala-se em construção, como algo que está em movimento constante, num fazer diário e incansável.

Nesse encontro dos atores, uma primeira providência será definir as finalidades da educação que se quer, em função do aluno-sujeito que se deseja formar e da sociedade na qual ele atua. Educação que considera o fato de ser ele alguém que viveu a experiência da escola e dela se afastou por diversos motivos: até pelas responsabilidades da vida adulta, especialmente no trabalho, do qual

não poderá abrir mão. Alguém que se formou na vida como analfabeto, ou subescolarizado e que tem construído seu próprio repertório de saberes. Ou seja: que educação e que aluno se desejam?

- a) Uma educação que reforce a condição de homem dependente, sem autonomia de pensamento, acrítico, ou que ajude a constituir sujeitos livres, com pensamento próprio; críticos?
- b) Cidadãos que interfiram, para mudar as relações injustas e desiguais da sociedade, ou conformados com o fato de alguns terem direitos a uma vida digna, enquanto a maioria, apenas sobrevive?
- c) Que considerem a sociedade construída, historicamente, segundo determinados interesses, e por isso alguns são beneficiados e outros não; ou que tenham uma visão fatalista, acreditando que é natural ser tudo dessa forma, e que não adianta fazer nada, porque nada vai mudar?

O projeto ainda deverá levar em conta, para a educação de jovens e adultos, a importância das Artes, da Estética, das Ciências e da Tecnologia, como saberes, como produção de vida e de conhecimentos, os quais vêm sendo, sistematicamente, expropriados das classes trabalhadoras. A democratização desses bens culturais, produzidos por todos ao longo da História, é também um direito das classes trabalhadoras, do mesmo modo que o acesso aos conteúdos e conhecimentos formais que a escola tem mediado.

**PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA PARA
JOVENS E ADULTOS NO DISTRITO FEDERAL
DISTRITO FEDERAL 26-27/maio/95**

META: erradicação do analfabetismo no D.F.

Apresentação:

Considerando a urgência de cumprimento da L.O. Art. 45 inciso IV Das Disposições Transitórias - alfabetização dos servidores públicos do GDF, sabendo-se que a maioria dos servidores não alfabetizados estão lotados na FEDF, FHDF, SLU, FSS, NOVACAP e, em menor número, nos demais órgãos, esse projeto se constitui numa proposta de educação de jovens e adultos trabalhadores, voltada para suas reais necessidades, não se reduzindo, portanto, a uma reposição de escolaridade perdida.

Não se trata de Campanha, e sim, de uma mobilização e ampliação das forças organizadas da sociedade, aproveitando a experiência acumulada dos movimentos populares e sindicais no F. inclusive no uso dos meios de comunicação, de modo que se garanta a efetividade do processo de alfabetização nos princípios pedagógicos da educação libertadora, que se baseia nas diretrizes gerais do programa do Governo Democrático Popular:

- realização da cidadania plena a partir de atuação na comunidade;

- sobrevivência auto-sustentável na luta contra o desemprego e o subemprego;

- exercício cotidiano de cooperação, visando ao desenvolvimento de ações conjuntas para a coletividade;

- respeito ao desenvolvimento integral, propiciando ao jovem e adulto, uma formação plena de valores humanitários para atuação na sociedade em uma perspectiva transformadora.

A alfabetização de jovens e adultos se fará pela ação conjunta governo e sociedade civil organizada, gerenciada pelo governo a partir da FEDF em parceria com o GTPA/DF, com base na escola pública.

Caberá a FEDF:

- a) a coordenação gerencial para formular estratégias de ações e identificar disponibilidades e necessidades de recursos humanos, físicos, tecnológicos, materiais e financeiros para o período 1996/1998, articulando:

.. em âmbito governamental:

- Administrações Regionais
- SE/FEDF/DREs/Direção de Unidades Escolares
- SEPPIS
- SEA/IDR/DECAP
- S.Cultura
- S.Comunicação Social

. com a Sociedade Civil Organizada:

- GTPA/DF - Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do D.F (potencial de 40 entidades)

. com Instituições de Ensino Superior:

- UnB/Faculdade de Educação (convênio vigente), Universidade Católica e demais do DF - no que diz respeito à pesquisa e formação de alfabetizadores.

- b) Formulação de Projeto e Subprojetos para captação de recursos financeiros, junto aos órgãos governamentais, não governamentais e organismos internacionais.
- c) Estudo de custos e possibilidades jurídicas que permitam modalidades de pagamento a pessoas físicas (bolsas, contratos e outros) e aquisição de equipamentos e materiais, via convênios ou outros instrumentos legais, objetivando baixo custo e custo justo.
- d) Ação junto ao Poder Legislativo para aprovação dos Projetos de Lei em tramitação, sobretudo para garantia de recursos orçamentários.

Cabará: à Sociedade Civil:

- a) Selecionar monitores para a ação alfabetizadora em conjunto com as Administrações Regionais e DREs.
- b) Elaborar projetos para captação de recursos financeiros junto a Empresas Públicas e Privadas, Embaixadas, MEB, ONE's e outros.
- c) Ação junto ao poder legislativo para aprovação dos Projetos de Lei em tramitação, sobretudo para garantia de recursos orçamentários.

Objetivo Geral:

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida econômica, social, política e cultural do País, especialmente as necessidades do mundo do trabalho.

Objetivos específicos: (Art. 2º da Lei que dispõe sobre a criação do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para jovens e adultos no D.F.).

- criar as condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;
- promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso ou foram excluídos da escola;
- garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania.

Metodologia

De acordo com a Lei que dispõe sobre a criação do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para jovens e adultos no âmbito do DF, em seu Art. 4º (ver em anexo)

A FEDF implementará o método Paulo Freire para alfabetizar os servidores do GDF e comunidades distritais, método esse, que vem sendo utilizado em alfabetização, no Distrito Federal por segmentos da sociedade civil, com bastante êxito, dada a sua coerência entre concepção e ação no ato de educar, que por ser um ato político e um ato de conhecimento, é também um ato criador.

Para Paulo Freire, a alfabetização se realiza pelo processo de observação, de descoberta e dos temas geradores, por meio de uma estratégia que articula os conteúdos, ações e etapas deste processo em uma perspectiva transformadora, a partir da realidade do educando, que é por si só interdisciplinar. A natureza, as relações sociais, os diálogos no cotidiano das pessoas, enfim, a própria vida é interdisciplinar.

Procedimentos Metodológicos

a) busca de informações e coleta de dados

Esse processo de levantamento de dados, fatos e percepções será realizado por meio de pesquisa participante, que tem por base a integração dos pesquisadores (no caso, educadores e educandos) na comunidade estudada.

A pesquisa participante propõe mobilização de grupos e organizações para transformação da realidade social ou para o desenvolvimento de ações que redundem em benefício coletivo.

Neste sentido, procura aprimorar o processo de produção coletiva de conhecimento, classificando e ordenando informações a fim de determinar as causas e consequências dos problemas, bem como as possibilidades de solução.

A busca de informações e a coleta de dados a partir da realidade do educando são pontos significativos para o desenvolvimento do processo educativo.

Alguns elementos para busca de informações e coleta de dados

Pesquisa: Dados e informações:

1. Caracterização dos entrevistados (idade, sexo, tempo de moradia, profissão, morador em casa própria, alugada ou favela, grau de estudo escolar, etc...);

2. Infra-estrutura (escolas, hospitais, abastecimento, comércio, indústria, saneamento básico, tipos de moradia e possíveis con tradições, outros equipamentos públicos, igrejas, etc);
3. Problemas e dificuldades existentes no bairro (segurança, saúde, habitação, meio ambiente, lixo, buraco na rua, saneamento básico, etc);
4. Movimentos sociais e potencial cultural (levantamento e análise dos movimentos organizados do bairro como Sociedades Amigos, de moradia, ecologia, saúde, transporte, segurança, etc; canto res, tocadores de instrumentos, cartomantes, repentistas, esportistas, etc).

Tema gerador

Após o levantamento de dados da realidade local, selecionam-se as situações significativas para a comunidade e levantam-se os temas geradores, ou seja, assuntos a serem desenvolvidos no trabalho educativo.

Esses temas gerarão novos temas e, dessa maneira, sendo construído um plano de trabalho. Neste processo, os áleres, tes acúmulos de conhecimentos, dos educandos, educadores, comunidade e os demais conhecimentos historicamente acumulados são levados em consideração e, numa relação dialética entre si, são cons truídos novos conhecimentos.

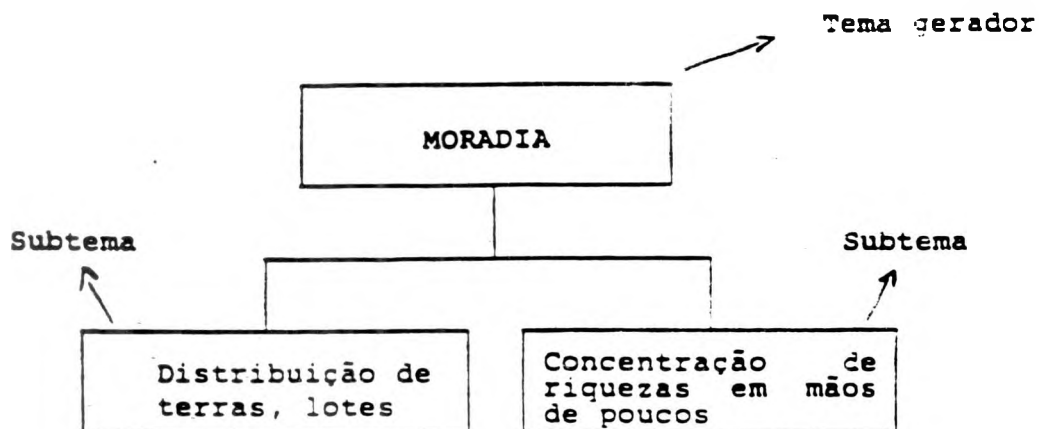
Dessa forma, uma das questões que se pretende evitar é o desenvolvimento dos conteúdos escolares de forma linear, p jados sem a participação dos alunos, e sem levar em conside. a realidade do educando, suas necessidades e as da comunidade onde vive.

O tema gerador deve expressar a realidade vivida pelos educandos, permitindo um processo ordenado de teorização, que se alcança pelo desenvolvimento dos subtemas ou eixos temáticos.

Um mesmo tema pode ser desenvolvido de formas diferentes, a partir dos vários interesses, de acordo com o grupo. É através dos subtemas que abordamos os aspectos importantes de um tema para uma determinada comunidade.

Um outro aspecto significativo é que o tema gerador será abordado pelas diferentes áreas do conhecimento, cada uma com suas especificidades, superando a fragmentação do saber, permitindo uma compreensão da realidade, tal qual ela se apresenta.

A opção pelo desenvolvimento dos conteúdos escolares a partir de temas gerados reflete uma relação a ser estabelecida entre o currículo da escola e a realidade da comunidade local.



Conforme já vimos anteriormente, a realidade é por si só interdisciplinar.

Nossa opção ao desenvolver uma prática pedagógica através da interdisciplinaridade visa a possibilitar a compreensão da realidade, da natureza, das relações sociais, enfim, da vida como ela realmente é.

A fragmentação do conhecimento em compartimentos, disciplinas estanques, como muitas vezes é praticada nesta etapa de aprendizagem, dificulta ou impossibilita a compreensão do universo. É uma prática que gera alienação na medida em que dificulta a compreensão pelo educando, de sua realidade, o que também fragiliza o seu potencial transformador.

Custos

. Como vai se remunerar quem não pertence ao quadro da FEDF?

- modalidades de pagamento a pessoas físicas (bolsas, contratos e outros) - há necessidade de um estudo jurídico (SE) para se conhecer a sistemática de repasse: se por convênio ou acerto direto feito através de licitação;

- contribuições, doações recursos advindos de convênios e financiamentos de organismos nacionais e internacionais de cooperação.

- doações de pessoas físicas ou jurídicas.

- . Aquisição de equipamentos e materiais
- dotações orçamentárias próprias
- via convênios ou outros instrumentos legais, objetivando baixo custo e custo justo
- doações de pessoas físicas ou jurídicas
- . Material Didático
- verificar qual a isenção que as papelarias terão, se derem cadernos e outros materiais didáticos aos educandos.

Treinamento

Atualmente, a rede pública oficial de ensino do DF se encontra com carência de professores qualificados em educação jovens e adultos (19 grau), além da ausência de infraestrutura tecnológica do Sistema Educacional do DF, que permita a viabilização de um treinamento utilizando a estratégia de ensino à distância e continuado, no momento.

Entretanto, é necessário um treinamento emergencial, de imediato, tanto aos professores alfabetizadores de jovens e adultos da FEDF, quanto aos monitores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes ao projeto.

Essas ações serão desencadeadas, inicialmente, a partir de três pólos formadores:

- . Ceilândia, atingindo Taguatinga, Samambaia e Brazlândia.
- . Paranoá
- . Gama, atingindo Santa Maria e Recanto das Emas, considerando o caráter progressivo e o acúmulo de experiências consolidadas nessas regiões que garanta a efetividade desses treinamentos no processo de alfabetização pelo método Paulo Freire.

Estratégias

1 - Reuniões com diretores das DREs, coordenadores das SCPs e Administradores Regionais, para discussão do Programa Permanente de Alfabetização Básica para Jovens e Adultos no Distrito Federal e desencadeamento das ações.

2 - Organização das turmas de alfabetização obedecendo o critério de proximidade residencial do alfabetizando, alfabetizadores e supervisores tanto para garantir a segurança pessoal, principalmente à noite, como por economia de custo de deslocamento.

Entretanto, poderá ocorrer a necessidade de despesas com transportes de alfabetizadores e/ou supervisores, cuja solução poderão ser financeira ou doação em espécie a ser discutida intersecretarias de governo.

Avaliação

Consolidação da coordenação gerencial pela FEDF com a devida avaliação pelas diferentes parcerias envolvidas.

**I ENCONTRO DO FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

**Brasília, 26 e 27 /Maio/1995
Auditório da Faculdade de Tecnologia - UnB**

**Organização: GDF-SE/FEDF/UEJA - SEPPIS, GTPA/DF, UnB, OAB, UCB
Apoio:FE/UNB, MEB,ASEFE, AEC, SINPRO/DF, SAE**

**TEMA: RECUPERANDO A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO DF.
"O caminho se faz a caminhar"**

**Maria Luiza Pereira Angelim
Professora da Faculdade de Educação
Universidade de Brasília**

"Algumas das proibições como necessidade do pacto colonial:
Lei de 20.02.1690, proibindo o uso de outro sal que não fosse
o vindo de Portugal(as salinas brasileiras já eram conhecidas).
Carta Régia de 30.06.1766, proibindo em todo o Brasil o ofício de
ourives

Avará de 20.03 .1720, proibindo letras impressas no Brasil
Carta Régia de 26.04.1730,proibindo correio por terra no Brasil
Alvará de 16.12.1794,proibindo o despacho de livros e papéis
para o Brasil

Aviso de 18.06.1800 ao capitão-general de Minas, repreendendo a
Câmara de Tamanduás por ter instituído uma aula de primeiras
letras.

O tupi, chamado de língua brasílica, foi proibido de ser falado
no Brasil, por proclamação do governo português, datada de
1727(ver FREIRE,Ana M.A.Aalfabetismo no Brasil: da ideologia
da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar
sem ler e escrever desde as Catannas (Paraguaçu), Filipas,
Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os
Severinos. São Paulo,Cortez:Brasília,DF:INEP,1989.)

- Construída como desafio, Brasília ergue-se no planalto central como a
nova capital do Brasil pelas mãos de milhares de trabalhadores brasileiros não
alfabetizados, procedentes na sua grande maioria do nordeste.

Desde 1962, a Universidade de Brasília, ousada como proposta univer-
sitária, esteve presente nas tentativas de alfabetização de jovens e adultos no Distrito
Federal, quando Paulo Freire pessoalmente conduziu as atividades de formação e
supervisão dos Círculos de Cultura com a participação de estudantes e moradores do

Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Gama e Sobradinho, contribuindo diretamente para a institucionalização do Plano Nacional de Alfabetização em 1963. O golpe militar de março de 1964 extinguiu a iniciativa institucional do governo João Goulart, proibindo a prática do "método" de alfabetização de adultos ao perseguir e prender brasileiros como o próprio Paulo Freire, que se exilou, retornando ao Brasil em 1978. O Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRA, criado pelo regime militar, em 1970, demonstrou-se ineficaz e muito contribuiu para aumentar o descrédito das pessoas não alfabetizadas em relação a ação alfabetizadora.

Na transição democrática no Distrito Federal, desde 1985, quando em julho iniciou o primeiro Círculo de Cultura para Alfabetização de adultos na Escola Normal de Ceilândia - Complexo "A" da FEDF, como decisão da comunidade com a direção eleita (Prof. Erasto Fortes Mendonça), houve uma opção pelo chamado "método Paulo Freire", cuja orientação foi possível pela contribuição de mestrandos de educação da Faculdade de Educação da UnB.

Assumindo na prática o conceito de Paulo Freire - "EDUCAÇÃO É UM ATO ESSENCIALMENTE POLÍTICO", como era esperado, ao longo desses dez anos (1985/95) vêm-se aglutinando jovens estudantes e/ou trabalhadores (entre esses professores), muitos deles expressões de lideranças nas organizações populares, sindicais, acadêmicas, religiosas, movimentos estudantis com o objetivo de ALFABETIZAR CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS no Distrito Federal e Entorno.

Fruto desse esforço de organização constituiu-se, em 20.10.89, o GTPA/DF (Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal), que tem sido o espaço de reflexão dessa prática educativa e de decisão e coordenação de ações, inicialmente como motivo do AIA/90 - Ano Internacional de Alfabetização - 1990.

Conforme Relatório sumário do GTPA/DF (anexo), muitas atividades já foram desenvolvidas a partir do I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF de 16 a 18 de fevereiro de 1990, que marcou o compromisso dos participantes de assumir suas conclusões, particularmente do EXERCÍCIO PRÁTICO da alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Enfrentando as dificuldades conjunturais e compreendendo cada vez mais as raízes estruturais da alfabetização de jovens e adultos em nosso país, do Distrito Federal, em particular, os participantes do GTPA/DF contribuíram com propostas para elaboração da LEI ORGÂNICA DO DF, tanto na "apresentação de sugestões" para a Comissão Temática - Ordem social e Meio-ambiente (setembro/91), quanto nas duas emendas populares - substitutiva Art.236 e aditiva Título VIII Disposições Transitórias, apresentadas pelo Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia - CEPAFRE, Centro Popular de Educação e Cultura - CPEC/Gama e SAE (julho/92).

Por influência do GTPA/DF desenvolveu-se uma experiência no Município de Luziânia (Goiás), a partir do SERPAJ-Serviço Paz e Justiça do Pedregal, que muito contribuiu para avanços nos compromissos da Câmara Legislativa e da Prefeitura Municipal, esta através da Secretaria Municipal de Educação implantou a

alfabetização de Jovens e Adultos nas escolas públicas municipais, sob a supervisão do SERPAJ/Pedregal e UnB/Decanato de Extensão/Faculdade de Educação.

Durante este período de 1989 a 1995 (maio) o GTPA/DF acumulou experiência significativa na ação conjunta PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF, ampuando para o ENTORNO e desenvolvendo diferentes parcerias entre órgãos públicos, sindicatos, universidade, organizações religiosas, organizações populares, Câmara Legislativa, empresas, organizações não-governamentais (nacionais e internacionais), embaixadas, grêmios estudantis, centros acadêmicos.

A realização do III Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno, em 3 de dezembro de 1994, foi marcada pelo clima de esperança do governo democrático popular eleito, registrando-se a ampliação de pessoas e instituições interessadas. Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido pela então Universidade Católica de Brasília, iniciado no segundo semestre de 1993, com a aplicação do método Dom Bosco, abrange treze regiões administrativas do DF e duas cidades de Goiás com a participação de estudantes de 2o. grau e universitários, somando-se ao esforço organizado de outras organizações não governamentais presentes no GTPA/DF, que já alcançaram outros estados brasileiros. O Programa de Alfabetização do Banco do Brasil -BB Educar, iniciado com a contribuição do CEPAFRE, participante do GTPA/DF, já alcança significativo número de municípios de vários estados em nosso país.

Importante é registrar que a ação de Alfabetização de Jovens e Adultos do GDF, através da FEDF, iniciou-se em 1990 com a extinção da Fundação Educar (antigo MOBREAL), observando-se a experiência anterior localizada em Ceilândia (1985/86 Escola Normal) e no Paranoá (1986/87). O Projeto de Extensão Educacional formulado pela FEDF, em 1992, priorizou a parceria com a indústria de construção civil e alguns órgãos públicos.

Diante da nova conjuntura política marcada pelo Governo democrático e popular, estabelecidas novas relações entre GDF/S.E./FEDF/UEJA e sociedade civil, reconhecido o caráter do GTPA/DF e, tendo presente as PROPOSTAS aprovadas no III Encontro PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS e a Lei 849 de 08.03.95 que cria o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos, o FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DF E ENTORNO constitui o novo espaço de exercício das parcerias necessárias entre o governo e a sociedade civil organizada.

Todo este esforço de AÇÃO CONJUNTA apoia-se na compreensão das implicações estruturais da meta de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno, sabendo-se que o problema tem se agravado, não apenas pela falta de reposta da escola pública ao longo dos anos, mas sobretudo porque a recessão econômica, o desemprego, as mudanças constantes de moradia, o aumento de ocorrências de doenças e a falta de segurança pessoal (aumento da violência) tem EXPULSADO os alfabetizandos dos círculos de cultura (sala de aula).

A N E X O

GTPA/DF 1989 - 1995 GRUPO DE TRABALHO PRÓ -ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

PRECEDENTES

- 1985-Direção eleita do Complexo Escolar de Ceilândia - Decisão da comunidade por Alfabetização de Jovens e Adultos pelo "método" Paulo Freire - Estágio de normalistas -Supervisão de mestrandos da UnB/FE
Apoio do NUTEL - produção VT- Educar é descobrir
Influência na Proposta Curricular aprovada pelo Conselho de Educação do DF como experiência piloto em Ceilândia,Paranoá e Vargem Bonita**
- 1986-Conflito político - Demissão de Diretores eleitos-Retirada do apoio da FEDF em Ceilândia -Apoio da FEDF ao Projeto Paranoá- Apoio Grupo de Jovens**
- 1987-Apoio da UnB/DEX, Fundação Rondon**
- 1988-Apoio UnB/DEX, Fund. Rondon, Fundação Educar (1.182 alfabetizados)**
- 1989-UnB-Projeto de Erradicação do Analfabetismo(União.Estados.Municípios)
Criação do CEPAFRE-Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia**

CONSTITUIÇÃO DO GTPA/DF 20.10.89

Objetivo: instituir-se como espaço político organizado da sociedade civil, inicialmente do DF, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos, associações representativas, sindicatos, empresas, entidades interessadas na erradicação do analfabetismo no DF e Entorno.

- 1989-CNAIA/90 - Comissão Nacional do Ano Internacional de Alfabetização - Dec.97.219 de 21.11.88 GTPA/DF como membro observador**
- 1990-I Encontro Pró-Alfabetização do DF - UnB/ GTPA/DF(16-18 fev).
CPNAC-Comissão do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania.
GTPA/DF membro efetivo.**

I Encontro Pró-Alfabetização de Ceilândia (26, 27/maio) Sobradinho(2,3/junho)
 Gama(17,18/novembro), Paranoá (24/novembro).
 Congresso Brasileiro de Alfabetização - Prefeitura de São Paulo(14-16/set).
 Representação junto à Comissão do DF no Senado Federal.
 Comissão Tripartite Pró-alfabetização do DF(UnB/FE,GTPA/DF,FEDF).
 Palestras Maria Dolores Ortiz-GTPA/DF,SINPRO/DF,ASSOC.CULT.CUBA.
 Publicação da Revista SimPró Educação.
 Plenária do GTPA/DF (16 dezembro).

1991-Criação do Fórum dos Movimentos Sociais pró-lei orgânica do DF.
 Apresentação de Sugestões à Comissão Temática da Lei Orgânica
 da Câmara Distrital (setembro).
 Convênio SAE- GDF/Secretaria do Trabalho.

1992-Elaboração e envio de Emenda Popular com mais de 2000 assinaturas
 com apoio de Deputados Distritais do PT,PC do B, PPS, PDT.
 II Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno (05 de dezembro).

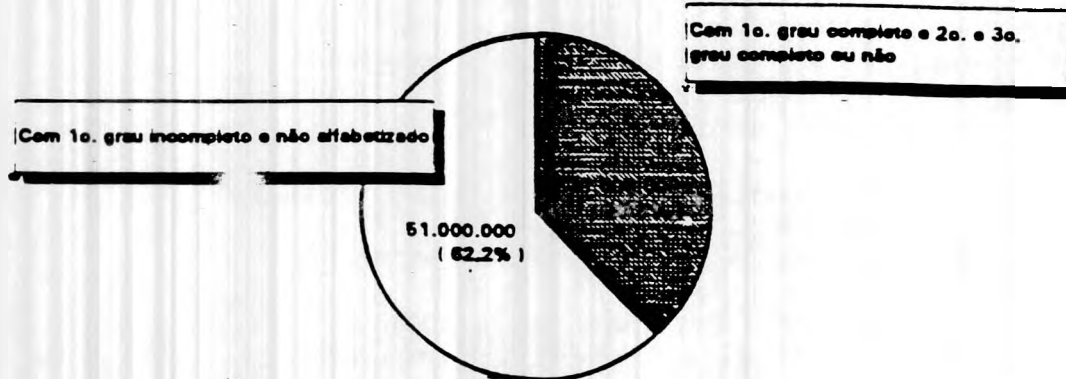
1993-Encontro sobre Educação e Lei Orgânica do DF na Ceilândia.
 Defesa e Acompanhamento da aprovação da Emenda popular.
 Promulgação da Lei Orgânica em 08 de junho - Art.225 e DT Art. 45.
 Divulgação da Lei orgânica nas Escolas Normais e nas comunidades.
 Participação na II Feira Latino-americana de Alfabetização RAAAB/CECUP
 julho- Salvador.
 PL-Projeto de Lei regulamenta o Art.225 Dep. Dist. Wasny Roure-PT.

1994-PL-Bolsa-auxílio para normalistas DT Art.45 - Dep.Dist. Lúcia Carvalho-PT .
 Proposta de Alfabetização do GTPA/DF para o governo 1995/1998.
 Mesa-redonda: Sindicalistas, Normalistas e junistas - cumprimento da Lei
 Orgânica (DT Art.45).
 I Encontro de Alfabetizados pelo CEPARE.
 III Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno (03 de dezembro).
 Comissão decidida em plenária do III Encontro entrega Documento conclusivo
 de propostas para Alfabetização do Distrito Federal ao Secretário de
 Educação indicado Antonio Ibañez Ruiz pelo governador eleito Cristovam
 Buarque (05 de dezembro).

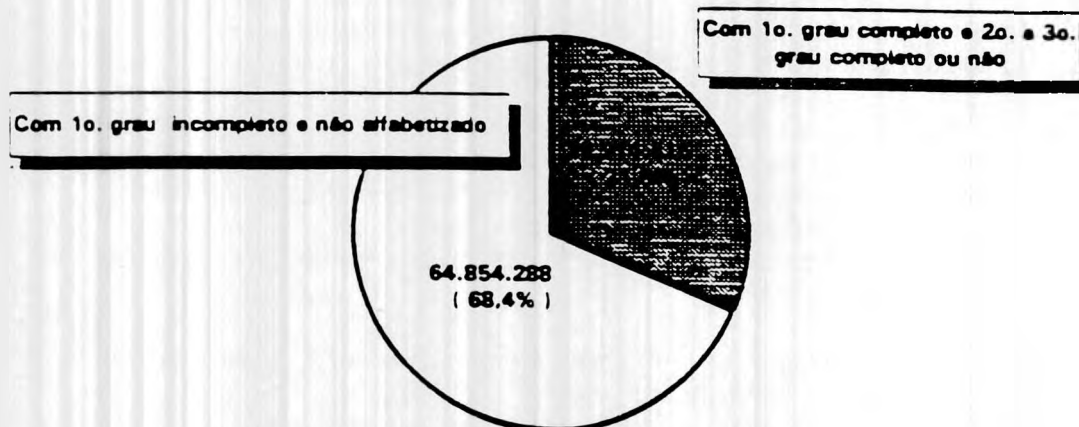
1995-Lei 849 de 08.03 - Criação do Programa Permanente de Alfabetização e
 Educação Básica de Jovens e Adultos.
 Criação do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos do DF
 e Entorno.
 I Encontro do referido Fórum - 26 e 27 de maio.

ELEITORES BRASIL

1989 - 82.000.000



1994 - 94.768.404



FONTE: TSE
ANGELIM.M.L.P.

LA LE LI LO LU

TA TE TI TO TU

LA LE LI LO LU

TA TE TI TO TU

LA LE LI LO LU

TA TE TI TO TU

CA

CO

CU

MA

ME

MI

MO

MU

DA

DE

DI

DO

DU

CA

CO

CU

MA

ME

MI

MO

MU

DA

DE

DI

DO

DU

CA

CO

CU

MA

ME

MI

MO

MU

DA

DE

DI

DO

DU

LA LE LI LO LU

XA XE XI XO XU

LA LE LI LO LU

XA XE XI XO XU

LA LE LI LO LU

XA XE XI XO XU

JA JE JI JO JU

GA GO GU

JA JE JI JO JU

GA GO GU

JA JE JI JO JU

GA GO GU

RA	RE	RI	RO	RU
LA	LE	LI	LO	LU
	GE	GI		
ÃO	ÃE		ÕE	

RA	RE	RI	RO	RU
LA	LE	LI	LO	LU
	GE	GI		
ÃO	ÃE		ÕE	

RA	RE	RI	RO	RU
LA	LE	LI	LO	LU
	GE	GI		
ÃO	ÃE		ÕE	

CHA CHE CHI CHO CHU

VA VE VI VO VU

CHA CHE CHI CHO CHU

VA VE VI VO VU

CHA CHE CHI CHO CHU

VA VE VI VO VU

AS ES IS OS US

CA CO CU

LA LE LI LO LU

AS ES IS OS US

CA CO CU

LA LE LI LO LU

AS ES IS OS US

CA CO CU

LA LE LI LO LU

A E I O U

LAI LEI LI LOI LUI

ÇÃO

A E I O U

LAI LEI LI LOI LUI

ÇÃO

A E I O U

LAI LEI LI LOI LUI

ÇÃO

FA FE FI FO FU

LHA LHE LHI LHO LHU

FA FE FI FO FU

LHA LHE LHI LHO LHU

FA FE FI FO FU

LHA LHE LHI LHO LHU

MA ME MI MO MU

QUE QUI

NA NE NI NO NU

MA ME MI MO MU

QUE QUI

NA NE NI NO NU

MA ME MI MO MU

QUE QUI

NA NE NI NO NU

PA PE PI PO PU

SSA SSE SSI SSO SSU

PA PE PI PO PU

SSA SSE SSI SSO SSU

PA PE PI PO PU

SSA SSE SSI SSO SSU

SA	SE	SI	SO	SU
----	----	----	----	----

CA			CO	CU
----	--	--	----	----

RA	RE	RI	RO	RU
----	----	----	----	----

SA	SE	SI	SO	SU
----	----	----	----	----

CA			CO	CU
----	--	--	----	----

RA	RE	RI	RO	RU
----	----	----	----	----

SA	SE	SI	SO	SU
----	----	----	----	----

CA			CO	CU
----	--	--	----	----

RA	RE	RI	RO	RU
----	----	----	----	----

TA	TE	TI	TO	TU
LA	LE	LI	LO	LU
VA	VE	VI	VO	VU
SÃO				

TA	TE	TI	TO	TU
LA	LE	LI	LO	LU
VA	VE	VI	VO	VU
SÃO				

TA	TE	TI	TO	TU
LA	LE	LI	LO	LU
VA	VE	VI	VO	VU
SÃO				

TA	TE	TI	TO	TU
GUA			GUO	
TAN	TEN	TIN	TON	TUN
GA			GO	GU

TA	TE	TI	TO	TU
GUA			GUO	
TAN	TEN	TIN	TON	TUN
GA			GO	GU

TA	TE	TI	TO	TU
GUA			GUO	
TAN	TEN	TIN	TON	TUN
GA			GO	GU

TRA TRE TRI TRO TRU

BA BE BI BO BU

LHA LHE LHI LHO LHU

TRA TRE TRI TRO TRU

BA BE BI BO BU

LHA LHE LHI LHO LHU

TRA TRE TRI TRO TRU

BA BE BI BO BU

LHA LHE LHI LHO LHU

VA VE VI VO VU

ZA ZE ZI ZO ZU

NHA NHE NHI NHO NHU

VA VE VI VO VU

ZA ZE ZI ZO ZU

NHA NHE NHI NHO NHU

VA VE VI VO VU

ZA ZE ZI ZO ZU

NHA NHE NHI NHO NHU

BA	BE	BI	BO	BU
RRA	RRE	RRI	RRO	RRU
CA			CO	CU

BA	BE	BI	BO	BU
RRA	RRE	RRI	RRO	RRU
CA			CO	CU

BA	BE	BI	BO	BU
RRA	RRE	RRI	RRO	RRU
CA			CO	CU

A	E	I	O	U
SSA	SSE	SSI	SSO	SSU
	CE	CI		
A	E	I	O	U
ÇÃO				

A	E	I	O	U
SSA	SSE	SSI	SSO	SSU
	CE	CI		
A	E	I	O	U
ÇÃO				

A	E	I	O	U
SSA	SSE	SSI	SSO	SSU
	CE	CI		
A	E	I	O	U
ÇÃO				

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

W

X

Y

Z

A

E

I

O

U

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

9

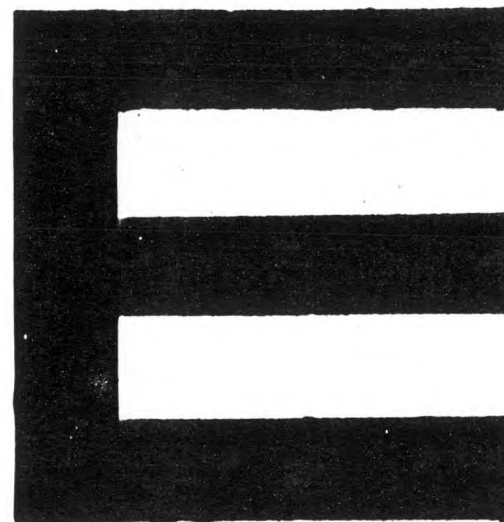
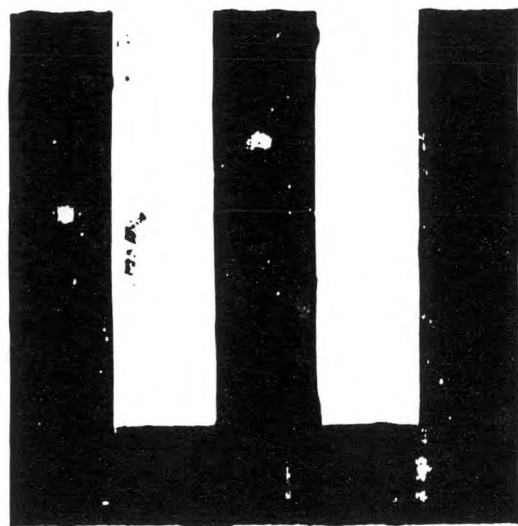
9

ESCALA OPTOMÉTRICA

(distância = 5,00 ms.) (ângulo visual = 1°) (100 lux)

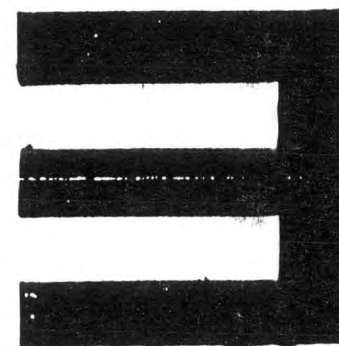
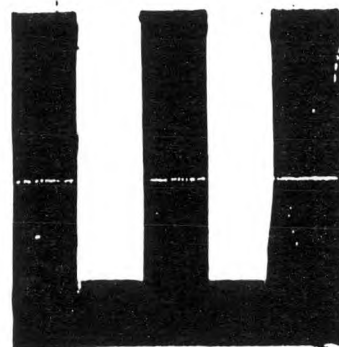
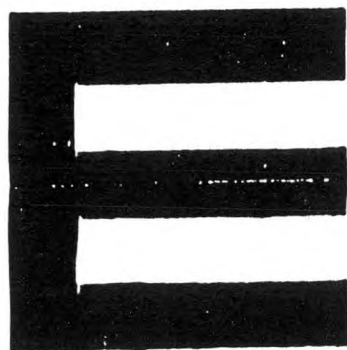
0,1

10 %



0,15

15 %



PASSOS A SEREM OBSERVADOS:

- 1º - Afixar este cartaz na parede a uma distância de mais ou menos 4 metros da pessoa.
- 2º - Indicar com o dedo ou uma réqua um dos desenhos e solicitar que coloque o garfo (em separado) na mesma posição, verificando se está correto. Comece do desenho maior e vá baixando conforme a necessidade.
- 3º - Incentive as pessoas que não enxergam bem a procurar um oculista ou LBA, pois ela fornece óculos.

0,2

20 %

Ш Е М Е

0,3

30 %

Э Ш Е М Э

0,4

40 %

М Э Ш Э Е

0,5

50 %

Е М Е Ш Э Е

PASSOS A SEREM OBSERVADOS:

- 1º - Afixar este cartaz na parede a uma distância de mais ou menos 4 metros da pessoa.
- 2º - Indicar com o dedo ou uma réqua um dos desenhos e solicitar que coloque o garfo (em separado) na mesma posição, verificando se está correto. Comece do desenho maior e vá baixando conforme a necessidade.
- 3º - Incentive as pessoas que não enxergam bem a procurar um oculista ou LBA, pois ela fornece óculos.

0,6
60 %.

Ш Э Ш Е Э М

0,7
70 %.

М Е Ш Э М Е Ш

0,8
80 %.

Э Э М Е Ш М Е Э

0,9
90 %.

Э Ш Е М Э Ш Э М

1
100 %.

Е Ш Е М Э Ш М Е Ш

PASSOS A SEREM OBSERVADOS:

- 1º - Afixar este cartaz na parede a uma distância de mais ou menos 4 metros da pessoa.
- 2º - Indicar com o dedo ou uma réqua um dos desenhos e solicitar que coloque o garfo (em separado) na mesma posição, verificando se está correto. Comece do desenho maior e vá baixando conforme a necessidade.
- 3º - Incentive as pessoas que não enxergam bem a procurar um oculista ou LBA, pois ela fornece óculos.

